



vencer a troika

deBatEs #2



VIII

CONVENÇÃO NACIONAL
DO BLOCO DE ESQUERDA

10 E 11 DE NOVEMBRO 2012 | LISBOA



VIII

**CONVENÇÃO NACIONAL
DO BLOCO DE ESQUERDA**

10 E 11 DE NOVEMBRO 2012 | LISBOA

Regimento da VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Data, lugar e lema

1. A VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 10 e 11 de Novembro de 2012, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Vencer a Troika".

Composição

2. A Convenção é constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda no pleno uso dos seus direitos estatutários, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

Direcção dos Trabalhos

7. A VIII Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 10h00m de sábado e a eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) A credenciação pode ser efetuada na sessão pública internacional que terá lugar no dia anterior ao da abertura da Convenção;

b) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações e a proclamação dos resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 23 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

b) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. As/os delegados só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBates#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir

inicialmente exclusivamente para as respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBates#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBates#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Votações

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. As propostas de alteração aos Estatutos são votadas individualmente, não havendo lugar a votação final na generalidade.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração e às propostas de votação na especialidade relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 16h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade – em cada sequência de 3 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o nú-

mero de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

Ordem de Trabalhos

1. Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

2. Apresentação e votação do Regimento da Convenção (11h15m);

3. Alocução de abertura da Convenção (11h30m);

4. Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

5. Moções de Orientação Política – apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo);

6. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 16h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);

7. Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

Aprovado pela Mesa Nacional de 22.Setembro.2012

Propostas de alteração às moções de orientação

Propostas de alteração à Moção A

EMENDA 1

Proposta de: [João Semedo, Jorge Costa, José Gusmão Pedro Filipe Soares]

Alterar a entrada para:

A manifestação de 15 de Setembro mudou o país. A maior manifestação das últimas décadas mostrou que o povo não se resigna à austeridade. Mas esta é uma luta prolongada: o orçamento de Estado trará, além da hecatombe fiscal sobre o trabalho, cortes drásticos em serviços públicos já ameaçados de colapso. Perante a desagregação do governo e da coligação que o sustenta, o PS do memorando abstém-se, procura fôlego no pior populismo e propõe a redução do número de deputados. Pelo seu lado, o Bloco responde na luta pelo derrube do poder da troika, fazendo o caminho de um governo de esquerda. Da moção de censura ao congresso das alternativas, das manifestações populares à greve geral.

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 2

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 2.2, período final; modificar: “O Bloco bate-se por políticas de investimentos reprodutíveis, geradores de emprego, e defende o acesso de todos os desempregados a prestações e serviços que garantam os seus direitos essenciais.”

RESPOSTA: Rejeitada - a ideia está já presente em 4.3 (3) e em 4.4.

EMENDA 3

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 3.2, último parágrafo; modificar: “Abre-se espaço à esquerda para o confronto sistemático das bases de apoio, não só do PS, como também dos próprios partidos da direita, com os crimes sociais da austeridade. Essa é uma das grandes lições, antes de mais, das manifestações de 15 de Setembro. O resultado desse confronto será decisivo para uma alteração positiva da relação de forças.”

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 4

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 4.3, n.º [3]; modificar na parte final: “(...) e dos bens comuns que foram ou vierem a ser privatizados ou concessionados (energia, combustíveis, telecomunicações).”

RESPOSTA: Aceite - retirar as palavras “que foram” para obter o mesmo significado

EMENDA 5

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 4.4, acrescentar no 2.º período: “Exige também disponibilidade unitária do PCP e, sobretudo, um novo protagonismo popular, cujas potencialidades se vão ilustrando pelos diversos protestos contra as medidas austeritárias, com relevo especial para as manifestações de 12 de Março de 2011 e do passado 15 de Setembro, entre outras. Só esse movimento(...)”.

RESPOSTA: Rejeitada - a ideia está já contemplada na alteração aceite ao ponto 3.2

EMENDA 6

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 8.1, n.º [3]; acrescentar no final: “Nesse contexto, o Bloco levará a debate interno a questão da eventual eleição de delegados a essas Assembleias, e dos métodos para implementar a respetiva seleção, não só no âmbito das moções, mas também, e sobretudo, fora delas.”

RESPOSTA: Rejeitada - trata-se de matéria relativa ao âmbito próprio das organizações distritais

EMENDA 7

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 8.1, n.º [4], (novo): “Meios, onde for possível, para efetuar o levantamento em pormenor das questões levantadas em cada reunião, garantindo, se necessário à-posteriori, a opinião comentada sobre as mesmas, por parte das respetivas coordenadoras.”

RESPOSTA: Rejeitada - sem prejuízo de poder ser adoptada por estruturas que o entendam conveniente, o procedimento parece demasiado pesado para ser generalizado.

EMENDA 8

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 8.3; acrescentar no final: “Entretanto, o Bloco organizará um debate interno sobre os problemas colocados pelo trabalho profissional na área política, como é o caso, entre outros, dos seguintes temas: Critérios de escolha; direitos e deveres; a quem devem os ou as profissionais prestar contas; proteção social.”

RESPOSTA: Rejeitada - a moção já refere que cabe à direções executivas coordenar e prestar contas a todo o partido do funcionamento da sua estrutura profissional.

EMENDA 9

Proposta de: [Pedro Saraiva e Florival Cordeiro]

Ponto 9.1; acrescentar no final: “Assim, onde houver condições, dever-se-á incentivar a formação de núcleos ou coletivos de intervenção local, ligada, nomeadamente, à ação dos autarcas.”

RESPOSTA: Rejeitada - por redundância - essa já é a atual prática em numerosas organizações locais do Bloco

EMENDA 10

Proposta de: [Francisco Casaca]

final do ponto 2.3 - Os partidos que nos últimos anos têm governado o país prometeram muitas coisas durante as campanhas eleitorais. Após as eleições foram para o governo e fizeram muitas vezes o contrário. Para evitar que isto volte a acontecer propomos que toda a população seja consultada, obrigatoriamente, em questões importantes, nomeadamente o orçamento, através de referendos com várias alternativas.

RESPOSTA: Rejeitada - o referendo é um instrumento de decisão popular com âmbito próprio, que não deve confundir-se com a fiscalização da aplicação do programa de governo. De resto, a CRP exclui o recurso a referendo em matéria orçamental.

EMENDA 11

Proposta de: [Francisco Casaca]

Ponto 5.6 - «sistema parlamentar em duas câmaras de eleição direta» substituir por «sistema de democracia direta em duas câmaras»

RESPOSTA: Rejeitada - por definição, as formas de participação direta da população não são mediadas por espaços de representação como aqueles a que o texto alude - as duas câmaras.

EMENDA 12

Proposta de: [Francisco Casaca]

No final do ponto 6.3, acrescentar: É assim que o Bloco defende a criação de legislação que proteja os direitos dos trabalhadores no sentido que haja demo-

cracia nas empresas e que os trabalhadores tenham o direito de receber o valor total criado pelo seu trabalho.

RESPOSTA: Aceite até “democracia nas empresas”. O ponto 6.9. já faz referência à luta contra a exploração.

EMENDA 13

Proposta de: [Francisco Casaca]

Ponto 9.3, onde está: o Bloco está determinado no combate aos anseios negociatas no poder local e afirmará uma intervenção política própria, de nível nacional, como fez com a defesa dos referendos locais contra a imposição da extinção/fusão de freguesias. acrescentar: Assim defende a existência de referendos locais para a auscultação do população sobre todas as questões importantes.

RESPOSTA: Rejeitada - banaliza a referência ao referendo local. A valorização do referendo local deve ser feita na prática, através de proposta pública concreta sempre que se justifique.

EMENDA 14

Proposta de: [RUI COSTA]

4.3. - Na devastação austeritária, a esquerda anti-capitalista deve demonstrar capacidade e vontade de gerar uma maioria e um governo de rutura com a troika assente em pontos claros, e que visam uma distribuição equitativa e justa dos sacrifícios que sejam impostos:

- (1) Anulação da dívida abusiva, redução da dívida a 60% do PIB e renegociação de prazos e juros com todas as instituições credoras, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- (2) Reposição dos rendimentos cortados e garantia dos direitos essenciais à Escola pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social pública;
- (3) Nacionalização da banca intervencionada pelo Estado, com mobilização de recursos para o investimento público e para o pleno emprego, e dos bens comuns que foram privatizados ou concessionados (energia, combustíveis, telecomunicações);

(4) Novo sistema fiscal, combatendo a fraude e deslocando carga fiscal do trabalho para o capital e património, devendo no entanto a tributação dos rendimentos do trabalho ver o seu carácter progressivo acentuado, desincentivando-se por via fiscal o gritante leque salarial verificado, especialmente nas remunerações superiores à fixada para o Presidente da República.

(5) Criação, relativamente ao Estado, e tal como existe no Direito Civil relativamente aos privados, da figura de negócio usurário, impondo limites aos juros e encargos decorrentes do financiamento do Estado ou das Concessões e PPP's. Para além desse limite, essas prestações e as cláusulas que as permitem devem ser consideradas nulas e sem qualquer efeito.

RESPOSTA: Rejeitada: não aceitamos a ideia de “distribuir os sacrifícios” ou de que a esquerda deva governar para os impor (também) a quem fez sacrifícios em toda uma vida de trabalho. Cabe à elite que nunca contribuiu, devolver agora, a partir do que acumulou. Os pontos 4) e 5) desenvolvem temas particulares (de modo que não suscita desacordo), mas não cabem neste ponto, que é uma caracterização geral da atuação de um governo de esquerda.

EMENDA 15

Proposta de: [RUI COSTA]

6.8 A democracia toda na vida pública e na economia significa a devolução do direito pleno de participação política, especialmente num cenário de quase absoluta intermediação da actividade política, e de desproporcionadas exigências para a intervenção formal de movimentos de cidadania. Por isso urge criar novos mecanismos de reforço da cidadania, como sejam a introdução na Constituição do Recall Election (referendo revogatório do mandato), da possibilidade de fiscalização sucessiva abstracta da constitucionalidade por grupos de cidadãos eleitores e da obrigatoriedade de realização de referendos, quando conformes à lei, e propostos por um número significativo de cidadãos. No campo legislativo, diminuir a exigência de proponentes para institutos como a iniciativa legislativa de cidadãos ou para a apresentação de candidaturas de cidadãos aos órgãos das autarquias locais

RESPOSTA: Rejeitada: O Bloco já defende a diminuição do número de proponentes para ILCs ou candidaturas locais. Quanto à proposta do Recall Election e da verificação de constitucionalidade, que valorizamos, estamos empenhados em aprofundar o seu debate, mas não cremos ser aconselhável, antes disso, fixar uma posição do Bloco em Convenção.

EMENDA 16

Proposta de: [RUI COSTA]

6.8.1 A forte concentração do capital, tem conduzido a graves desequilíbrios nas relações entre agentes económicos, com claro desfavor e pauperização dos de menor dimensão. O poder económico das grandes organizações empresariais tem-se traduzido em graves abusos nas relações laborais e em práticas comerciais abusivas entre agentes económicos.

6.8.2 Urge repor justiça na formação de preços, na defesa dos abusos de posição dominante dos monopsonios e oligopsonios sobre as pequenas empresas fornecedoras, e dos monopólios e oligopólios relativamente aos consumidores e pequenas empresas. A consideração destes desequilíbrios deve ser o alfa e o ómega da nossa acção em relação à política e direito da concorrência e aos direitos dos consumidores.

6.8.3 No plano das relações laborais, é fundamental inverter a tendência de vulnerabilização dos trabalhadores, traduzida nestas inaceitáveis e regressivas políticas de mercantilização do trabalho, que olvidam a desproporção de forças na relação entre empregadores e trabalhadores e apagam a dignidade que é inerente à dimensão exclusivamente humana do trabalho. A sujeição a que os trabalhadores têm sido sujeitos é reveladora da ausência de qualquer fundo ético das medidas que vêm sendo adoptadas.

6.8.4 Ainda neste contexto, a devolução dos bens comuns, do controlo do crédito e dos sectores estratégicos da economia à propriedade social, bem como a defesa intransigente dos Princípios do Sector Cooperativo e de outros meios de produção do Sector Social como os baldios, relativamente aos abusos apetite voraz dos grandes grupos económicos Em suma, o primado da

política social contra o do mercado.

RESPOSTA: Rejeitada: Não registamos qualquer desacordo com a proposta, mas o essencial do seu conteúdo está já contemplado na moção ou, fazendo parte do nosso património político, não pode ser desenvolvido por razões de espaço.

EMENDA 17

Proposta de: [PEDRO SOARES]

9.1. - Para além da participação dos eleitos locais, a intervenção do Bloco deve reforçar-se em todas as dimensões da democracia local, incluindo nas associações e movimentos populares. (...) das políticas urbanísticas que defendam e promovam o espaço público, o património comum e o ambiente, do desenvolvimento local sustentado, nas lutas em defesa das populações contra os efeitos da crise.

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 18

Proposta de: [PEDRO SOARES]

9.2. - O plano do governo é reforçar o centralismo (...) e empobrecendo a democracia local. O Bloco opõe-se às mudanças na lei eleitoral que reforcem o presidencialismo e diminuam a representatividade cidadã e as oposições. Tomará a iniciativa para conferir às assembleias autárquicas poderes efetivos de fiscalização e aprovação de propostas que vinculem os executivos, nomeadamente nos orçamentos, e de moções de censura cuja aprovação leve à destituição dos órgãos executivos.

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 19

Proposta de: [PEDRO SOARES]

9.3. - A política autárquica (...) contra a imposição da extinção/fusão de freguesias e os aumentos brutais do IMI.

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 20

Proposta de: [PEDRO SOARES]

9.4. - ELIMINAR POR COMPLETO

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 21

Proposta de: [RUI COSTA]

9.5. - O Bloco aprofundará nas suas propostas todos os mecanismos da democracia participativa, essencial para o reforço e estruturação da democracia local, como a regulamentação do direito de petição, a criação de mecanismos participativos em matéria orçamental, a regulamentação das relações com as organizações de moradores, o referendo local e a introdução na Constituição do recall election (referendo revogatório do mandato).

RESPOSTA: Rejeitado: Valorizamos a proposta, que estamos empenhados em debater, mas não cremos ser aconselhável, antes disso, fixar uma posição do Bloco em Convenção.

EMENDA 22

Proposta de: [RUI COSTA]

9.6. - Nas eleições de Outubro de 2013 teremos um programa autárquico à esquerda, construído com os contributos de quem nele queira participar. Um programa alternativo ao modelo neoliberal, que mercantiliza o espaço e as necessidades sociais básicas. Este programa será, preferencialmente, defendido por candidaturas próprias, empenhadas na disputa de espaço político e de maior representação, abertas a independentes e ativistas locais que partilhem estes objetivos.

RESPOSTA: Recusado: as diversas possibilidades de presença eleitoral serão apreciadas pelo seu valor próprio, no quadro das definições da Convenção.

EMENDA 23

Proposta de: [RUI COSTA]

9.7. - Favorecemos todas as hipóteses de convergência com movimentos cidadãos que representem expectativas genuínas de mudança e tenham programas coerentes com estes princípios fundamentais:

a) Promoção de medidas de reforço da Democracia Participativa e Directa, tais como o Orçamento Participativo, o compromisso de realização de referendos locais em algumas matérias.

b) Combate à precariedade nas relações laborais das autarquias locais;

c) Defesa dos serviços públicos locais, designadamente dos sistemas de abastecimento de água e saneamento público e sistemas de transportes urbanos, com intransigente defesa da sua titularidade e gestão pública;

d) Defesa de políticas sociais e culturais, designadamente na dignidade e disponibilidade da habitação social, na existência e desenvolvimento de redes de equipamentos e programação culturais;

e) Defesa inequívoca do ambiente e património cultural situados na autarquia local, promovendo a sua preservação;

f) Defesa da qualidade urbanística e combate à especulação imobiliária.

RESPOSTA: Recusado: sublinhando o acordo com a proposta, que se refere a bandeiras tradicionais da nossa intervenção autárquica, não a consideramos por ser redundante com partes dos pontos anteriores, e por razões de espaço.

EMENDA 24

Proposta de: [RUI COSTA]

9.8. - Atento o carácter local destas eleições, e no respeito da vontade das estruturas locais, se e onde houver possibilidades de convergências à esquerda com um programa claro para derrotar a direita instalada no poder local, não será por responsabilidade do Bloco que tal convergência não se efetivará, devendo ser observadas as condições enunciadas quanto à convergência com movimentos de cidadãos.

RESPOSTA: Rejeitada - a formulação proposta é mais ambígua, admitindo a possibilidade de coligações autárquicas bipartidárias que rejeitamos.

EMENDA 25

Proposta de: [RICARDO SEQUEIROS COELHO]

Ponto 6.4 - Alterar para: O Bloco bate-se por respostas aos problemas ambientais, do aquecimento global aos problemas locais, e rejeita a sua secundarização. Reestruturar a economia para proteger a natureza, reconverter setores produtivos poluentes e garantir a propriedade e gestão públicas dos monopólios naturais, bem como medidas para reduzir consumos de energia e água, promover energias renováveis, reduzir emissões de gases de efeito de estufa, defender o transporte público, resistir à "eucaliptização" da floresta e a regeneração urbana, entre outras, são medidas que devem estar no centro da decisão política para a justiça e democracia ecológica e não reféns de mecanismos de mercado que fazem do ambiente um negócio. O reforço da proteção civil é uma exigência crescente, perante as consequências dos extremos meteorológicos provocados pelo aquecimento global.

Justificação:

Trata-se de clarificar este ponto, mantendo a estrutura e o número de carateres. As alterações estão assinaladas em sublinhado.

São acrescentadas a defesa dos transportes públicos e a luta contra a eucaliptização, por serem lutas muito atuais face à ofensiva do governo para acabar com os transportes coletivos e liberalizar a plantação de eucaliptos.

No ponto sobre a proteção civil, a expressão "das catástrofes naturais resultantes" é eliminada, por estar em contradição com a ideia de que os extremos meteorológicos são causados sobretudo pelo aquecimento global, cujas causas são antropogénicas.

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 26

Proposta de: [RICARDO SEQUEIROS COELHO, MARIA LUÍSA BASTOS]

No ponto 6.5:

Substituir "Pelo respeito dos animais" por "Pelo respeito para com os animais"

Justificação: Estamos a referir-nos ao respeito dos animais humanos pelos animais não humanos e não vice-versa.

RESPOSTA: Aceite

EMENDA 27

Proposta de: [RICARDO SEQUEIROS COELHO, MARIA LUÍSA BASTOS]

No ponto 6.5:

Acrescentar, no fim do ponto:

Nesse sentido, o Bloco defende a substituição de touzadas e outros espetáculos que violentam animais por iniciativas culturais e desportivas, a esterilização de animais de rua como alternativa ao abate em canis e o recurso a alternativas ao uso de animais na ciência e na educação.

Justificação: O ponto, como está, peca por ser pouco claro e não apresentar propostas concretas. As ideias que aqui enunciamos foram todas defendidas pelo BE no parlamento e nas autarquias, fazendo já parte do seu património político, mas nunca foram assumidas em convenção.

RESPOSTA: Aceite

(os pontos novos ou com alterações estão a sublinhado)

MOÇÃO A

A esquerda contra a dívida

A manifestação de 15 de Setembro mudou o país. A maior manifestação das últimas décadas mostrou que o povo não se resigna à austeridade.

Mas esta é uma luta prolongada: o orçamento de Estado trará, além da hecatombe fiscal sobre o trabalho, cortes drásticos em serviços públicos já ameaçados de colapso.

Perante a desagregação do governo e da coligação que o sustenta, o PS do memorando abstém-se, procura fôlego no pior populismo e propõe a redução do número de deputados.

Pelo seu lado, o Bloco responde na luta pelo derrube do poder da troika, fazendo o caminho de um governo de esquerda. Da moção de censura ao congresso das alternativas, das manifestações populares à greve geral.

1 ESTA DÍVIDA NÃO É NOSSA

1.1 - A dívida tornou-se um argumento dominante do bloco central e uma acusação contra o povo: “vivemos acima das nossas possibilidades”.

Essa acusação abriu as portas para a chantagem que impôs a troika: “não há dinheiro para pagar salários”. Assim se manipulou a responsabilidade pela crise, deslocando-a da ganância dos mercados financeiros para os povos e para as dívidas públicas. Reescreveu-se a história da crise, com novos culpados, para uma narrativa à medida da ditadura dos credores. A crise das dívidas soberanas serve um potente ataque ideológico e uma massiva transferência de riqueza do trabalho para o capital.

1.2 - A troika foi chamada para socorrer o sistema financeiro.

Com o patrocínio de Cavaco Silva, a banca portu-
sa atirou o país para os braços da troika. Um plano co-

ordenado e executado também na TV e que, em poucos dias, levou à assinatura do memorando. A banca portuguesa é a que detém menos dívida pública do seu país, quando comparada com as suas congéneres europeias. Mesmo assim, os benefícios da banca privada somam 30% do empréstimo da troika. O Estado endivida-se para salvar os acionistas da banca.

1.3 - O endividamento dos Estados está a ser aproveitado para um ataque aos direitos, aos salários e aos serviços públicos.

As “reformas” são essencialmente a desvalorização do trabalho: cortar salários e cortar direitos. Passos Coelho definiu este caminho: “empobrecer”. A dívida está a ser o caminho para um aumento brutal da exploração.

1.4 - As verdadeiras raízes da crise são os donos de Portugal e a arquitetura disfuncional da moeda única. A promiscuidade entre poderes públicos e privados resultou na perda de recursos relevantes para o financiamento do Estado, como no resgate milionário do BPN, nos negócios das parcerias público-privadas, nas privatizações de sectores estratégicos, nos monopólios de renda garantida. O país endividou-se para servir os interesses da classe dominante.

1.5 - A moeda única aprofundou as desigualdades da construção europeia e agudizou o endividamento dos Estados da periferia. O modelo de construção do euro diminuiu a capacidade de intervenção dos Estados na economia e fez dos salários a única variável de ajustamento de trajetórias nacionais heterogêneas. Menos salário resultou em mais crédito, fruto sobretudo de políticas de crédito agressivas, sobretudo à habitação, mantendo o nível do consumo até a recessão o fazer colapsar. A maior parte da dívida externa portuguesa não é pública mas sim dos bancos privados portugueses aos bancos alemães e franceses. A moeda única criou autoestradas de capital de sentido único da periferia para o centro.

1.6 - Romper com a ditadura dos credores é romper com o garrote da dívida. O Bloco exige o cancelamento da dívida ilegítima e uma renegociação que imponha o compromisso do Estado com os direitos constitucionais. É imprescindível uma auditoria à dívida, que identifique a sua parte ilegítima e a que resulta do ataque especulativo. O Bloco apoia a iniciativa cidadã em curso para este efeito.

2. O GOVERNO DA TROIKA É O GOVERNO DO DESEMPREGO E DA POBREZA

2.1. - A austeridade é um beco-sem-saída. O descalabro das receitas do Estado, mesmo com aumento de impostos, anuncia o descontrolo do défice. A dívida aumenta e a sociedade afunda-se na recessão e no desemprego. Dos PEC ao memorando, a política económica assenta na redução de salários, pensões, apoios sociais, investimento e serviços públicos, na privatização de bens comuns, em graves retrocessos na legislação laboral.

2.2. - O objetivo da austeridade é o desemprego. O desemprego e a precariedade atuam como fortes mecanismos de chantagem sobre o/as trabalhadore/as, facilitando a baixa salarial, com a proliferação da pobreza, mesmo entre quem tem emprego. A austeridade ataca a emancipação das mulheres, que são a maioria na precariedade, no desemprego, nos salários baixos. A emigração em massa, que começa pelo/as mais jovens e qualificado/as, ameaça as condições de recuperação futura de padrões de desenvolvimento sustentáveis e aponta o caminho do declínio nacional. O primeiro problema do país é o desemprego e em particular o desemprego sem apoios, que atinge mais de metade do/as desempregado/as. O Bloco defende o acesso de todo/as o/as desempregado/as a prestações e serviços que garantam os seus direitos essenciais.

2.3. - Os sacrifícios batem sempre à mesma porta. O CDS, "partido do contribuinte", veste a pele do cobrador de fraque. O PSD, "partido das PME", soma falências aos milhares. Para além dos cortes salariais e dos apoios sociais, o aumento do preço de bens e serviços essenciais é a outra face desta brutalidade. O governo que ataca as famílias é o mesmo que não corta nas rendas abusivas da energia ou das PPP.

2.4. - A agenda de privatizações mostra um país a saque. O governo aliena posições importantes em sectores estratégicos e monopólios naturais. O ciclo das privatizações das grandes empresas está a fechar-se. GALP, PT, EDP, grandes grupos construídos com o investimento público, foram já privatizadas, criando rendas monopolistas que parasitam a economia e que, em alguns casos, são transferidas para o Estado chinês ou para a família do presidente angolano. Mas este governo quer ir ainda mais longe: Águas de Portugal, TAP, ANA, CTT ou RTP. As empresas públicas de transportes, a pretexto da redução da sua dívida, cortam salários, postos de trabalho e serviços, para abrir caminho à sua privatização. A própria direção do processo de privatizações (António Borges) deixa à vista a promiscuidade entre grupos económicos e responsabilidades políticas presentes e passadas.

2.5. - Os serviços públicos estão sob ameaça de ruína. A palavra de ordem é cortar, impondo a exclusão

económica. São disso exemplo a nova carta hospitalar, a mega-contratação de empresas privadas para colocar médico/as à hora e a redução dos cuidados garantidos pelo SNS. Na educação, aumenta o número de aluno/as por turma, continua a política dos mega-grupamentos, reduz-se o número de professores/as com aumento da carga letiva individual e despede-se em massa. O governo trata mal a escola pública, enquanto aumenta os apoios ao ensino privado. Os cortes na investigação científica comprometem os avanços registados nos últimos anos. Na justiça, ao aumento de custas, soma-se um mapa judiciário de abandono das populações mais carenciadas, as do Interior. Na cultura, a grande novidade é a destruição de todo o investimento. O ataque é à própria ideia das artes como um fazer profissional e um bem público. A privatização da RTP é uma machadada no serviço público de televisão. Este é um dos aspetos da agenda conservadora que acompanha a política austeritária.

2.6. - Depois dos sacrifícios, o país está pior. A austeridade está a destruir o país desde os PEC. O PS continua a defender que foi o chumbo do PEC IV que lançou o país na desgraça. Mas a facilitação dos despedimentos, os cortes no SNS, a lei para os despejos do/as inquilino/as e as privatizações estavam já nos PEC. O PS, que chamou a troika, não pode argumentar que há uma austeridade redentora. A troika foi a consequência da pressão financeira. Foi a austeridade do PS, aliado à direita, que lhe abriu as portas.

3. A TROIKA É A FRONTEIRA

3.1. - A política da troika demonstra que na alternância não há alternativa. O memorando foi subscrito em conjunto pelo PS e pelos partidos da direita. O PS aprovou ou viabilizou até agora todas as decisões fundamentais para a aplicação do memorando, participou no consenso do tratado orçamental europeu. O voto do PS contra o OE/2013 não o descompromete do memorando da troika.

3.2. - A Grécia demonstra que, face à política do memorando, abre-se caminho a uma alternativa de governo contra a troika. A partir desta lição, em Portugal, o manobrismo político das forças que protegem a alternância serve para iludir a continuação do seu apoio

ao memorando. Abre-se espaço à esquerda para o confronto sistemático da base de apoio, não só do PS, como também dos próprios partidos da direita, com os crimes sociais da austeridade. O resultado desse confronto será decisivo para uma alteração positiva da relação de forças.

3.3. - Esse é o nosso centro: toda a unidade política e social do campo da rutura com o memorando. Na oposição a cada medida do plano de austeridade, este campo procura expandir-se, fazendo de cada conflito concreto o terreno da máxima convergência.

3.4. Ficou demonstrado nas eleições gregas qual é o destino dos discursos ambíguos à esquerda: os que recusaram a rutura com o memorando, integram agora o apoio parlamentar ao governo Samaras, reduzindo-se a um instrumento de reabsorção pelo campo austeritário de parte da base perdida pelo Pasok. Pelo contrário, o Syriza, com uma estratégia independente e de confronto com a troika, foi a expressão de um europeísmo de esquerda que recusa a bancarrota e a saída do euro, ganhando apoio de um amplo sector social.

3.5. - O país não precisa de austeridade mitigada. Precisa do contrário da austeridade, de uma política que ataque a estagnação e o desemprego. A maior clareza sobre a necessidade de romper com o memorando da troika é condição para a maior ousadia nas convergências, quer na oposição a medidas concretas, quer na construção de uma política alternativa.

4. A LUTA POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

4.1. - O Bloco tem o seu programa político. Em 2011, o Bloco respondeu à intervenção da troika e, desde então, desenvolve uma resposta sistemática à situação crítica do país. Em próximas eleições, atualizará perante o/as eleitores/as o seu programa de transformações essenciais para a sociedade.

4.2. - O Bloco propõe um governo de esquerda assente na rutura com o memorando da troika. Esta é uma proposta de unidade, de aliança política ampla. Os resultados do Syriza demonstram que, noutras condições de enfrentamento político e social, este apelo unitário a um poder alternativo pode ser apoiado por um sector social potencialmente maioritário.

4.3. - Na devastação austeritária, a esquerda anti-capitalista deve demonstrar capacidade e vontade de gerar uma maioria e um governo de rutura com a troika assente em pontos claros:

(1) Anulação da dívida abusiva, redução da dívida a 60% do PIB e renegociação de prazos e juros com todas as instituições credoras, públicas e privadas, nacionais e internacionais;

(2) Reposição dos rendimentos cortados e garantia dos direitos essenciais à Escola pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social pública;

(3) Nacionalização da banca intervencionada pelo Estado, com mobilização de recursos para o investimento público e para o pleno emprego, e dos bens comuns privatizados ou concessionados (energia, combustíveis, telecomunicações);

(4) Novo sistema fiscal, combatendo a fraude e deslocando carga fiscal do trabalho para o capital e património.

4.4.- Este governo deve corresponder a um mapa político reconfigurado, desde logo no campo político e social do PS, para que muitos se juntem à oposição ao memorando. Exige também disponibilidade unitária do PCP e, sobretudo, um novo protagonismo popular. Só esse movimento pode dar força a escolhas estratégicas fundamentais: redistribuição da riqueza social, reestruturação da economia para criar um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável que respeite os equilíbrios naturais e defenda a produção nacional.

5. EUROPEÍSMO DE ESQUERDA

5.1. - Sob a ditadura dos credores, só são oferecidas duas alternativas: o autoritarismo de um Estado europeu que se impõe a todos os povos; ou a expulsão do euro como punição, desde logo sobre o/as trabalhador/as, primeiras vítimas da desvalorização abrupta que se seguirá. O Bloco recusa ambas.

5.2. - Esta crise mostra que é falsa a alternativa entre inter-governamentalidade e federalismo como modelos políticos para a governação da UE e que ambos são autoritários. A crise resulta do sequestro da construção europeia por governos cuja orientação é destruir a Europa social a golpes de austeridade e

recessão. Onde tem havido demasiada Europa inter-governamental, tem faltado a Europa da coesão social e territorial.

5.3. - Uma União Europeia pilotada pelo jogo inter-governamental só trará a desconstrução europeia.

Ilusório seria acreditar que outra engenharia institucional centralizadora e federal salvará a União Europeia do abismo. Se precisamos de políticas de cooperação supra-nacional, é claro que um Estado europeu que anule a legitimidade democrática de cada país é um erro gravíssimo que hipoteca definitivamente a disputa de hegemonia contra as políticas liberais. A construção europeia deve respeitar a identidade cultural e a soberania de todos os Estados. Cada Estado europeu deve ter a sua democracia soberana para decidir a distribuição dos rendimentos. O Bloco de Esquerda não aceita a imposição do pacto orçamental.

5.4. - O Bloco apresenta-se com uma alternativa europeia – e não apenas nacional – à austeridade e da recessão. Essa resposta inclui:

(1) Mutualização das dívidas através da emissão de títulos de dívida europeia.

(2) Orçamento da União mais robusto, que permita projetos comuns para o emprego e o nivelamento “por cima” dos direitos sociais.

(3) Combate ao dumping fiscal em toda a União Europeia, estabelecendo mínimos de tributação sobre o capital e eliminando os paraísos fiscais no espaço europeu e impondo uma tributação sobre transferências financeiras.

(4) Banco Central Europeu subordinado às instituições eleitas, centrado na criação de emprego e garantindo o financiamento dos Estados.

(5) Mínimos sociais europeus e política de coordenação para o aumento dos salários.

5.5. Uma resposta europeia à crise implica a rejeição do Tratado de Lisboa e da sua lógica. O Tratado de Lisboa não resolveu nenhum problema e é fonte permanente de entraves institucionais às respostas necessárias. Por outro lado, o diretório e a lógica política do Tratado de Lisboa alimentam uma crise de legitimidade democrática que enfraquece o projeto europeu e o mantém subordinado à estratégia da NATO.

5.6. - O Bloco defende um processo constituinte europeu, com base num processo participativo e democrático. Esta refundação da construção europeia deve ser consolidada pela transferência dos poderes europeus para instituições democráticas. O Bloco defende uma arquitetura institucional europeia onde o poder legislativo resida num sistema parlamentar em duas câmaras de eleição direta, sem prejuízo de plataformas de ação coordenada entre os países, que preservem a sua capacidade de decisão.

5.7. - As eleições europeias serão a primeira votação nacional após a formação do governo PSD/CDS. O Bloco procura fazer delas uma expressão concertada da esquerda europeia em resposta à austeridade, juntando a alternativa contra a austeridade na Europa à alternativa contra os seus intérpretes no nosso país.

5.8. - A esquerda deve bater-se por uma frente unida das periferias. Essa é a resposta necessária à estratégia do cordão sanitário em torno de cada país sob o ataque da finança. É necessária maior densidade de colaboração com os nossos aliados do Partido da Esquerda Europeia, assim como com todas as correntes socialistas, na Europa e no Mundo, com quem possamos construir debates e agendas comuns.

6. ESQUERDA PELO SOCIALISMO

6.1. - Do diagnóstico à alternativa. Uma das motivações fundadoras do Bloco foi o diagnóstico da crise da política e a recusa da alternância sem alternativa. O Bloco é parte e motor de uma reconfiguração do mapa político português, da emergência de uma esquerda plural e de maioria, com vocação unitária e capacidade transformadora. O Bloco rompeu com a tradição sectária e mudou a luta socialista.

6.2. - A elite que dirigiu a modernização conservadora do país não pode nem quer mudar o regime social no interesse da maioria da população. As fragilidades da nossa economia e a persistência do atraso e das desigualdades são testemunhos desse fracasso. Uma sociedade justa tem de passar pela derrota dessa classe dominante através da mobilização social. Essa é a fratura que divide o país: a força dos movimentos contra uma elite incompetente e rentista. Os donos

de Portugal são o problema histórico que o país tem que resolver.

6.3. Socialismo é o nome de uma emancipação feita de todas as emancipações. Por isso, avaliamos cada luta pelo valor dos direitos que defende. Ao fazer o Bloco, recusamos fugir da disputa dos caminhos da sociedade para particularismos temáticos. Não substituímos um programa por uma manta de reivindicações. Pelo contrário, queremos fazer do Bloco uma casa comum das lutas concretas pela liberdade e pela justiça. Foi assim que o Bloco quis e construiu vitórias essenciais: uniões de facto, aborto, paridade, transparência das remunerações dos grandes patrões, enriquecimento ilícito, descriminalização do consumo de drogas, direitos do/as imigrantes, direitos do/as doentes, sigilo bancário. É assim que o Bloco defende a criação de legislação que proteja os direitos dos trabalhadores no sentido que haja democracia nas empresas.

6.4. O mercado ou o planeta.

O Bloco bate-se por respostas aos problemas ambientais, do aquecimento global aos problemas locais, e rejeita a sua secundarização. Reestruturar a economia para proteger a natureza, reconverter setores produtivos poluentes e garantir a propriedade e gestão públicas dos monopólios naturais, bem como medidas para reduzir consumos de energia e água, promover energias renováveis, reduzir emissões de gases de efeito de estufa, defender o transporte público, resistir à “eucaliptização” da floresta e a regeneração urbana, entre outras, são medidas que devem estar no centro da decisão política para a justiça e democracia ecológica e não reféns de mecanismos de mercado que fazem do ambiente um negócio. O reforço da proteção civil é uma exigência crescente, perante as consequências dos extremos meteorológicos provocados pelo aquecimento global.

6.5 Pelo respeito dos animais. O Bloco tem tido um papel reconhecido na proteção para com os animais e reconhece a crueldade e sofrimento que os animais são sujeitos, comprometendo-se a combater todas as formas de violência. Nesse sentido, o Bloco defende a substituição de touradas e outros espetáculos que violentam animais por iniciativas culturais e desportivas, a esterilização de animais de rua como alternati-

va ao abate em canis e o recurso a alternativas ao uso de animais na ciência e na educação.

6.6 A opção pela paz. A retórica da promoção da democracia e da proteção das populações, oculta a continuação da política da guerra por recursos naturais, tutela política ou contenção de lutas de autodeterminação. A revisão do conceito estratégico da NATO impõe, em violação ostensiva da Carta da ONU e do Direito internacional, a sua atuação agressiva em qualquer parte do globo. O Bloco de Esquerda reafirma que o fim dos blocos militares é um princípio essencial de uma política de paz e democracia. Portugal deve pôr fim à sua pertença à NATO e contribuir para processos de prevenção de conflitos e diplomacia preventiva.

6.7 O socialismo é a democracia toda. A experiência dos regimes totalitários do Leste da Europa constitui uma dura lição para a esquerda socialista. O caminho da supressão de liberdades e direitos políticos, da eliminação do pluralismo político, da confusão entre Estado e partido teve consequências trágicas que alienaram a promessa socialista e ainda hoje comprometem a construção de alternativas ao capitalismo. A rutura com essas experiências é um elemento central do nosso projeto. A democracia, enquanto caminho, não é negociável e não pode estar sujeita a políticas de exceção ou suspensões. O Socialismo é a democracia toda ou não é Socialismo.

6.8 A democracia toda na vida pública e na economia significa a devolução do direito pleno de participação política, como significa a devolução dos bens comuns, do controlo do crédito e dos sectores estratégicos da economia à propriedade social, Em suma, o primado da política social contra o do mercado

6.9 Nunca desistimos. O Bloco assume o legado de todas as lutas e revoluções que desafiaram a exploração e a injustiça, a guerra e o colonialismo, ao longo dos últimos séculos. Essa herança transporta o projeto da superação do capitalismo: como escrevemos no nosso manifesto fundador, "é daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança."

7 A MAIOR URGÊNCIA É A RESPOSTA SOCIAL

7.1. A segunda década deste novo século trouxe-nos novidades na luta social. A principal delas foi, em várias regiões do mundo e em particular no sul da Europa, a emergência continuada de protestos de massas, a partir de fora das organizações sociais tradicionais. Estas erupções de indignação são uma característica do nosso período histórico e impõem uma atitude aberta e o envolvimento da esquerda, em vez de reações de temor ou conservadorismo.

7.2. A manifestação de 15 de Setembro de 2012, que terá reunido um milhão de pessoas em todo o país, trouxe um novo protagonismo popular na situação portuguesa. As responsabilidades da esquerda perante mobilizações deste tipo são muito grandes: trata-se não só de propor uma alternativa de sociedade e uma saída política concreta, mas também de contribuir para a dinamização dos novos espaços de luta que se abrem na resposta à austeridade, em todo o território e em todos os setores, de forma aberta e sem tentações de controlo e manipulação dos espaços próprios do movimento.

7.3. O Bloco de Esquerda desafia os 99%, para que a sua indignação não se dissolva nos truques do rotativismo. O Bloco empenha-se na construção de espaços de participação e luta popular alargada, para resistir à política da troika e à austeridade.

7.4. Nos últimos anos, foram dados passos importantes na expressão organizada de trabalhadores/as precários/as. Devem ser apoiados e multiplicados. Falta ganhar mais enraizamento social. Há um imenso exército de juventude precária (e também de gente cada vez menos jovem). É preciso dar voz às suas reivindicações e dar força à unidade na luta.

7.5. O movimento sindical é construído sobre raízes que lhe dão uma força única. O movimento sindical tem uma presença organizada e nacional, devendo articular a sua intervenção com o movimento sindical internacional. O aumento da exploração tem ocorrido pela subversão das regras e direitos laborais. No mundo da globalização, o capital procura impor a individualização das relações de trabalho.

7.6 Perante este ataque, impõe-se maior empenho coletivo e individual, respeitando sempre a autonomia dos movimentos. No movimento das comissões de trabalhadores (CT), aponta-se para a necessidade de uma rede nacional de CT. No sindical, que mais ativistas se candidatem a dirigentes e a delegado/as sindicais. Incentivaremos a participação ativa e intervenção política dos/as aderentes na constituição destas redes, determinante para o alargamento do Bloco como partido de massas. E isso exige mais organização por setores e empresas, tarefa nacional de todo o Bloco de Esquerda.

8. TAREFAS E MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

Para a VIII Convenção, as prioridades de organização são: (1) a criação de formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo; (2) o alargamento da rede de comunicação de ideias.

8.1. O Bloco estrutura-se atualmente em organizações concelhias e distritais e numa organização de jovens estudantes. Em todas elas faltam processos de participação que se acrescentem a assembleias de debate e aos organismos eleitos. A partir da Convenção, esses processos devem ser alargados através de plenários distritais e concelhios mais regulares e também de:

(1) Coletivos de iniciativa, que se reúnam por temas ou por acontecimentos, para criar capacidade militante. As normas do Bloco sempre o permitiram, falta é a decisão e o estímulo - de cima para baixo e de baixo para cima. Quem quer envolver-se em atividade, reflexão ou campanha intensa, deve poder fazê-lo e ser apoiado nesse sentido.

(2) Coletivos sectoriais para juntar forças, estimular a criação de alternativas de esquerda ou apoiar o trabalho de eleitos nos movimentos sociais (seja em sindicatos e CTs, seja noutros movimentos). Num partido onde convivem diversas abordagens e visões, esses coletivos não são tutelados por cadeias hierárquicas, antes escolhem o seu caminho com respeito por todas as alternativas. O partido deve estimular os coletivos existentes e dinamizar a atividade regular que melhore a disputa de influência social.

(3) Processos eleitorais mais intensos, mantendo os procedimentos estatutários estabilizados no Bloco, e concretizando-os, pelo menos nos distritos com mais

de 500 inscritos, através de assembleias distritais no modelo de convenção, com debate político e votação de moções de orientação.

8.2. O modo de organização é sempre um contrato entre ativistas e o movimento que formam. Nestes dois anos, o nosso contrato é criar o espaço para garantir que a base de um partido de massas seja constituída por muito/as ativistas organizado/as em permanência e em rede.

8.3. Existe um trabalho profissional de organização. Ele garante as elevadas exigências de transparência e rigor financeiro, a preparação da agitação e da propaganda, das iniciativas e campanhas, bem como a assessoria e a atividade institucional e popular dos eleito/as. O Bloco valoriza esse apoio indispensável. Coordenar esse trabalho profissional e dele dar conta a todo o movimento caberá a secretariados com uma regra de renovação de mandatos, que deve ser fixada nos Estatutos.

8.4. Cinco anos depois da sua criação, o esquerda.net é uma referência de informação crítica e um instrumento essencial de trabalho político.

8.5. Necessitamos de instrumentos de trabalho ideológico: a revista Vírus foi renovada na sua segunda série, lançada em papel e na internet, e constituirá, com a Cultra, uma plataforma de divulgação das ideias socialistas e dos grandes debates estratégicos: classes, Estado, movimentos, ecologia, género, poder, revolução.

8.6. Os Estatutos definem claramente o modelo de funcionamento da direção do Bloco, com uma Mesa Nacional (80 membros), eleita em listas pela Convenção e que dirige o movimento na aplicação das suas decisões, uma Comissão Política que assegura a condução política permanente e um Secretariado que cumpre funções executivas. Esses são os órgãos estatutários do Bloco, que definem o princípio fundamental do trabalho coletivo da direção eleita.

8.7. Na sequência da VIII Convenção, os dois primeiros nomes da lista para a Mesa Nacional, um homem e uma mulher, são os representantes políticos e institucionais do Bloco e coordenam a sua Comissão Política.

9. INTERVENÇÃO REGIONAL, LOCAL E AUTÁRQUICA

9.1. - Para além da participação dos eleitos locais, a intervenção do Bloco deve reforçar-se em todas as dimensões da democracia local, incluindo nas associações e movimentos populares. A ação do/as autarcas é um dos instrumentos dessa afirmação, nos combates pela mobilização cidadã nas questões da justiça na economia, dos serviços públicos contra as privatizações, nomeadamente da água, das políticas urbanísticas que defendam e promovam o espaço público, o património comum e o ambiente, e do desenvolvimento local sustentado, nas lutas em defesa das populações contra os efeitos da crise.

9.2. - O plano do governo é reforçar o centralismo e reduzir a democracia local a uma espécie de super-presidencialismo da maioria. A direita e o PS travaram a regionalização e convergem na intenção de distorcer a proporcionalidade reduzindo a capacidade de decisão dos órgãos eleitos diretamente e empobrecendo a democracia local. O Bloco opõe-se às mudanças na lei eleitoral que reforcem o presidencialismo e diminuam a representatividade cidadã e as oposições. Tomará a iniciativa para conferir às assembleias autárquicas poderes efetivos de fiscalização e aprovação de propostas que vinculem os executivos, nomeadamente nos orçamentos, e de moções de censura cuja aprovação leve à destituição dos órgãos executivos.

9.3. - A política autárquica do bloco central é a política da gestão dos negócios e da transferência para o/as munícipes das faturas da crise. O ataque à democracia local que a direita está a executar serve esses objetivos. O Bloco está determinado no combate aos anseios negociatas no poder local e afirmará uma intervenção política própria, de nível nacional, como fez com a defesa dos referendos locais contra a imposição da extinção/fusão de freguesias e os aumentos brutais do IMI.

[9.4. Eliminação deste parágrafo do texto inicial e renumeração dos seguintes]

9.4. - O Bloco aprofundará nas suas propostas todos os mecanismos da democracia participativa, es-

sencial para o reforço e estruturação da democracia local, como a regulamentação do direito de petição, a criação de mecanismos participativos em matéria orçamental, a regulamentação das relações com as organizações de moradores e o referendo local.

9.5. - Nas eleições de Outubro de 2013 teremos um programa autárquico à esquerda, construído com os contributos de quem nele queira participar. Um programa alternativo ao modelo neoliberal, que mercantiliza o espaço e as necessidades sociais básicas. Este programa será defendido por candidaturas próprias, empenhadas na disputa de espaço político e de maior representação, abertas a independentes e ativistas locais que partilhem estes objetivos.

9.6. - Favorecemos todas as hipóteses de convergência com movimentos cidadãos que representem expectativas genuínas de mudança e tenham programas coerentes com estes princípios fundamentais.

9.7. - Se e onde houver possibilidades de convergência de toda a esquerda com um programa claro para derrotar a direita instalada no poder local, não será por responsabilidade do Bloco que tal convergência não se efetivará.

9.8. - O Bloco de Esquerda continuará a luta pela construção de Autonomias Regionais fundadas na democracia, no rigor das contas públicas, no combate ao abuso de poder e às ofensas à Constituição. Defendemos as Autonomias enquanto instrumento fundamental ao serviço da diminuição das assimetrias impostas pela insularidade e de emancipação dos portugueses dos Açores e da Madeira. Rejeitamos todos os programas de austeridade regionais, que destroem o emprego e empobrecem as pessoas.

9.9. - No âmbito da próxima revisão das Leis de Finanças Regionais, o Bloco bater-se-á por Leis que imponham rigor e disciplina nas contas públicas e que garantam às Regiões Autónomas os meios necessários para a prossecução das suas competências inscritas nos respetivos Estatutos Político-Administrativos.

Propostas de alteração à Moção B

PROPOSTA 1

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Incluir “O Bloco tem que saber interpretar o sentimento das populações assumindo as suas propostas. Perante a descredibilização da política e dos políticos, muitos portugueses pedem a redução do número de deputados. O Bloco deve entre outras assumir essas reivindicações salvaguardando o reforço da proporcionalidade. Neste caso a redução do número de deputados para 180, assente na criação de um círculo nacional com 30/40 deputados a eleger com os votos não contabilizados na eleição dos actuais círculos, que elegeriam 140/150 deputados permitiria: uma melhor proporcionalidade entre os votos de cada força política e os deputados eleitos; o aumento da pluralidade política no parlamento e ainda; a aproximação dos deputados aos seus eleitores.”

RESPOSTA: Recusado. A ideia de diminuir o número de deputados destina-se, normalmente, a usar de forma populista o desencanto da população.

PROPOSTA 2

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

b) Proposta: Suprimir “cuja actividade tenha incidência sobre os planos de urbanização das cidades e vilas, formulando as condições técnicas de ocupação e uso do território de acordo com um Plano de Deslocações Urbanas discutido democraticamente, após consulta pública. Também aqui os procedimentos de regularização desse plano e dessa ocupação e usos devem estar sujeitos a leis de racionalização do ar, da energia e da água.”

RESPOSTA: Recusado. A mobilidade sustentável é uma componente fundamental da ecologia urbana.

PROPOSTA 3

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Suprimir “Por outro lado entendemos que o direito de tendência é uma opção política que deve ser valorizada e constitui um património inalienável da tradição democrática do BE. A sua desvalorização conduzirá à ambiência do pensamento uniforme onde não cabem as especificidades de formas diversas de expressão. Limitar o direito de tendência é limitar a própria democracia.”

Substituir por “Os grupos de aderentes que se organizam para apresentar moções e listas deverão fazê-lo nos períodos pré eleitorais por razões de afinidade de pensamento ou outras, mas não deverão ter o propósito de se constituir como grupo permanente de poder e/ ou contra-poder dentro do BE.

Passado o período de debate, na diversidade de pensamento e proposta, cada um dos aderentes contribui para melhorar a capacidade de intervenção do Bloco.”

RESPOSTA: Recusado. Direito de tendência e contra poder são coisas diferentes.

PROPOSTA 4

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Criar um novo “capítulo dedicado à economia”.

RESPOSTA: Recusado. Não é possível mudar a estrutura do documento nem adicionar um número de caracteres que ultrapasse os 30000.

PROPOSTA 5

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Suprimir “Muitos de nós estiveram sempre com a Direcção, e aí se desencantaram com os rumos recentes do BE. Outros não. Mas isso nunca foi factor de enfraquecimento. Sabemos lidar com a diferença de opinião.

Pensámos a política e a praxis em grupos de camara-dagem e no seio do BE; temos apresentado listas alternativas às apoiantes da Direcção. Noutros locais mantivemo-nos à margem, em silêncio”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 6

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Suprimir a expressão “há dois anos” na frase: “A VIII Convenção do Bloco de Esquerda, enquanto espaço de reflexão e de decisão para a intervenção política nos próximos anos, só pode ter, como ponto de partida, uma atitude lúcida e corajosa em que confrontemos os objectivos políticos e organizativos traçados há dois anos com os resultados alcançados”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 7

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir “A preocupante perda de influência do BE na sociedade portuguesa tem de ser vista à luz das evoluções mais recentes e tem de ser confrontada com as orientações e procedimentos que a Direcção do BE adoptou” por: “A persistência do débil enraizamento do BE na sociedade portuguesa tem de ser confrontada com as orientações e procedimentos que a Direcção do BE adoptou”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 8

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir “Em primeiro lugar constatamos uma grande dificuldade táctica em intervir numa situação política exigente”. por: “O Bloco evidenciou dificuldade em intervir numa situação política exigente”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 9

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir Daí para cá, a direcção do BE tem mostrado indisponibilidade política para a reflexão interna sobre estas questões, ouvindo com impaciência, optando por vezes por afastar militantes e aderentes mais críticos” por: “Daí para cá, a reflexão interna sobre estas questões é ouvida com impaciência, optando-se por vezes por afastar militantes e aderentes mais críticos”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 10

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir “No plano da intervenção pública, o BE foi perdendo influência, frescura e disponibilidade para dialogar com largos sectores da sociedade” por “No plano da intervenção pública, o BE foi perdendo frescura e disponibilidade para dialogar com largos sectores da sociedade”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 11

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Eliminar “Foi-se acantonando numa lógica pouco democrática de defesa da fortaleza sitiada defendida pelo aparelho”

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 12

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Incluir último parágrafo na introdução “Razões para uma Moção”: “O presente exige-nos um Bloco aberto, mobilizador, capaz de articular com as demais forças sociais e políticas que aspiram a uma governação centrada nas pessoas, que afirme os valores da cooperação e da solidariedade, a promoção da justiça, capaz de salvaguardar a sustentabilidade ambiental. Um Bloco capaz de servir a maioria dos portugueses, em particular os socialmente mais fragilizados. Um Bloco que sirva Portugal!”

RESPOSTA: Aceite com exceção das últimas duas frases

PROPOSTA 13

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Alterar a frase: “A não ser assim, o BE fica sem espaço para crescer

ou sequer sobreviver, confinado às convergências com o PCP, enquistado no discurso e práticas sectárias” para “A não ser assim, o BE fica sem espaço para influenciar efectivamente as políticas necessárias à maioria dos portugueses, confinado às convergências com o PCP, enquistado no discurso e nas práticas”.

RESPOSTA: Aceite a eliminação da expressão práticas sectárias

PROPOSTA 14

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir a frase “Este mal-estar e a pressão que arrasta consigo colocam o BE numa posição especialmente difícil” por “Este mal-estar e a pressão que arrasta consigo colocam o BE perante um enorme desafio.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 15

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir a frase “A actual falta de empenhamento na unidade contra a política da austeridade e a tendência para resumir a nossa intervenção à denúncia do governo PSD/CDS, da troika e da capitulação da direcção do PS, está a dificultar a mobilização dos núcleos locais” por “Resumir a nossa intervenção à denúncia do governo PSD/CDS, da troika e da capitulação da direcção do PS não basta”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 16

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir “O BE tem de retomar a postura dialogante com a sociedade; ser pólo aglutinador que pugna pela unidade da esquerda e vitalidade dos diferentes movimentos sociais, num momento de ataque feroz às condições de vida da maioria da população e à democracia.(...)” por “O BE tem de valorizar muito mais...”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 17

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Incluir: “...ou em coligações amplas da esquerda, desde que assentes nos princípios anteriormente enunciados” na frase “Onde isso não seja possível o BE deverá concorrer com listas próprias”

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 18

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Eliminar: “Devem ser elaborados projectos de lei de racionalização da energia, do ar e da água, a ser propostos em concursos de serviços públicos, que devem

ser baseados na mobilização e no controlo democrático económico das populações sobre as autoridades responsáveis dos sectores, que podem incluir a representação pública em conselhos sociais de gestão”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 19

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Incluir frase: “Impõe-se a alteração da lei dos solos, de forma a impedir a apropriação privada de mais valias urbanísticas, resultantes de meros actos administrativos. No final do ponto “Por uma agenda de luta feminista, ecológica e social”

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 20

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir “O financiamento das autarquias deve ser repensado, dando prioridade à reabilitação urbana e à solução dos problemas energéticos e térmicos do edificado” por “O financiamento das autarquias deve ser repensado. Deverá ser dada prioridade à reabilitação urbana e à solução dos problemas energéticos e térmicos do edificado”

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 21

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir “O BE atravessa uma crise de militância tão grave como a da sua imagem perante o eleitorado e a opinião pública. O número de aderentes aumentou mas não conseguimos alargar a sua militância no período em que crescemos e sobretudo agora, após pesadas derrotas eleitorais. É tarefa desta Convenção recuperar o entusiasmo num quadro politicamente adverso”.

Por: “O BE atravessa uma crise de militância. O número de aderentes aumentou mas não conseguimos alargar a sua militância no período em que crescemos e sobretudo agora. Mas também é certo que a militância no BE não é exactamente como em outros partidos. Esta é uma das nossas diferenças fundamentais – somos gente que pensa pela sua cabeça. É tarefa desta Convenção recuperar o entusiasmo num quadro politicamente desafiador que impõe repensar e refundar o papel desta força política nova, diferente, um partido/movimento”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 22

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Substituir: “O BE tem de reforçar os seus mecanismos de debate interno, para lá do funcionamento orgânico. Iniciativas transversais às correntes, como o Socialismo ou a Vírus, são indiscutivelmente importantes e não podem ser episódicas na vida do BE”

Por: “O BE tem de reforçar os seus mecanismos de debate interno, para lá do funcionamento orgânico. Iniciativas transversais, como o Socialismo ou a Vírus, são indiscutivelmente importantes e não podem ser episódicas na vida do BE”.

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 23

Propostas de: [Joaquim Mealha da Costa, Luísa Penisga e Fernando Leitão Correia.]

Acrescentar: “...privilegiando as competências e a disponibilidade específicas para o desempenho das responsabilidades que estejam em causa” na frase “Tal como a lógica de organização da participação dos activistas deve deixar de ser claramente marcada pelos equilíbrios internos entre as famílias políticas existentes”

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 24

Proposta de: [Nuno Serra]

Substituir «Precisamos de desgastar o núcleo duro que sustenta as políticas da troika, e nele está toda a direita, e a direcção e sectores significativos da elite do PS, que não participando no governo, procuram demagogicamente reflectir uma imagem oposicionista, insinuando-se como alternativa.» por «Precisamos de desgastar o núcleo duro que sustenta as políticas da troika, e nele está toda a direita e sectores significativos do PS.»

RESPOSTA: Recusado. A substituição não foi aceite por que é importante identificar as responsabilidades políticas da direcção do PS.

PROPOSTA 25

Proposta de: [Nuno Serra]

Substituir «A não ser assim, o BE fica sem espaço para crescer ou sequer sobreviver, confinado às convergências com o PCP, enquistado no discurso e práticas secretárias.» por «A não ser assim, o BE fica sem espaço para crescer ou sequer sobreviver, confinado às convergências com o PCP.»

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 26

Proposta de: [Nuno Serra]

Substituir «Este é um tempo de feminização do trabalho produzido pela globalização capitalista.» por «A feminização do trabalho tornou-se, ao longo das últimas décadas, um fenómeno incontornável.»

RESPOSTA: Aceite

PROPOSTA 27

Proposta de: [Nuno Serra]

Substituir o título «Pela defesa da escola pública e dos serviços essenciais» por «Pela defesa dos serviços públicos de educação, saúde e protecção social»

RESPOSTA: Recusado. não foi aceite por que os serviços públicos essenciais incluem também a universalidade de acesso ao fornecimento de água, energia, telecomunicações e transportes.

NOTA FINAL

O camarada Carlos Gaivoto fez propostas de alteração muito extensas e não é possível incorporá-las no texto. Acresce que foram feitas na base de uma versão preliminar diferente da que foi entregue na COC. Mesmo assim, integraram-se algumas frases que sustentam pontos de vista expressos nas propostas de emendas relativas à relevância dos fóruns sociais no trabalho local e à necessidade de elaborar propostas que permitam a convergência de toda a esquerda.

(os pontos novos ou com alterações estão a **bold**)

MOÇÃO B

Por uma resposta socialista de combate

RAZÕES PARA UMA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda surgiu como uma bandeira de esperança. Há 13 anos que, querendo "Começar de novo", aqui vimos convergindo. Somos portadores de distintas experiências e combates pelo socialismo, gerações diferentes no mesmo caudal de expectativas por uma sociedade sem exploração.

Uns por via das correntes fundadoras, outros pelo seu pé, chegámos entusiasmados com este movimento que se ergue à esquerda. A seiva do BE é hoje muito mais do que o somatório dos partidos originários. Somos dirigentes e activistas de base. Ontem como hoje, alegrámo-nos e decepcionámo-nos, mas é no BE que estamos e é no BE que queremos estar. Queremos construir o futuro, sem resignação ou desistência. Queremos voltar a alegrar-nos com o apoio às nossas alternativas neste período tremendo de ataque aos direitos democráticos e sociais.

A VIII Convenção do Bloco de Esquerda, enquanto espaço de reflexão e de decisão para a intervenção política nos próximos anos, só pode ter, como ponto de partida, uma atitude lúcida e corajosa onde se confrontem os objectivos políticos e organizativos traçados com os resultados alcançados.

A persistência do débil enraizamento do BE na sociedade portuguesa tem de ser confrontada com as orientações e procedimentos que a Direcção do BE adoptou.

O **BE evidenciou** uma grande dificuldade em intervir numa situação política exigente. O voluntarismo que o apoio à candidatura presidencial de Manuel Alegre assumiu, incapaz de assegurar alguma distância entre o candidato e o BE, fragilizou a intervenção política posterior.

A eleição de Cavaco Silva e o agravamento da situação internacional provocaram uma alteração da relação de forças na sociedade portuguesa em prejuízo do movimento social e político apoiado na esquerda.

A direcção do BE não conseguiu entender o sentido e o alcance destas alterações, ficando prisioneira de uma política errática de que são exemplo a apresentação de uma moção de censura fora de tempo e a incompreensível ausência nas reuniões com a troika.

Após este período, as consequências são conhecidas: perdemos metade do eleitorado e metade do grupo parlamentar. Daí para cá **a reflexão interna sobre estas questões é ouvida com impaciência, optando-se** por vezes por afastar militantes e aderentes mais críticos.

No plano da intervenção pública, o BE foi **perdendo frescura** e disponibilidade para dialogar com largos sectores da sociedade.

O presente exige-nos um BE mais aberto e mais mobilizador, capaz de se articular com todos os que aspiram a uma política centrada nas pessoas, nos valores da solidariedade, da igualdade e da sustentabilidade ambiental.

I CONTRA O ABISMO DA EUROPA NEOLIBERAL

A ofensiva neoliberal dos anos 80 criou um modelo de capitalismo baseado na globalização financeira, na livre circulação de capitais e na crença na auto-regulação dos mercados, na suposição de que estes geram as soluções mais eficientes.

Em pouco mais de vinte anos os resultados mais evidentes foram as privatizações e a liberalização selvagem do mercado de trabalho, beneficiando da desregulação e da ressaca ideológica que acompanhou a implosão da União Soviética e dos países do chamado "socialismo real". As sucessivas bolhas especulativas que atingiram a economia mundial e em particular a crise de 2007-2009 foram resultado destes desmandos.

A responsabilidade do contexto depressivo e dos flagelos sociais que vivemos é do capitalismo contemporâneo e dos que o construíram e com ele colaboraram. O refluxo e a deterioração da relação de forças política e social, acompanhados de uma violenta campanha de intoxicação ideológica, deram lugar a um clima de medo e apatia e ao reforço das ideias e políticas mais conservadoras, em particular na União Europeia.

O objectivo da austeridade é levar o modelo neoliberal mais longe nos países mais vulneráveis, limitando o Estado Social a uma componente residual, dando lugar a uma economia profundamente privatizada e desregulada e a uma sociedade atomizada sem alternativas para além da resistência.

Com o desemprego estrutural e a precariedade extrema, favorecidos pelas mudanças nas leis laborais, os governos de direita e a troika estão a reduzir drasticamente os custos com o trabalho com consequências inevitáveis ao nível da contenção forçada do consumo interno.

Esta política deprime o nível de actividade, aprofunda a recessão, destrói empresas e sectores de actividade, aumenta as desigualdades e leva à pauperização extrema. Atrás da degradação económica e social desenha-se uma ofensiva às liberdades políticas e à democracia.

Em Portugal, a impossível desvalorização cambial no quadro do euro é como que compensada pela diminuição das importações e o aumento das exportações, conduzindo à reversão da balança comercial, por efeito de uma desvalorização da economia, do consumo interno e do investimento. Esta estratégia de empobrecimento reforça a injusta distribuição dos rendimentos e deixará um rasto de destruição de que será difícil recuperar. Travá-la é um imperativo de sobrevivência que deve mobilizar todos os que se opõem a este suicídio nacional.

Combater estas políticas, a troika e a austeridade do governo PSD/CDS, sem tréguas e sem concessões; restaurar condições para o crescimento económico; melhorar os níveis de vida; eliminar a pobreza e a desigualdade constituem o eixo central da nossa intervenção política e a grande prioridade do momento.

Este repto pressupõe a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo, apoiado em soluções inovadoras que compatibilizem crescimento económico e do emprego com preservação dos recursos não renováveis. O desafio que se coloca em nome da sustentabilidade ambiental visa assegurar prosperidade e bem-estar económico e social.

POR UM PROJECTO DE REFORMA DO EURO E DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A nossa economia foi severamente castigada pelo desenho das instituições de governação comunitárias e pela influência disfuncional do euro que criou desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis, excedentes nos países do centro europeu e défices comerciais e desindustrialização na periferia.

A crise financeira envolveu Portugal, a Grécia, a Irlanda ou a Espanha com vulnerabilidades diversas. O seu impacto gerou uma espiral de recessão e desemprego, levou à perda de receitas orçamentais e um aumento da despesa pública (quer em resgates à banca, quer pelo aumento de encargos sociais com o desemprego e a protecção social).

O que era um problema do sistema financeiro, resultado das políticas de desregulação, converteu-se num

problema de dívida pública, que permitiu o ataque da austeridade e beneficiou as instituições financeiras credoras alemãs e de outros países do centro europeu.

O BE deve defender o desenvolvimento da Europa baseado na sustentabilidade dos recursos, com Portugal dentro de euro. Mas a permanência no euro exige reformas profundas, compensações que neutralizem a sua desvantagem matricial, isto é, um arranjo institucional alternativo, fundado em mecanismos de controlo e participação democrática na governação económica europeia.

Para além da renegociação da dívida e do não pagamento da dívida ilegítima, exige-se uma mudança de estatuto do BCE e a criação de obrigações europeias (eurobonds), a desvalorização do euro e uma política fiscal de apoio às exportações dos países endividados, a nacionalização da banca intervencionada, o fim das offshores, a regulação do sector financeiro, e a elaboração de um plano comum europeu de relançamento da actividade económica e criação de emprego, apostando num investimento na ciência fundamental e experimental e na sua aplicação através da tecnologia nos diferentes sectores de actividade.

No plano da mobilização social e da batalha política, é necessário estimular formas de cooperação à escala europeia do BE com outros agrupamentos e forças políticas anti-capitalistas, para que estas propostas tenham eco internacional, tomando expressão não só em iniciativas conjuntas de carácter bi e multilateral, como na construção de caminhos para a organização ou apoio a iniciativas políticas concertadas.

PELA UNIDADE DA ESQUERDA

Nesta conjuntura de acentuado refluxo social e político, cresceu a aspiração à unidade contra a austeridade do governo PSD/CDS entre a maioria da população trabalhadora. É urgente encontrar propostas que consagrem e aprofundem esse desiderato.

No quadro da defesa da democracia, do Estado Social e dos direitos dos trabalhadores, há que criar um espaço de debate e comprometimento de toda a esquerda em torno de uma plataforma mínima.

Temos de vencer a divisão da esquerda e ir para além da mera resistência.

Precisamos de desgastar o núcleo duro que sustenta as políticas da troika, e nele está toda a direita, e a direcção e sectores significativos da elite do PS, que não participando no governo, procuram demagoricamente reflectir uma imagem oposicionista, insinuando-se como alternativa. A direcção do PS e a maioria do seu grupo parlamentar têm defendido a necessidade de medidas que estimulem o crescimento económico e criem emprego, mas votam as alterações mais agressivas à legislação laboral e medidas de impacto recessivo.

Neste momento de verdadeira emergência nacional **e de ameaça de crise política, face a um governo contestado nas ruas e isolado em relação à maioria da população**, temos de fazer um esforço acrescido pela unidade, combinando iniciativa e audácia, capacidade táctica e esforço concretizador, criando uma dinâmica em torno de uma plataforma mínima de reivindicações fundamentais, confrontando o PS e o PCP com essas propostas e iniciativas.

As manifestações de 15 de Setembro trouxeram para a rua a amplitude do descontentamento popular, o inconformismo contra o austeritarismo, mostrando como um poderoso movimento social se pode erguer em torno de uma consigna clara e mobilizadora: "Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!", introduzindo elementos inteiramente novos na actual conjuntura política e social. Na singularidade do seu enquadramento, também a concentração sindical de 29 veio mostrar o poderoso grito de protesto que cruza a sociedade portuguesa.

O Congresso Democrático das Alternativas constituiu um terreno fecundo onde devemos apostar. O BE terá de integrar soluções mais amplas, a par da crítica sem tréguas à direcção do PS e aos seus compromissos com o governo PSD/CDS, com a austeridade e as privatizações.

A não ser assim, o BE fica sem espaço para crescer ou sequer sobreviver, confinado às convergências com o PCP. (...)

A derrota eleitoral da direita em França e os extraordinários resultados da esquerda grega são animadores. **As diferenciações políticas geradas** no terreno das lutas sociais e da mobilização de massas podem precipitar os acontecimentos e tornar de novo actual a proposta do governo de esquerda.

A hipótese de um governo de esquerda que rejeita a austeridade, sugerida pela expressiva votação na Syriza, foi uma boa oportunidade para introduzir este tema no debate político.

O programa desse governo só poderá ser de ruptura com a política da troika, de defesa do Estado Social e de renacionalização das indústrias de bens e serviços públicos essenciais, e a sua composição deve solicitar todos os partidos de esquerda, bem como independentes e representantes dos movimentos sociais. Uma esquerda grande só pode extravasar a concepção de um governo de esquerda politicamente confinado ao BE e ao PCP.

O ataque sistemático ao núcleo duro da política da troika e a sua desagregação são absolutamente necessários. Mas só é possível provocar e aproveitar as diferenciações que possam surgir no PS com impacto junto das massas trabalhadoras interpelando-o e colocando-o perante as suas responsabilidades.

II PELA REDINAMIZAÇÃO DO BE CONTRA O ISOLAMENTO POLÍTICO, A DIVISÃO E O APARELHISMO

A situação política e a ausência de uma resposta mobilizadora de toda a esquerda estão a gerar iniciativas de grupos de cidadãos independentes ou filiados em partidos. Este mal-estar e a pressão que arrasta consigo colocam o BE **perante um enorme desafio.**

O BE nasceu da unidade entre diferentes agrupamentos políticos, valorizando as dinâmicas unitárias e o combate ao sectarismo. (...) Resumir a nossa intervenção à denúncia do governo PSD/CDS, da troika e da capitulação da direcção do PS **não basta.**

O BE precisa de mobilizar os seus aderentes para que

consigam reconhecer utilidade e eficácia na sua intervenção, para além das campanhas de propaganda a desenvolver.

O BE tem de reforçar a sua acção no movimento social, contribuindo para a articulação entre partidos, sindicatos e movimentos, actuando junto das populações duramente atingidas pela austeridade e que não têm encontrado nos partidos de esquerda e na vida parlamentar a alternativa que as circunstâncias exigem.

O BE deve fazer propostas mobilizadoras e inclusivas que permitam dialogar com o povo e responder às suas aspirações e aos seus objectivos de luta.

PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO LOCAL E AUTÁRQUICO

A implantação local é decisiva para a consolidação orgânica do BE, indispensável para vencer o imobilismo, particularmente ao nível dos núcleos e organizações concelhias, rompendo com uma visão que olha a base do nosso movimento como mera executora de operações de rotina associadas ao apoio a iniciativas centrais, sejam de natureza parlamentar ou campanhas de propaganda e agitação.

Precisamos de enraizamento no movimento associativo e restantes movimentos sociais; envolvimento nas lutas das populações e incentivar a discussão de questões ambientais e urbanísticas. **Os fóruns sociais podem servir para potenciar essas acções e para atingir esses objectivos.** A remobilização dos nossos núcleos e o alargamento da sua influência conseguem-se se formos capazes de mostrar que o trabalho com o BE é útil e tem eficácia no presente contexto político.

O BE tem de valorizar muito mais a postura dialogante com a sociedade apresentando um programa de convergência à esquerda; ser pólo aglutinador que pugna pela unidade da esquerda e vitalidade dos diferentes movimentos sociais, num momento de ataque feroz às condições de vida da maioria da população e à democracia.

As próximas eleições autárquicas devem constituir, por isso, uma oportunidade de valorização do traba-

lho local mas também um prolongamento da atitude unitária e dialogante, envolvendo as bases locais dos partidos de esquerda e activistas sociais.

A unidade nas autárquicas pode revestir várias formas, nomeadamente através de listas de cidadãos, em função de cada realidade local, com um programa claro de defesa da população contra os interesses imobiliários predadores, a luta pela sustentabilidade ambiental e urbanística, a defesa dos serviços públicos e pela criação de emprego, assegurando sempre a discussão pública dos programas locais e a construção das listas a apresentar. **Por outro lado, o Bloco não pode ser indiferente a amplas convergências de esquerda desde que democraticamente constituídas e assentes nos princípios mínimos enunciados.** Onde isso não seja possível o BE deverá concorrer com listas próprias.

POR UMA AGENDA DE LUTA FEMINISTA, ECOLÓGICA E SOCIAL

A feminização do trabalho tornou-se, ao longo das últimas décadas, um fenómeno incontornável. Conjuguar o anti-capitalismo com a luta feminista sem que cada uma destas lutas seja considerada prioritária em relação à outra, é o desafio que se nos coloca.

O discurso reivindicativo das lutas dos anos sessenta e setenta vem sendo engolido pela mensagem avassaladora dos media, que diariamente nos transmite uma miragem de plenitude conquistada, sugerindo já não haver necessidade de lutar por liberdades. Tudo teria sido alcançado: voto e outros os direitos constitucionalmente consagrados.

Enquanto isto, a violência doméstica prossegue implacável; as diferenças salariais impõem-se; o acesso à liderança, gestão e administração da sociedade, permanece inatingível para a maioria das mulheres ou é encarado como o preenchimento de uma quota. O trabalho doméstico permanece colado à pele das mulheres como uma luva invisível e coerciva.

Não é possível um projecto de mudança de sociedade que ignore ou minimize a luta feminista. A renovação da esquerda passa incontornavelmente por aí. Negá-lo é não só um retrocesso como é ignorar a natural sede de justiça, motor que faz andar a História. De

cada vez que a luta das mulheres afrouxa, regride o que se alcançou. A militância conservadora e de direita favorável à revisão da lei da despenalização do aborto é exemplo disso.

A luta feminista é justa, necessária e urgente. Não pode ser reduzida a um qualquer utilitarismo oportunista. Deve integrar a agenda do BE, recusando a propaganda, o paternalismo ou a manipulação. O feminismo não é só mais uma luta. Integra todas as lutas e nelas deve estar presente.

O BE considera que o combate à troika e às suas políticas pressupõe a luta por um modelo de crescimento económico baseado na protecção ambiental, designadamente na ecologia urbana e no desenvolvimento sustentável, apostado na justiça social e territorial, na melhoria dos níveis de vida, na distribuição mais igualitária da riqueza e eliminação da pobreza.

Este deve ser o caminho das regiões sustentáveis perseguindo as acessibilidades e a mobilidade sustentável como estratégia de desenvolvimento e de criação de trabalho "limpo", implicando racionalização dos recursos do planeta na construção de infra-estruturas e equipamentos colectivos, para além do alargamento dos mecanismos de democracia participativa.

Ao introduzir conteúdos das experiências de sustentabilidade na luta pela auto-organização na gestão dos recursos, estaremos a aumentar a consciência colectiva sobre comportamentos e padrões de consumo e de produção a atingir numa sociedade socialista, conferindo novas dinâmicas à luta anti-capitalista. O alargamento destas experiências, abrangendo a exigência de uma organização institucional também ela com obrigações e objectivos de sustentabilidade, abre perspectivas para a intervenção e a mobilização políticas nas regiões, não deixando de combater a interioridade e a desertificação. Estes temas poderão integrar as reivindicações de movimentos mais alargados, estimulando as populações locais a auto-organizar-se em grupos que reclamem justiça social nos transportes, na ecologia urbana e no desenvolvimento sustentável.

Ao nível do urbanismo, ordenamento e gestão do território, deverão ser criadas novas modalidades institucionais, com participação e fiscalização das popu-

lações, com autonomia em relação aos municípios, cuja actividade tenha incidência sobre os planos de urbanização das cidades e vilas, formulando as condições técnicas de ocupação e uso do território de acordo com um Plano de Deslocações Urbanas discutido democraticamente, após consulta pública. Também aqui os procedimentos de regularização desse plano e dessa ocupação e usos devem estar sujeitos a leis de racionalização do ar, da energia e da água. Neste contexto, as urbanizações devem reduzir a dependência em relação ao automóvel na base de uma acessibilidade e mobilidade sustentáveis.

Impõe-se a alteração da lei dos solos, de forma a impedir a apropriação privada de mais-valias urbanísticas, resultantes de meros actos administrativos.

O financiamento das autarquias deverá ser repensado. Deve ser dada prioridade à reabilitação urbana e à solução dos problemas energéticos e térmicos do edificado.

PELA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Os serviços públicos de acesso universal são característica essencial do Estado Social, asseguram igualdade de oportunidades e protecção das camadas mais vulneráveis da população. O governo PSD/CDS tem desenvolvido iniciativas que reduzem drasticamente o nível de serviço público, tentando quebrar a universalidade de acesso. A ofensiva neoliberal tem procurado desregular as relações laborais, restringir os mecanismos de protecção social na doença, no desemprego e na exclusão social, tentando a pauperização dos sectores sociais mais débeis e a privatização de funções básicas do estado como a saúde ou a educação.

O ensino público tem vindo a ser atacado pelos sucessivos governo PS e PDS/CDS, através de medidas economicistas como a redução da democracia no funcionamento e gestão de escolas e universidades e a elitização do ensino superior. O actual governo PSD/CDS pretende reduzi-lo a uma dimensão residual num quadro mais geral de privatização do ensino. A Escola Pública enquanto garante de igualdade de oportunidades, promotora da mobilidade social, formadora de cidadãos críticos, livres e informados,

construída no pós 25 de Abril está a regredir a toda a velocidade. A multiplicação de exames nos vários níveis de ensino e as reformas no ensino profissional servem apenas para punir e determinar, aos 12 anos, o futuro de cada criança.

Os custos da educação têm vindo a ser transferidos do Estado para as famílias colocando as universidades numa asfixia financeira. Com o agudizar da crise económica o resultado é a redução drástica do número de candidatos ao ensino superior, revelador de uma universidade que se torna novamente só para os poucos que podem pagar.

Por isto é tão urgente fazer uma defesa radical e mobilizadora da Escola Pública, reunindo professores, estudantes e pais numa larga base de apoio social, que permita combater o desmantelamento do sistema educativo público.

Da mesma forma, a privatização das redes das indústrias de serviços públicos essenciais, água, energia e transportes, introduzem um elemento de forte penalização das camadas sociais mais vulneráveis e tornam impossível assegurar a universalidade do acesso. O Serviço Nacional de Saúde português, um dos mais eficientes do mundo, responsável pela baixa histórica da taxa de mortalidade infantil e pelo aumento substancial da esperança de vida, vem sendo progressivamente desqualificado e articulado com a promoção da mercantilização e privatização dos cuidados de saúde que comprometem a sua missão essencial.

É urgente defender a renacionalização das redes de energia e transportes, combater as perspectivas de privatização dos sistemas de abastecimento e transporte de água e evitar o definhamento da escola o SNS. É fundamental defender um serviço nacional público de rádio e televisão, baseado na existência de empresas públicas financiadas pelo Orçamento Geral do Estado assegurando a pluralidade democrática, o acesso a conteúdos que o mercado não contempla e ajudando a regular o sector do audiovisual.

III
DEFENDER E VALORIZAR A
DEMOCRACIA INTERNA

O combate político e a necessidade de crescimento exigem-nos uma actuação diferenciadora dos outros partidos e que nos reforce como organização exemplarmente democrática.

Formalmente a democracia no BE funciona bem. Nas Convenções os delegados têm direito a usar a palavra. Os aderentes têm acesso aos boletins, grupos de militantes podem apresentar listas e candidatar-se às estruturas do partido. Mas esta não se pode resumir a uma liturgia formal apenas com o objectivo de legitimar e de entronizar direcções. A democracia deve ser um instrumento fundamental de construção do BE. A democracia interna qualifica e potencia a capacidade de intervenção do BE e é, também, um instrumento essencial de mobilização, esclarecimento e escrutínio, um apoio poderoso aos organismos de direcção e à sustentação das suas decisões.

A hegemonia partilhada entre correntes que serviu para construir o BE deve ser ultrapassada. As implicações desta nova configuração interna são de enorme importância, por envolverem um novo período organizativo e suscitarem e exigirem o acréscimo de representatividade e revigoração de todos os órgãos, desde a Mesa Nacional às coordenadoras distritais e às concelhias e núcleos.

Por outro lado entendemos que o direito de tendência é uma opção política que deve ser valorizada e constitui um património inalienável da tradição democrática do BE.

A sua desvalorização conduzirá à ambiência do pensamento uniforme onde não cabem as especificidades de formas diversas de expressão. Limitar o direito de tendência é limitar a própria democracia.

A MILITÂNCIA NO BLOCO

O BE atravessa uma crise de militância. O número de aderentes aumentou mas não conseguimos alargar a sua militância no período em que crescemos e sobretudo agora. **Mas também é certo que a militância no BE não é exactamente como em outros partidos. Esta é uma das nossas diferenças fundamentais - somos gente que pensa pela sua cabeça.** É tarefa

desta Convenção recuperar o entusiasmo num quadro politicamente **desafiador que impõe repensar e refundar o papel desta força política nova, diferente, um partido/movimento.**

Nem sempre temos conseguido criar mecanismos que permitam abrir o partido, as suas ideias e a sua intervenção à sociedade. O BE deve assumir a necessidade de desenvolver o máximo da sua actividade "fora de portas", levando as suas ideias, a sua comunicação e as suas iniciativas para o espaço público, combatendo a tentação do fechamento. Por outro lado, um Partido com tão grande desproporção entre o número de aderentes e de eleitores não pode dispensar a participação destes últimos no debate sobre as suas linhas políticas, o que significa criar mecanismos regulares de diálogo com não-aderentes.

Há que combater, através da abertura dos grupos temáticos e da composição de estruturas de direcção, alguma tendência, natural e compreensível, de marginalização de activistas que realizam o fundamental da sua acção em movimentos sociais exteriores ao BE e que não podem ter uma presença tão contínua nas estruturas partidárias. Algum do sucesso orgânico do partido passa por mantê-lo fora das suas sedes. É preciso clarificar direitos, deveres e procedimentos no funcionamento do BE, para que a sua vida democrática não seja capturada por processos de decisão paralelos à sua organização.

Este objectivo exige maior regularidade de assembleias concelhias e distritais, bem como a criação de grupos de trabalho temáticos ou de campanha, que permita mais envolvimento dos militantes. E implica repensar as campanhas políticas. Mais do que uma proposta e um folheto, estas devem ter prazos e metas; têm de possuir imagem e protagonistas, predispondo-se a uma lógica de alianças e assentar num balanço sério e realista das actividades - que pouco acontece.

É essencial uma maior clarificação de funções nos organismos de direcção com partilha de responsabilidades —evitando a excessiva centralização em poucos camaradas — e a eleição de coordenadores ou organismos de coordenação, quando existentes.

PARA ALÉM DAS CORRENTES

Para o funcionamento do BE reflectir esta evolução, é necessário dissolver, gradualmente, a importância central que as diferentes correntes ainda hoje assumem, o que não coloca em causa a existência de correntes e a sua importância como pólos de dinamização do debate político, tributários de diferentes trajectórias e perspectivas. Fundamental é que essa actividade seja um factor de enriquecimento do debate político no BE, evitando as posições concertadas ou estabelecidas numa lógica de trincheira, a disciplina de corrente e a substituição do verdadeiro confronto de ideias por batalhas de posição.

O BE tem de reforçar os seus mecanismos de debate interno, para lá do funcionamento orgânico. Iniciativas transversais, como o Socialismo ou a Vírus, são indiscutivelmente importantes e não podem ser episódicas na vida do BE. Tal como a lógica de organização da participação dos activistas deve deixar de ser claramente marcada pelos equilíbrios internos entre as famílias políticas existentes **privilegiando as competências e a disponibilidade específicas para o desempenho das responsabilidades que estejam em causa.**

DEMOCRACIA E RENOVAÇÃO

O BE trouxe à vida política uma nova geração de activistas e dirigentes. Porém, a renovação das direcções políticas, nacional e localmente, é ainda muito limitada. Muitos dos principais quadros, mantêm-se em funções desde a fundação do BE. Por vezes, como resultado da escassez de alternativas ou de mecanismos de reprodução de direcções através de práticas pouco democráticas e transparentes. Promover a democracia e combater o enquistamento no seio do BE exige reformular processos.

A utilização abusiva do voto por correspondência e da isenção de quotas - necessários à participação em igualdade de todos os militantes - e as restrições no acesso aos cadernos eleitorais por parte de listas alternativas têm distorcido resultados eleitorais de algumas concelhias e distritais do BE e gerado entraves à criação de listas.

É indispensável proceder a alterações aos Regulamentos Eleitorais e a alguns pontos dos esta-

tutos do BE. Devemos limitar o voto por correspondência às situações de ausência e de doença justificadas, garantir o acesso sem restrições aos cadernos eleitorais e enquadrar a isenção de quotas.

Finalmente, o exercício de funções de coordenação ou de participação em secretariados - mas não em funções de direcção política - deve ser limitado no tempo. A renovação das estruturas de direcção e das responsabilidades organizativas é essencial para a democracia interna e a superação de rotinas, para um Bloco mais interventivo, exigente, credível, inclusivo e criativo.

POR UM MODELO DE DIRECÇÃO QUE ASSEGURE CONTINUIDADE E EFICÁCIA

O BE instituiu a figura de um coordenador, o primeiro elemento da lista mais votada em Convenção para a Mesa Nacional e eleito entre os membros da Comissão Política.

Este modelo tem sido eficaz, garantindo uma referência estável no quadro exigente de solicitações do actual contexto político. Não se vislumbram justificações para alterar este modelo, que deve proporcionar ainda um quadro de funcionamento ao nível da direcção política que ultrapasse tradicionais mecanismos de equilíbrio representativo confinados às correntes fundadoras.

A existência de um Coordenador, por outro lado não é incompatível com o reforço dos métodos de direcção colectiva e de divisão do trabalho por áreas e frentes de actividade, com porta-vozes próprios. A direcção colectiva constitui em todos os escalões do BE, uma prática dinâmica e vivificante.

A Direcção do BE deve assentar ainda na valorização da Mesa Nacional, órgão máximo entre Convenções, a que se deve subordinar tanto a Comissão Política, como o grupo parlamentar, no respeito pela autonomia deste, que deverá eleger um líder parlamentar que goze evidentemente da confiança do grupo parlamentar, mas no qual os aderentes do Bloco se revejam pela sua capacidade de comunicação, pela densidade e consistência de resposta, pela sua acutilância e prestígio público.

Propostas de alteração aos estatutos

(os pontos novos ou com alterações estão a **bold itálico**)

PROPOSTA SOBRE A DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

PROPONENTE:

FERNANDO ANTÓNIO DA COSTA ROCHA

Artº 5º

Responsabilidades dos aderentes

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 (novo) - É dever de todos os aderentes, de alguma forma, lutar pela defesa dos direitos dos animais, denunciar aos órgãos do Bloco de Esquerda o seu conhecimento de casos de maus tratos e violências, de toda a espécie, contra os direitos dos animais, de que tenham conhecimento, bem como lutar pelo aprofundamento da legislação que vá nesse sentido.

Fundamentação:

Sempre considereei que a defesa dos direitos dos animais são um pilar fundamental de uma visão humanista da vida. Os animais são nossos irmãos de vivência e, entre outras razões, como tal devem ser respeitados, condenando-se, severamente, todos os maus tratos e protegendo-se, através da legislação portuguesa, os seus direitos, que devem ser sempre aprofundados. A nossa legislação é parca na defesa destes direitos de respeito pela vida, a começar pela Constituição da República, que é omissa nesta matéria. por outro lado considero que a Lei 92/95, de 12 de Setembro é um normativo, por demais insuficiente. Por todo este conjunto de razões, considero que a questão tem dignidade para figurar nos nossos Estatutos.

ISENÇÃO DE QUOTA

PROPONENTES:

HELENA FIGUEIREDO, ROSÁRIO VAZ, ANA LÚCIA MASSAS, HELENA O. CARMO, TEODÓSIO ALCOBIA, ALICE BRITO, ANA SEQUEIRA, HENRIQUE GUERREIRO, JOÃO LOUÇÃ, RICARDO SÁ FERREIRA, JOSÉ NUNES, PAULO SANCHES, JOÃO MINEIRO, ANDRÉ ANTUNES, PAULA DA COSTA, PAULA CABEÇADAS, PAULO CRISTIANO MARQUES, LUÍS MIGUEL PEREIRA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, ALEXANDRE ABALADAS, ROGÉRIO MIRANDA, FERNANDO LEITÃO CORREIA, SARA GOULART

Artigo 5º

Responsabilidades dos Aderentes

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - No caso de impossibilidade económica pessoal, o pagamento da quota anual pode ser dispensado, por decisão da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva sujeita a ratificação da correspondente Comissão Coordenadora Distrital ou Regional que também terá competência para decidir da dispensa caso se verifique a ausência de organização concelhia. **A dispensa de pagamento de quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação do próprio no ano seguinte e sucessivamente caso se mantenham as condições que deram origem à dispensa inicial.**

Fundamentação:

A não inclusão deste parágrafo leva a que haja a possibilidade de quem pede a isenção de quota por necessidade pontual possa ficar indefinidamente sem voltar a ser contactado para o fazer.

CRIAÇÃO DA FIGURA DE SIMPATIZANTE ORGANIZADO

PROPONENTE:
FERNANDO ROCHA

Artigo 6-A ° (novo)

Simpatizante Organizado

1 - É criada a figura de SIMPATIZANTE ORGANIZADO ou independentes com ligação ao Bloco, com os seguintes direitos e deveres:

- a) Assistir a qualquer reunião do Bloco de Esquerda, não restrita a aderentes, sem direito a voto;**
- b) Receber informação escrita de toda a actividade do Bloco de Esquerda, que não especificamente destinada a aderentes;**
- c) Pagar uma quota, de cinco ou mais euros anuais;**
- c.1) Nada pagará se estiver desempregado ou for estudante sem meios.**

Fundamentação:

Organizar pessoas que trabalham connosco, mas uns que jamais se tornarão aderentes e outros que o não equacionam, para breve, mas que já têm uma ligação forte com o BE, localmente ou de outra qualquer forma. A proposta tem uma vertente de mais forte ligação ao BE e uma vertente, também, importante, que é a financeira, para aumentar as fontes de rendimento da nossa organização.

COMISSÃO DE DIREITOS

PROPONENTES:
HELENA FIGUEIREDO, JOSÉ FRANCO, HENRIQUE GUERREIRO, CECÍLIA COSTA, JORGE MENDES, PEDRO LOPES, ANA BASTOS, FERNANDO LACERDA, ADELINO FORTUNATO, LUÍS PEREIRA, LUÍS CARAS ALTAS, ROSÁRIO VAZ, JOSÉ MANUEL FARIA, PAULA CABEÇADAS, ÍLIDIO DINIS, ANA PAULA DA COSTA, FRANCISCO BERNARDES-SILVA, DANIEL BERNARDO, PAULO CRISTIANO MARQUES, ANA LÚCIA MASSAS, FILOMENA SILVA, PEDRO REIS, ANA SANTOS, SARA GOULART MEDEIROS, LUÍS MIGUEL PEREIRA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS,

ALEXANDRE ABALADAS, ROGÉRIO MIRANDA, FERNANDO LEITÃO CORREIA

Artigo 9º

Comissão de Direitos

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da actividade do Movimento;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária **e regulamentar;**
- d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.

Fundamentação:

A conformidade dos regulamentos com as disposições estatutárias, às quais estão subordinadas, bem como a sua aplicação, deve ser matéria de análise e deliberação por parte da Comissão de Direitos;

MODELO DE COORDENAÇÃO

PROPONENTES:

DANIEL OLIVEIRA, NUNO TELES SAMPAIO, FRANCISCO COLAÇO, HELENA FIGUEIREDO, MARIA JOSÉ ESPINHEIRA, PAULO MARQUES, JOAQUIM MEALHA COSTA, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO VILHENA, ROGÉRIO MIRANDA, CECÍLIA COSTA, DIOGO MIGUEL MARTINS, F. N. BERNARDES-SILVA, ANTÓNIO CRUZ MENDES, SARA GOULART MEDEIROS, WILLIAM RICARDO NAVAL, PEDRO MENDONÇA, PAULA CABEÇADAS, JOSÉ BOAVIDA, MARIA DO ROSÁRIO VAZ, HUMBERTO CANDEIAS, DANIEL BERNARDO, PAULA DA COSTA, ANDRÉ ANTUNES, JOSÉ MANUEL FARIA, RAUL OLIVEIRA PEIXOTO, EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS, ADELAIDE SANTOS, MARIANA MARIA NOGUEIRA, RITA NAMORADO, VÍTOR SARMENTO, LUIS FILIPE C. CARAS ALTAS, NUNO SERRA, ISABEL FIGUEIREDO, ALEXANDRE ABREU, ALEXANDRE ABALADAS, JOSÉ NUNES, PAULO GRANJO, LUÍS MARTINS POTE

Artigo 11º**Comissão Política**

1 - [.....]

2 (novo) - Para efeitos de representação pública a Comissão Política tem como coordenador/a o primeiro nome da lista mais votada para a Mesa Nacional. No caso de algum impedimento, durante o período de exercício do mandato, será substituído/a interinamente, até à Convenção seguinte, pelo nome que siga na lista.

Fundamentação:

Todos os cargos electivos existentes, de facto, no Bloco de Esquerda, devem ter consagração estatutária, com regras claras e previsíveis. A informalidade, nesta matéria, é inimiga da democracia e permite que cada maioria conjuntural molde as regras de funcionamento do partido às suas conveniências do momento. As estruturas de direcção do Bloco, incluindo o seu coordenador, devem ser previsíveis para os militantes e terem processos de eleição e substituição claros.

O cargo de coordenador ganhou, como se viu nos últimos anos e se confirmou nos últimos meses, uma importância central para o partido e para a sua imagem. Deixar o modelo de direcção para cada moção é pouco transparente. Assim, os subscritores defendem que, como em qualquer organização política, a forma de escolher o principal representante público do partido e o modelo de direcção em que ele se integra passem a estar nos estatutos e não continuem a ser resolvidos, na prática, pelas direcções anteriores ou por cada moção concorrente.

**ASSEMBLEIAS CONCELHIAS,
DISTRITAIS E REGIONAIS**

PROPONENTE:

LUIS MARIANO GUIMARÃES

Artigo 12º**Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais**

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelos aderentes respectivos e compe-

te-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a actividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respectivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

3 (novo) - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais podem destituir as respectivas Coordenadoras que elegeram, e convocar (com Ordem de Trabalhos expressa e inequívoca) novas eleições.

4 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

5 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

6 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

Fundamentação:

É uma questão de elementar democracia interna. O Bloco enquanto organização revolucionária não está isento de acontecerem internamente "promessas não cumpridas". Se uma estrutura é eleita e não cumpre o programa que apresentou aos aderentes ou se o seu empenho político fica aquém das expectativas, poderá, se estes/as assim o entenderem ser destituída e convocadas novas eleições.

**COMISSÕES COORDENADORAS
CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

PROPONENTE:

LUIS MARIANO GUIMARÃES

Artigo 13º**Comissões Coordenadoras Concelhias,
Distritais e Regionais**

1 - [.....]

2 (novo) - Se por qualquer motivo, durante quatro meses, a Coordenadora em funções não enviar informa-

ção generalizada aos/às aderentes sobre a atividade do Movimento na sua área geográfica, qualquer grupo de cinco aderentes pode apelar para a Mesa Nacional no sentido de esta decidir a convocação de uma Assembleia de Aderentes para analisar e deliberar sobre esta questão.

Esta Assembleia, convocada extraordinariamente pela Mesa Nacional para dar voz aos/às aderentes abrangidos/as, poderá despoletar o processo descrito no Ponto 3 do artigo 12º.

3 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

4 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respectivo Regulamento.

Fundamentação:

Por razões de ordem política ou outras pode acontecer que uma estrutura distrital eleita “desapareça” durante um longo período de tempo alguns durante o mandato. Os atuais Estatutos não preveem esta situação, impedindo os aderentes de se pronunciarem. No caso das Concelhias há as Distritais para suprirem essa “falha”, mas se estiver em causa uma Distrital não existe estrutura “acima”, a não ser a Mesa Nacional, para resolver esse problema.

REGULAMENTOS ELEITORAIS

PROPONENTES:

HELENA FIGUEIREDO, ROSÁRIO VAZ, ANA LÚCIA MASSAS, HELENA O. CARMO, TEODÓSIO ALCOBIA, ANA SEQUEIRA, HENRIQUE GUERREIRO, JOÃO LOUÇÃ, RICARDO SÁ FERREIRA, JOSÉ NUNES, JOÃO MINEIRO, PAULA DA COSTA, PAULO CRISTIANO MARQUES, LUÍS MIGUEL PEREIRA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, PAULA CABEÇADAS, ALEXANDRE ABALADAS, ROGÉRIO MIRANDA, FERNANDO LEITÃO CORREIA, SARA GOULART

Artº 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 (novo) - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais votam, em respetivo Plenários, os regulamentos eleitorais próprios, em respeito pela harmonização com os princípios defendidos pelo Bloco de Esquerda. Questões omissas ou de divergência grave remetem para o artº 9º, alínea b). (Recurso para a Comissão de Direitos).

Fundamentação:

Não consta nos atuais estatutos qual o órgão que aprova os Regulamentos.

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

PROPONENTES:

MAMADOU BA, ALEXANDRE ABALADAS, ALEXANDRE LUMELINO ALBÉRICO AFONSO, ALEXANDRE GOMES, ANA MASSAS, ANA PAULA COSTA, ANDRÉ PEREIRA, ANTÓNIO RODRIGUES, ANTÓNIO SAMORA, ANTÓNIO SEQUEIRA, CARLOS CARUJO, CARLOS NEVES, CLARA ALEXANDRE, EDUARDO GRELO, ELISABETE FIGUEIREDO, FERNANDO ROCHA, FILOMENA SILVA, HENRIQUE GIL, HENRIQUE GUERREIRO, ISABEL LOUÇÃ, IRINA CASTRO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOÃO MADEIRA, JOÃO MINEIRO, JOSÉ GUERRA, LEONARDO SILVA, LUÍS PEREIRA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA LUÍSA BASTOS, MARGARIDA CASTRO FELGA, MANUEL ANTÓNIO, MARIA JOSÉ MARTINS, PAULO COIMBRA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, RICARDO SEQUEIROS COELHO, ROBERTO ROBLES, ROGÉRIO MIRANDA, SANDRA PAIVA, SÉRGIO VITORINO

Novo artigo, 14º-A

Limitação de mandatos

A partir da VIIIª Convenção:

a) o limite para o exercício de cargos eletivos públicos

de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

b) o limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos, nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

b.1) o estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a cem aderentes.

c) a contagem do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidos nas alíneas a) e b) tem início nos processos eleitorais posteriores à aprovação deste artigo.

Fundamentação:

O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeiros deputados na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

PROPONENTE:

LUIS MARIANO GUIMARÃES

Artigo 17º

Conferências Nacionais, Distritais e Concelhias A Mesa Nacional, as Coordenadoras Distritais ou ainda as Concelhias podem tomar a iniciativa de convocar Conferências dentro do seu âmbito geográfico, destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

1 - A Mesa Nacional, as Coordenadoras Distritais ou ainda as Concelhias podem tomar a iniciativa de convocar Conferências dentro do seu âmbito geográfico, destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

2 - Estas Conferências Nacionais, Distritais ou Concelhias são abertas a todos os aderentes do Movimento.

3 - Estas Conferências podem ainda ser organizadas e convocadas em conjunto por várias Coordenadoras Concelhias do mesmo distrito ou por várias Coordenadoras Distritais.

Fundamentação:

Existem temas comuns a várias Concelhias (do mesmo distrito) ou a várias Distritais que podem ser de interesse debater em conjunto pela sua dimensão regional ou pelos temas a debater (ex: duas Concelhias do Vale do Ave para debater o desemprego nos têxteis ou as três Distritais do Alentejo e a Distrital de Setúbal para debater o mundo rural na área do latifúndio).

SISTEMA DE VOTAÇÃO

PROponentes:

ALBÉRICO AFONSO, HELENA FIGUEIREDO, ADELINO FORTUNATO, ALICE BRITO, HELENA CARMO, NUNO SERRA, PAULA CABEÇADAS, SARA GOULART, TEODÓSIO ALCOBIA, JOÃO MADEIRA, HENRIQUE GUERREIRO, LUÍS CARAS ALTAS, JOSÉ MANUEL FARIA, PAULO CRISTIANO MARQUES, DIOGO MARTINS, PAULO CRISTIANO MARQUES, LUÍS MIGUEL PEREIRA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, ANA LÚCIA MASSAS, ÁLVARO DE SOUSA MONTEIRO, ALEXANDRE ABALADAS, ANA PAULA DA COSTA, ROGÉRIO MIRANDA, FERNANDO LEITÃO CORREIA

Artigo 18º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 (novo) - Às listas candidatas será facultado o acesso aos cadernos eleitorais (nacionais, distritais e conce-

lhios). Desses cadernos deverão constar os nomes dos aderentes, o seu contacto e menção do pagamento da cota ou respetiva isenção.

Fundamentação:

Uma das reivindicações do MUD, no pós guerra, era precisamente a do acesso aos cadernos eleitorais.

Mas não só. Um pouco por toda a parte, no equador de todas as ditaduras, a primeira queixa que é apresentada pelas oposições concorrentes é a da falta de acesso aos cadernos eleitorais.

Os estatutos do Bloco não devem, melhor, não podem continuar omissos relativamente a esta questão.

Analisemos as leis que integram o objeto desta discussão: estabelece o art.º 34 da lei orgânica 2/2008 de 14-5, no referente aos procedimentos eleitorais a adotar pelos partidos, que as eleições partidárias devem observar as seguintes regras: a) elaboração e garantia de acesso aos cadernos eleitorais em prazo razoável.

O Bloco votou esta lei.

Esta norma não carece de duas leituras para a sua correta interpretação. Não suscita dúvidas, nem requer pareceres. É clara como a água. Os partidos devem elaborar e garantir o acesso aos cadernos eleitorais em prazo razoável às listas concorrentes a qualquer ato eleitoral.

Por outro lado, a alínea c) do art.º 29 da lei do recenseamento eleitoral estabelece que os partidos políticos gozam do direito de obter cópia informatizada dos cadernos de recenseamento.

Isto quer dizer que o Bloco nas eleições a que concorre tem direito de acesso aos cadernos eleitorais; mais, quer dizer que os cadernos eleitorais não são listas privadas, propriedade de qualquer poder e, maxime, do próprio estado, que é obrigado a cedê-los para completa clareza do processo eleitoral.

Configura, portanto, uma ilegalidade grave a não cedência dos cadernos eleitorais. Ilegalidade tanto maior, quanto o facto de em anteriores eleições os cadernos terem sido expressamente solicitados. Portanto, nem sequer é uma ilegalidade por omissão. A desculpa invocada de que os estatutos seriam omissos relativamente a esta questão deve ficar nesta convenção definitivamente sanada.

PROPONENTES:

ALBÉRICO AFONSO, HELENA FIGUEIREDO, ADELINO FORTUNATO, ALICE BRITO, HELENA CARMO, NUNO SERRA, PAULA CABEÇADAS, SARA GOULART, TEODÓSIO ALCOBIA, JOÃO MADEIRA, HENRIQUE GUERREIRO, LUÍS CARAS ALTAS, PAULO CRISTIANO MARQUES, DIOGO MARTINS, JOSÉ MANUEL FARIA, LUÍS MIGUEL PEREIRA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, ANA LÚCIA MASSAS, ÁLVARO DE SOUSA MONTEIRO, ALEXANDRE ABALADAS, ANA PAULA DA COSTA, ROGÉRIO MIRANDA, FERNANDO LEITÃO CORREIA

Artigo 18º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - O voto por correspondência será admitido em caso de justificada impossibilidade de votação presencial.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Fundamentação:

O voto por correspondência tem-se revelado um mecanismo de distorção democrática.

Tem sido utilizado sem qualquer critério e sem possibilidade de controlo sobre a sua idoneidade (ex: votos depositados na caixa do correio das sedes, apurados sem que se possa aferir a autenticidade dos mesmos). Têm, pois, configurado fatores de deturpação da vontade democrática e falsificação dos resultados eleitorais.

A essência do voto por correspondência é a de facultar o acesso ao voto a quem não pode exercê-lo presencialmente.

Deste modo, esta forma de votação será sempre uma forma de votação supletiva, no sentido em que a forma desejável é a do voto presencial. Deve ocorrer apenas em situações de justificada impossibilidade de exercício presencial.

Assim sendo, a admissão do voto por correspondência deve ser regulamentada, no sentido de impedir que o mesmo se transforme numa angariação pouco clara de votos.

Os votos são declarações de vontade. Devem ser es-

clarecidos e autênticos. O voto por correspondência deve, portanto, ser um voto fiável. Deve conter a justificação da sua impossibilidade de estar presente no ato eleitoral, acompanhada da necessária identificação. Deve ser remetido por via postal.

PROPONENTE:

LUIS MARIANO GUIMARÃES

Artigo 18º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 (novo) - As Comissões Eleitorais responsáveis pela organização dos processos eleitorais para as Coordenadoras Regionais, Distritais ou Concelhias são eleitas por voto secreto com base em listas.

A Comissão Eleitoral é formada pela lista que obtiver mais votos. Em caso de empate a Comissão Eleitoral integrará todos os/as aderentes das duas listas mais votadas.

5 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

6 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respectivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

7 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

Fundamentação:

A eleição da Comissão Eleitoral deverá obedecer aos mesmos trâmites de eleição em lista. Escrever num “papelinho” um nome, e os três nomes mais votados formam a CE não é um processo democrático pelo simples facto de que o primeiro nome pode ter a confiança da esmagadora maioria dos aderentes do

Plenário Eleitoral e o terceiro membro apenas recolher a confiança de meia dúzia.

MÍNIMOS E PROPONENTES (COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS)

PROponentes:

HELENA FIGUEIREDO, ROSA FÉLIX, MIGUEL SAMPAIO, JOSÉ MARIA SALGUEIRO MOURA, AMÁLIA OLIVEIRA, JORGE MENDES, ANA BASTOS, ADELINO FORTUNATO, NUNO SERRA, LUÍS MIGUEL PEREIRA, LUÍS FILIPE CARAS ALTAS, JOSÉ MANUEL FARIA, ALEXANDRE ABALADAS, MARIA JOSÉ VITORINO, PAULA CABEÇADAS, DANIEL OLIVEIRA, PAULA GIL, DIOGO MARTINS, PAULO CRISTIANO MARQUES, MARIA JOSÉ ESPINHEIRA, WILLIAM NAVAL, ISABEL FONSECA, DANIEL BERNARDO, ANA LÚCIA MASSAS, CELINA ADRIANO, FRANCISCO COLAÇO, PEDRO REIS, DIOGO MARTINS, RITA PAZ, ANTÓNIO ALBERGARIA SAMARRA, FILOMENA SILVA, SARA GOULART MEDEIROS, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, ANA PAULA DA COSTA, ROGÉRIO MIRANDA FERNANDO LEITÃO CORREIA

Artigo 18º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respectivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos, **não tendo lugar a necessidade de proponentes para além dos elementos que constituem a lista.**

6 - [.....]

Fundamentação:

Não havendo necessidade de mínimo de candidatos para uma lista, (tal como foi interpretado pela atual Comissão de Direitos), qualquer Aderente se pode candidatar, mesmo individualmente; no entanto terá de haver um mínimo entre candidatos e proponentes para a constituição de lista.

Por outro lado, quando uma lista se candidata, tem sempre de apresentar uma moção de orientação política, não havendo, portanto, lugar a que para além dos membros da lista se exija a apresentação de proponentes.

PROONENTES:

ANA LÚCIA MASSAS, PAULA DA COSTA, ANDRÉ ANTUNES, LUÍS MIGUEL PEREIRA, MARIA JOSÉ ESPINHEIRA, HELENA CARMO, ANA SEQUEIRA, ROGÉRIO FERNANDO SOUSA MIRANDA, JORGE GUSTAVO LOPES, ANTÓNIO PINTO REIS, BILL WILLIAMS, ANA BASTOS, DANIEL OLIVEIRA, JOSÉ GUERRA, HENRIQUE GUERREIRO, TEODÓSIO ALCOBIA, JOÃO LOUÇÃ, JOSÉ NUNES, JOÃO MINEIRO, ALBERICO AFONSO, PAULO CRISTIANO MARQUES, SARA GOULART, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, PAULA CABEÇADAS, ALEXANDRE ABALADAS, FERNANDO LEITÃO CORREIA

Artº 18 º (correspondendo ao atual 18º)

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Em todas as votações, o voto pode ser exercido por correspondência via CTT (unicamente), desde que devidamente acompanhado de comprovativo de identificação pessoa simples (fotocópia, por ex.)

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Propostas da Mesa Nacional de alteração aos estatutos

(alterações a bold)

ARTIGO 3º ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respectivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente fica vinculado a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado. No caso de aderentes fora do país, ficam vinculados a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

ARTIGO 5º RESPONSABILIDADES DOS ADERENTES

1 - São responsabilidades dos aderentes:

a) - Promover os objectivos políticos do Movimento e actuar civicamente em conformidade.

b) - Cumprir os Estatutos.

c) - Contribuir para o financiamento das actividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, **por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia**, caso exista. **A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação do próprio no ano seguinte.**

ART. 6º SANÇÕES

1 - Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência;
- b) Suspensão de direitos até um ano. **A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção.**
- c) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) **A nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvido.**

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

a) **O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações do recorrente.**

b) **O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.**

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional.

a) **O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional.**

b) **É obrigatoriamente facultada ao aderente visado**

pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.

ART. 10º MESA NACIONAL

(...)

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual **e o seu eventual pagamento faseado.**

5 - Compete à Mesa Nacional, **sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.**

6 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

7 - Compete à MN aprovar a lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política dos eleitos.

ART. 11º COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direcção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu **e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política dos eleitos**, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

ART. 13º COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direcção quotidiana do Movimento no respectivo âmbito e, de acordo com a política do Movimento, a actividade do Bloco de Esquerda.

a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

(...)

ART. 14º-A (NOVO) **ALIMITAÇÃO DE MANDATOS**

A partir a VIII Convenção Nacional:

a) O secretariado nacional e os secretariados das comissões coordenadoras concelhias, distritais e regionais que vierem a ser eleitos são sempre renovados em pelo menos um terço dos seus membros.

b) Nenhum dos seus membros exercerá funções por mais de dois mandatos consecutivos.

Contributos para os debates da VIII convenção



Cultura, o maior inimigo da inevitabilidade

ADA PEREIRA DA SILVA, BRUNO CABRAL, CATARINA MARTINS, PAULO MENDES, PEDRO RODRIGUES
SARA CURA, TIAGO IVO CRUZ

Cultura abre sempre a porta à alternativa. Por essa razão qualquer governo autoritário, inclusivamente os democraticamente eleitos, apreende instintivamente a necessidade de restringir, condicionar e submeter às suas ordens aquilo que se entende como serviços públicos de cultura. Dos teatros às bibliotecas, das coletividades às companhias amadoras e profissionais, o guião é sempre o mesmo. E tem sido espetacularmente bem sucedido. Trata-se de uma alteração estrutural e sem retorno daquilo que entendemos por política cultural. Este trajeto não começou com o atual governo. Francisco José Viegas limitou-se a encerrar um ministério condenado por sucessivos governos que com cada vez menos fizeram menos, sem surpresas. Mas este é o exemplo cabal do quão importantes são as palavras. Porque foi política de regime, consensual entre liberais e alguma esquerda, que se podia fazer mais com menos. Uma fuga em frente que nos trouxe o criativismo, a diversificação das fontes de financiamento, o empreendedorismo, a submissão da cultura ao turismo e o património como produto de valor acrescentado. Mas naquilo que importa, no seu conteúdo prático, a criatividade não passou de uma desculpa para a desorçamentação, o empreendedorismo não passou de precarização de artistas, e a diversificação ministerial um esvaziamento da influência política daquilo que é Cultura. Coisas feias, pouco polidas mas que estão lá.

É o trabalho da esquerda socialista recuperar o terreno perdido, reafirmar sem pudores as velhas ideias que continuam válidas, recuperar o sentido das suas palavras rejeitando o dilaceramento ideológico que a criatividade, o empreendedorismo, e todos os sonhos que um modernismo sempre por vir inculcaram no cerne da política e da cultura na nossa sociedade, de Londres, Paris e Berlim diretamente para Lisboa sem qualquer modelação que lhe esconda a face exceto para quem não queira olhar.

Não, Cultura e Turismo não são sinónimos nem devem viver debaixo do mesmo telhado ministerial. Olhemos para o que isso significa tanto para a Cultura mas também para o modelo de Turismo que pretendemos desenvolver. Museus destituídos de equipas de investigação, porque o que importa é captar turistas em visitas únicas e não repetíveis, um turismo pirata que não exige novas exposições, muito menos serviços educativos e de proximidade para com a comunidade.

Significa também um património sem investigação histórica e histórias reduzidas a panfletos e guias turísticos sem preparação. O que se exige é por isso aquilo que apesar de tudo se foi construindo com sucesso no Portugal democrático. Museus e património vivos, equipas de investigação que constroem conhecimento e o expõem ao público.

Não, a criatividade não é a resposta para os nossos serviços públicos de cultura. A criatividade é um modelo económico que exige concentração maciça de capital e uma rede de agentes culturais extensa e plural. Mas os seus proponentes esquecem-se sempre de um elemento fulcral. Em todas as cidades onde este modelo vinga isso acontece devido a um suporte de infra-estruturas públicas e financiamentos públicos maciços. De Londres e Berlim a Hong Kong, sem exceção. Pelo contrário, em Portugal a criatividade foi adotada como fuga política para esconder a desorçamentação extensiva dos serviços públicos. E não cabe à esquerda desculpar este estado de coisas e olhar para o lado. Os problemas enfrentam-se de frente, sem rodeios.

Por último, não o empreendedorismo não é a resposta para nada. O maior investidor deste país em Cultura dos últimos dez anos não foi o Estado, muito menos as empresas, mas sim os próprios artistas.

Foram eles que num cenário de redução drástica de apoios contraíram empréstimos, submeteram-se a segundos e terceiros empregos mal pagos, para conseguirem financiar a sua atividade profissional.

Fossem atores, músicos, escritores ou realizadores. Esta gente tem empreendedorismo a mais e a esquerda tem a responsabilidade de se bater pela sua dignidade. Isso faz-se também por combater aquilo que as palavras significam e não arranjar novas palavras para esconder as verdades feias. Não queremos precariedade ou trabalho partilhado. A alternativa é trabalho com direitos.

A resposta socialista para a Cultura não é nada de novo nem espetacular. Chama-se democracia. Começamos por dar significado às velhas ideias, de forma simples e sem rodeios, por serviços públicos de cultura ancorados na pluralidade e na democracia.

Intervenção local: cidades, territórios e cidadanias

ALBERTO MATOS, PEDRO SOARES

As contradições sociais são inevitáveis e estão sempre presentes no território, espaço estratégico de acumulação capitalista. É assim quando o solo se transforma em imensa mais-valia urbanística ou quando o espaço público e os serviços à população são privatizados.

A intervenção local é também a opção por um dos lados, mas onde o conflito está associado às condições históricas e geográficas de cada sítio em concreto, por vezes com particularidades irreproduzíveis que lhes conferem características próprias e incontornáveis.

A intervenção política local é a escala de participação no conflito social mais próxima das populações e com uma base territorial. A ação autárquica, a parte institucional da democracia local, é um dos instrumentos para essa intervenção.

A construção de uma alternativa de esquerda credível, sólida, enraizada e com apoio popular não pode deixar de considerar esta dimensão local da ação política. Os casos recentes dos movimentos contra as portagens nas ex-scut ou da exigência de referendos locais sobre a agregação de freguesias, são apenas dois exemplos de lutas da esquerda, com importante presença do Bloco, que articulam intervenção parlamentar, autárquica e popular (manif's, abaixo-assinados, sessões públicas, etc.) com as suas características e particularidades locais ou regionais.

Mercantilização neoliberal do território

A mercantilização do território tornou-se no elemento mais estruturador da organização socio espacial nos últimos anos e procura sobrepor-se a todos os outros. Transforma a vida urbana num processo transversal de criação de lucro. Desde o solo até aos serviços de primeira necessidade, tudo está ao serviço dos negócios e do tráfico de influências.

As lutas têm surgido em torno da defesa da água pública como em Barcelos, contra a privatização do espaço público como no Cartaxo com a concessão do estacionamento, pelos postos de trabalho como em Viana do Castelo com os estaleiros, ou contra o encerramento de serviços públicos como tem acontecido em muitos municípios de norte a sul.

As ondas de choque provocadas pela atual crise tendem a agravar este quadro. Governo e autarquias descarregam sobre os cidadãos os custos da crise, desde os brutais aumentos do IMI até aos aumentos das taxas municipais exigidas pelo PAEL (Plano de Apoio à Economia Local) às câmaras endividadas.

Ao contrário do que o rótulo indica, o PAEL não se destina a dar nenhum apoio à economia local, antes contribui para o seu es-

trangulamento pois trata-se de um memorando da troika aplicado às autarquias. Em ano pré-eleitoral, este empréstimo permitiria pagar algumas dívidas e ajudar à reeleição de quem está no poder, mas os juros agiotos e as condições draconianas hipotecam a autonomia local até 20 anos – 5 mandatos!

E, mesmo a curto prazo, nem seriam os fornecedores locais os primeiros beneficiários: a título de exemplo, metade do valor elegível para o empréstimo que a Câmara de Évora pretende contrair destina-se à regularização da dívida de mais de 6,5 milhões € à Águas do Centro Alentejo – parceria com a Águas de Portugal. Tal como o memorando da troika, o PAEL é um incentivo às privatizações, neste caso da gestão dum bem essencial como a água que tem sido financeiramente desastrosa para os municípios e para a qualidade do serviço público.

A crítica e o combate a este modelo neoliberal que, de forma mais ou menos assumida, tem penetrado na lógica das políticas autárquicas e está na origem da corrupção, devem estar no centro de um programa para a intervenção local e autárquica do Bloco.

Aprofundar a Democracia Local

A direita tentou a mudança da lei eleitoral autárquica. Não o conseguiu nesta fase, mas não desistiu do seu objetivo comum com o PS de diminuir a democracia local, tornando-a menos representativa e menos plural. Percebeu que a proximidade das autarquias com as populações é perigosa. Quer menos oposição e mais poderes concentrados nos presidentes de câmara. Entretanto, recusa uma peça essencial de qualquer reforma administrativa, a regionalização.

O Bloco recusou aquela reforma da lei eleitoral e deve avançar com propostas para o aprofundamento da democracia local representativa e participativa. Mais poderes para as assembleias, por exemplo conferindo-lhes capacidade de fiscalização efetiva e de iniciativa em matéria orçamental e novas competências para censurar e destituir os executivos, tornando-os mais vulneráveis à pressão da participação cidadã.

O primeiro grande ataque da direita contra a democracia local foi apontado às freguesias. Para já teve uma derrota política. A maioria dos municípios abrangidos, cerca de 2/3, não emitiram pronúncias favoráveis à RATA – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – e decidiram não colaborar com o governo na extinção de freguesias.

Neste processo, o Bloco afirmou-se porque tem uma proposta política ao mesmo tempo diferenciadora e enraizada no sentir das populações a que quer dar voz e poder de decisão: o referendo local.

Inevitável? Só outra Europa.

ALDA SOUSA, MARISA MATIAS

A austeridade está a matar a União Europeia. Imposta pelos governos e pela Comissão, ela ataca as bases da coesão social e territorial e sequestra a própria democracia. Sendo os bancos alemães que mais lucram com as políticas de austeridade, também é verdade que, para além da divisão entre Estados-membros, se aprofundam as desigualdades dentro de cada país.

Com a crise financeira, a Europa viu-se raptada pela austeridade, ao mesmo tempo que as instituições europeias foram tornando claro o seu programa: ir buscar ao trabalho para dar ao capital. Perante a ofensiva neoliberal em todas as frentes, juntar forças, apresentar proposta e alternativa com quantos se revêem na urgência da ruptura com as políticas e os responsáveis que colocaram a Europa e o país em crise. Esta é a resposta da Esquerda.

Foram os governos europeus do bloco central que, na Europa, acreditaram que o crescimento económico dependia da livre circulação dos capitais, que o enriquecimento sem limites de alguns era uma condição do bem comum e que o mercado substituiria com vantagem as obrigações e direitos sociais consagrados. O resultado foi: uma União Europeia que não sabe estar à altura das responsabilidades que a crise impõe. Ao invés de relançar as economias, afundam-nas. A crise tornou evidente o limite e a fraqueza de uma construção europeia que unificou os mercados mas que recusou desenvolver políticas comuns para defender o emprego, promover a igualdade, combater a pobreza e aprofundar a protecção social. Pelo contrário, impôs corte nos salários e nas pensões. O caminho alcançado não poderia pois ter sido outro: a divergência ganhou força, o projecto europeu converteu-se num modelo de “cada um por si”, o objectivo principal passou a ser “disciplinar” o Sul, cavalgando sobre a ideia de que os do Sul são preguiçosos e que viveram acima das suas possibilidades.

Comandados pela chanceler alemã, os governos começaram a disparar medidas em todas as direcções, evitando o essencial: é o capital e não o trabalho que deve desembolsar os recursos para enfrentar a crise. A falência do projecto europeu tal como o conhecemos começou a ser uma possibilidade. Quando os que mais sofrem precisam de Europa falham políticas públicas nos planos económico e social. Esta Europa reincide no erro e revela os piores vícios de autoritarismo e arrogância.

O problema estrutural português resulta da sua condição periférica. Não é um problema sumário de défice ou de dívida, mas de endividamento externo no contexto do Euro. O problema com que nos batemos é o da austeridade e da recessão. A Europa que precisamos é a que é capaz de responder à urgência e de ser solidária. Precisamos de um novo Tratado Europeu democrático que coloque as instituições europeias a sustentar as políticas que a crise exige. Precisamos de políticas orientadas para o emprego e para o crescimento e não de um Tratado Orçamental que inscreva a austeri-

dade como letra de lei ou de um pacote de governação económica que continua a ter o défice e a dívida como alfa e ómega de uma política destinada ao empobrecimento colectivo. Precisamos de um Banco Central Europeu democraticamente escrutinado e que coloque a política monetária ao serviço da criação de emprego, de um orçamento ambicioso, que permita impulsionar serviços públicos e políticas sectoriais de escala europeia, de harmonização fiscal, de acabar com os offshores, de um combate à evasão fiscal no IVA intra-comunitário, de mutualização da dívida pública, de uma taxa sobre as transacções financeiras à escala europeia, do crédito como um bem comum, de uma coordenação económica dinâmica. Precisamos de rever a fundo a arquitectura institucional do Euro, (não há Euro sem coordenação, mas sabemos igualmente que não há Euro sem orçamento europeu digno desse nome). E não precisamos de um modelo de coordenação económica assente numa lógica de intrusão punitiva sobre as opções económicas e orçamentais dos Estados-membros.

Durante mais de um ano a crise grega era da estrita responsabilidade dos gregos e o mesmo se pode dizer em relação às restantes. Desta lógica nasceram os bailouts, planos financeiros que garantem o reembolso dos credores, afundando os países que se encontram na recessão e no desemprego. Imagine-se o absurdo que é aplicar multas complementares à Grécia e a Portugal por dívida excessiva. Mas foi mesmo esta a promessa e a prática: combater o défice com mais défice e dívida com mais dívida. Ninguém pergunta o óbvio: quanto tem custado e está a custar aos gregos, aos portugueses, aos irlandeses, aos espanhóis, aos alemães a absoluta irresponsabilidade com que as lideranças europeias têm abordado a crise do Euro?

Não há Europa que resista a uma era de divergência estrutural entre centro e periferias, onde a competitividade de uns se financia nos excedentes comerciais garantidos por um Euro sobrevalorizado face ao dólar e a de outros só pode ser obtida pela compressão dos salários e o dumping fiscal. É o que está a acontecer na Grécia e em Portugal.

Qual a resposta da Esquerda a este modelo desgraçado onde o governo alemão põe e dispõe e o Trabalho e o Sul perdem? Que resposta quando os ataques às bases da coesão social conduzem ao eurocepticismo e ao nacionalismo? A resposta estratégica da Esquerda tem de ser a da solidariedade internacionalista, procurando conjugar as respostas nacionais e as europeias, encontrando e implementando redes de solidariedade e de convergência tanto ao nível das lutas sociais como no plano político e institucional.

A convergência das Esquerdas poderá ser prioritariamente concretizada numa frente unida das periferias. A recente experiência grega mostrou que era possível resistir às políticas da troika e que em política não há inevitabilidades, mas sim escolhas.

Um sector estudantil para transformar a sociedade

ALEXANDRE CARNEIRO, EDUARDO MARQUES, GONÇALO CABRAL FERREIRA, GONÇALO PESSA, INÊS GONÇALVES, INÊS RIBEIRO, JOÃO COSME, JOÃO MINEIRO, JOÃO SANTOS, LEONOR FIGUEIREDO, LUÍS MONTEIRO, NATACHA FERREIRA, SARA SCHUH

Portugal atravessa hoje uma das crises mais profundas de sempre. A tirania da dívida pretende, em nome da salvaguarda do sistema financeiro e da garantia dos juros dos especuladores, pôr os jovens, os estudantes, os trabalhadores empregados e desempregados a pagar a crise.

Em tempos de ditadura da dívida, todas as opressões e desigualdades se intensificam. É também essa a marca na vida dos jovens e dos estudantes. Se o abandono escolar já era um enorme flagelo social, com as políticas da troika ele agudizou-se, deixando a nu o seu carácter de classe: são os estudantes carenciados os que mais abandonam a escola. São também os jovens em condições económicas mais frágeis que são postos fora do Ensino Superior ou que não perspetivam sequer a sua frequência. É desta maneira crua que se manifesta o rolo compressor das políticas de austeridade. Neste contexto, a solução do governo não podia ser mais clara: condenam-nos ao desemprego, ao emprego intermitente e à precariedade eterna, quando não convidam os jovens a emigrar e abandonar o país. É isto que nos querem impor. Sempre lutámos por um futuro com direitos, continuaremos a fazê-lo ainda com mais força e convicção.

No domínio da educação, à agenda liberal soma-se agora uma conceção conservadora sobre a escola e o ensino. O projeto da Direita unida, personificado em Nuno Crato, passa pela diferenciação de percursos e de vias, pela recuperação de um ensino autoritário, pelo monopólio do exame como forma de avaliação, pelo desprezo pela pedagogia e pelos espaços de aprendizagem informal, pela expulsão para fora do espaço da escola do mundo da vida, da sexualidade e da sua discussão, das dimensões da participação política e da vivência democrática interna.

Os estudantes do Bloco têm por isso um papel fundamental na criação de um novo ciclo político de contestação às políticas da Troika e na revitalização do movimento estudantil. Esse é um dos compromissos fortes da moção A para esta Convenção.

Os estudantes do Bloco já têm um papel relevante em algumas associações de estudantes, em diversos coletivos, movimentos

e espaços de politização da universidade. Só ganhando mais Associações para a luta, multiplicando os coletivos e os espaços de intervenção alargada, fazendo pontes de unidade com todos os estudantes, de partidos ou não, que não se reveem no atual estado do Ensino, é possível criar um novo polo político estudantil de oposição às delegações do governo e do poder que, no movimento associativo, tentam boicotar qualquer perspetiva de politização e contestação estudantil.

A revitalização do ativismo no Ensino Secundário e de alargamento da participação deste sector no Bloco deve ser um objetivo prioritário. A longo prazo, temos de assegurar a existência de uma rede sólida de ativismo estudantil que passe pelo trabalho exercido pelos militantes do Bloco de Esquerda. Nos dois anos que se seguem a esta Convenção, temos a responsabilidade de constituir resistências à destruição da escola pública.

O estado atual do Ensino Superior é o resultado de três tipos de políticas implementadas pelo PS, pelo PSD e pelo CDS na última década: aumento exponencial de propinas, redução generalizada na ação social, introdução e generalização dos empréstimos bancários como forma de compensar as despesas das propinas, os custos do ensino e a insuficiência das bolsas. Contra a destruição da escola pública, os ativistas estudantis da moção A assumem como compromisso do Bloco nas universidades o fortalecimento da democracia no Ensino Superior público, o seu carácter igualitário, universal e de qualidade.

Nos últimos meses, a resistência social tem-se intensificado. São disso exemplo iniciativas como o 15 de setembro ou a próxima greve geral de 14 de novembro, que deve ser generalizada e envolver trabalhadores sindicalizados e precários, desempregados e estudantes. Juntando diferentes setores em luta, os ativistas do Bloco têm de ser capazes de organizar atividade nas suas escolas e também de engrossar o caudal de protesto que percorre a sociedade portuguesa. É aí que ganharão força as alternativas para romper com a austeridade, garantir a democracia e os serviços públicos, transformar a escola e a sociedade.

Regresso ao governo de Esquerda

ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO CABRAL, CARLOS CARUJO, EDUARDO GRELO, HENRIQUE GIL
ISABEL LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ GUERRA, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES
PAULO COIMBRA, SANDRA PAIVA, SÉRGIO VITORINO

No processo de debate da última Convenção alguns de nós apresentámos um texto sobre a questão do “governo de esquerda”. Sentimos agora necessidade de reafirmar algumas destas ideias e de repensar outras. Até porque o “governo de esquerda” se foi transformando num consenso de tal forma alargado no BE que ambas as moções o enfatizam e que esta fórmula se utiliza como propaganda política em momentos-chave como as últimas legislativas ou a manifestação de 15 de Setembro. Até porque o resultado eleitoral do Syriza na Grécia colocou, pela primeira vez, a possibilidade iminente de um movimento de esquerda à esquerda da social-democracia tradicional conquistar uma maioria de governo na Europa Ocidental, com todas as questões que daí derivam e porque esta situação pareceu promover a ideia simplista de que o crescimento eleitoral se deu porque e quando se apresentou uma palavra de ordem semelhante ao “governo de esquerda”.

Em primeiro lugar, sublinhe-se que esta ideia é um buraco negro na comunicação do BE. Assim que é pronunciada, a fórmula engole tudo à sua volta, apagando o resto da mensagem política. O imediatismo mediático ouve governo, esquece esquerda, e apenas pergunta insistentemente pelo PS. Daí que caberia fazer um balanço crítico desta utilização quer no âmbito das legislativas quer no contexto da gigantesca manifestação de 15 de Setembro.

Em segundo lugar, sublinhe-se que a amplitude e indeterminação do conceito, longe de ser uma força pelo seu carácter aglutinador, se torna uma fraqueza arriscando-se a ser um significante vazio. Assim, para alguns tem um valor apenas tático, para outro estratégico. Para uns é uma espécie de marketing anti-sectário que permite distinguir do PCP e desafiar o PS para se deslocar para a sua esquerda, para outros parece ser uma mera forma de apresentação de um programa político em nome próprio. Para uns é uma ideia urgente para resolver a crise na sua presente fase, para outros parece ser uma ideia no limbo a aplicar “quando o meu povo assim quiser” ou quando um “momento grego” a torne eficaz. Para uns só é realizável se o PS e o PCP mudarem de natureza, para outros implicaria igualmente que fosse o BE a determinar a relação de forças. Para uns é uma proposta realista de transformação social de cima para baixo e para outros é uma proposta vantajosa politicamente mas um projeto impossível já que não acreditam nessa mudança de natureza das forças políticas a que nos dirigimos. Para uns é a proposta de estabilização do sistema político-social e uma modalidade de social-democracia e para outros seria apenas um preâmbulo para uma situação revolucionária já que uma política social-democracia seria por definição impossível hoje. Sendo tanta coisa, servirá no fundo para quê?

Em terceiro lugar, sublinhe-se que falha em algumas das suas pretensões. Falha enquanto forma de apresentar as medidas de uma política alternativa uma vez que a forma se torna, como já afirmámos, ruído ensurdecedor. Falha na resposta aos justos anseios de uma alternativa à política austeritária, mobilizando uma esperança urgente de unidade para logo dececionar esta expectativa de que nasce. Falha porque a veemência da sua afirmação não faz magicamente o BE ser percebido como alternativa de governo nem se traduz por qualquer passo construtivo no sentido de alianças necessárias.

Falha porque dá a ilusão de responder a problemas profundos que muito temos ainda de pensar correndo o risco de os apagar superficialmente:

- a questão tática da relação face a um social-liberalismo, o qual permanece como candidato à alternância sem alternativa face à qual nos propusemos sempre “correr por fora”;

- as grandes questões estratégicas de um movimento anti-capitalista por exemplo o posição da esquerda anticapitalista face ao Estado e governo, já para não falar nas formas de ultrapassagem do sistema capitalista.

Em quarto lugar sublinhe-se que a fórmula contém o perigo de reforçar a crença de que a crise se pode resolver apenas no plano nacional e de que no plano nacional se resolve apenas no plano eleitoral.

Para além do mais, corre-se o perigo de reforçar a ideia de que a um governo de esquerda deve corresponder uma esquerda de governo, ou seja uma esquerda cujo conjunto de práticas se deve pautar sobretudo pela institucionalização.

Para a política imediata, governo de esquerda e teoria de que a linha divisória da esquerda não conjugam. Para a política de longo prazo, valem mais os pequenos grandes esforços que sabemos empreender do que os soundbytes. Para a resposta urgente à espiral austeritária é pois urgente pensar dinamicamente os diversos níveis da escala móvel das alianças sociais e políticas e as formas variadas do duro combate contra-hegemónico. Para pensar o que é uma organização anticapitalista numa situação de crise económica e social profunda é preciso, mais do que um programa de governo, discutir, por exemplo, em que campanhas prioritárias nos vamos envolver ao longo dos próximos dois anos e como potenciar uma democracia de alta intensidade mobilizadora da nossa militância.

Um, dois, ou muitos/as?

ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO CABRAL, CARLOS CARUJO, EDUARDO GRELO, HENRIQUE GIL
ISABEL LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ GUERRA, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES
PAULO COIMBRA, SANDRA PAIVA, SÉRGIO VITORINO

Um dos debates da próxima Convenção do BE parece ser uma questão de número. De um lado defende-se a existência de um coordenador da Comissão Política, do outro dois coordenadores. Haverá política para além do um e do dois?

Refira-se, em primeiro lugar, que, ao longo de todo o debate, em grande parte já acontecido, a questão foi muitas vezes colocada como se se estivesse a eleger um dirigente ou um líder, palavras inevitavelmente repetidas pela comunicação social mas também palavras muitas vezes utilizadas nos debates internos. E o Bloco de Esquerda ficou a perder logo aí, quando não conseguiu desconstruir interna e externamente a ideia de que se discutia não “chefes únicos” ou “lideranças bicéfalas” mas apenas porta-vozes nem acentuar o modelo de direção coletiva que está na nossa génese. O atribulado processo de discussão na praça pública por parte da atual direção do BE não terá certamente dado espaço para vincar diferenças entre representação, coordenação e direção.

A afirmação do caráter coletivo da direção de um movimento como o Bloco não é um detalhe nem pode ser trabalho desenvolvido apenas em tempos de mudança. É um trabalho de profundidade. Parte de uma história vivida, tem valor em si próprio, para além do valor político que assume em tempos como os que vivemos. É com este tipo de trabalho que enfrentamos de peito aberto o populismo para dizermos que não são todos iguais, nem no que dizem, nem no modo como se organizam.

O caminho da afirmação permanente do caráter coletivo da direção não é isento de dificuldades. Um dos argumentos perenes contra ele é a eficácia comunicacional: os meios de comunicação social constroem narrativas simplistas para as quais utilizam as caras mais telegénicas, e, para além do poder dos media, a comunicação feita com uma cara única seria mais direta, mais facilmente compreendida, dada a identificação.

Conjugando-se com este (ou não) pode-se utilizar o argumento da inevitabilidade mediática: façamos o que fizermos, os meios de comunicação social escolherão um para apresentar como líder. Prova? Não foi assim que nos aconteceu no passado? Ora não é verdade que tenham sido os meios de comunicação a escolher uma figura entre as que nós apresentámos inicialmente. Este argumento choca com a realidade de tantas escolhas: das candidaturas à Assembleia, do papel de quem interpela o Primeiro-Ministro, depois da decisão de formalizar isso com um cargo, escolhas poderiam ter sido diferentes.

Indo mais longe, poder-se-ia falar na necessidade de adaptação à política realmente existente para a encaminhar para os nossos objetivos. Ou seja, necessitamos de ser realistas, jogar o jogo deles para ganhar em direitos ou mesmo apenas para minimizar perdas. E indo mais longe ainda, poder-se-ia mesmo aceitar que a política sempre foi e será assim ou que é uma característica inerente às so-

iedades do tipo daquela em que vivemos que nos grupos de seres humanos se desenvolvem chefes, dadas as naturais diferenças entre seres humanos.

Outro argumento contra este caminho seria conjuntural: não estamos em tempo de inovações ou aventuras. Hoje, perante o descalabro social seria necessária a segurança de um protagonista.

Acreditamos que a naturalização da hierarquia, o pragmatismo comunicacional ou o apelo à difícil conjuntura são um mau começo de discussão. Contra corrente, quer porque o tempo forte da discussão já passou, quer porque as alternativas em presença não contemplam esta possibilidade, defendemos que a melhor forma de afirmação do caráter coletivo da direção política seria, hoje, a existência de um sistema coletivo de porta-vozes.

Um desafio à ordem política estabelecida, a ser equacionado com prudência, claro, mas com a coragem da afirmação de que não nos candidatamos apenas a mudar de política mas também a mudar a política, com a consciência de que não se combate a política da crise sem, ao mesmo tempo, combater a crise da política. O BE não pode ser visto como mais um partido de políticos profissionais, o que é de diferente da afirmação de que não há lugar para uma certa profissionalização em algumas funções.

A democracia de alta intensidade, a democracia participativa, deve ser um dos lugares da diferença e uma forma de mobilização da militância que é uma das chaves da mudança social.

Esta não é uma escolha impossível nem que nos diminua. Já fomos felizes assim. Mas esta não é uma escolha passadista. É uma escolha que só faz sentido se olharmos para as novas relações de forças internas e externas, se a adaptarmos às realidades do fluxo comunicacional permanente, das massas trabalhadoras para as quais não podemos olhar à imagem do operariado do século XIX, das novas forças de hegemonia e do seu poder profundo.

Gramsci, que conheceu outra realidade política, fazia a diferença com o tempo de Maquiavel ao defender que a causa popular não necessitava hoje de um Príncipe que estimulasse a sua imaginação coletiva mas de um Príncipe Coletivo que o fizesse, organizando também a vontade coletiva. Sem vocações principescas nem partidocentrismos, sabemos que vivemos hoje em tempos de novas políticas plebeias que devemos saudar em vez de olhar com eterna desconfiança. Com todas as suas contradições, com os perigos de bloqueio das decisões ou de populismos que alguns dos novos movimentos trazem, neles se despoletaram forças criativas portadoras de novas esperanças militantes.

Para além do mais, a escolha de um sistema coletivo de porta-vozes contribuiria para uma das tarefas mais duras que uma organização anticapitalista tem numa sociedade tão desigual em tantos aspetos: a tarefa do combate contra a divisão profunda do trabalho no interior das organizações em que participamos.

O rosto do império e a resposta europeia

BRUNO GÓIS, ALDA SOUSA, ANA CANSADO, CARLOS SANTOS, JOANA MORTÁGUA, JOÃO CAMARGO, MARISA MATIAS

Realizam-se dia 6 de novembro de 2012 as eleições americanas e, como bem assinalou Chomsky num artigo recente, há dois temas que Romney e Obama evitam: o desastre ambiental e a guerra nuclear. Nada disso é por acaso. De facto não é irrelevante o resultado das eleições, porém o mandato que agora termina provou a quem ainda tinha dúvidas que Obama foi, principalmente, um novo rosto para imperialismo.

Da irresponsabilidade ambiental à invasão da Líbia, o currículo de Obama não é pequeno. E os 166 presos ilegais que permanecem em Guantánamo são um símbolo forte do que se esconde atrás da “máscara democrata”.

A propaganda do avanço do “multilateralismo”, outra bandeira de Obama nas eleições anteriores, não esconde aos olhos atentos que o poder das potências, muitas ou poucas, é o avesso do poder dos povos. É verdade que na última década emergiram os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e que, desde Pittsburgh 2009, o G20 substituiu o G8. Porém por mais variável que seja a geometria das potências, o Pentágono continua a ser o Pentágono.

Recordemos Copenhaga 2009, em que a Europa foi uma ocasional sala de visitas da política internacional. Nessa cidade dinamarquesa confirmámos a arrogância/irresponsabilidade das potências perante as alterações climáticas. Aos dois maiores poluidores globais, China e EUA, coube a palavra final e decisiva.

China e EUA têm um poder imenso. São as duas maiores economias e os dois maiores credor, China, e devedor, EUA. Se um tem o dólar e, por isso, deve e não teme; ao outro importa-lhe financiar um consumo que reverte para as suas próprias exportações, enquanto o yuan permanece habilmente subvalorizado.

Não apenas a nível das emissões de gases com efeito de estufa mas também a nível do estado geral da poluição de águas, florestas, solos, biodiversidade e conservação da natureza em geral, China e EUA lideram no mau exemplo de como comprometer não só a população mundial mas as suas próprias populações nacionais e todas as gerações futuras comodificando a natureza. A União Europeia segue este exemplo procurando criar no países do Sul uma zona de exclusão de proteção laboral e ambiental, para “atrair investimento estrangeiro”, mimetizando algumas zonas da China.

Ao mesmo tempo, a crise do euro e das dívidas soberanas europeias, alvo dos ataques especulativos das agências de notação de capital maioritariamente norte-americano Moody's, Standard&Poors e Fitch, manifesta a debilidade do modelo de construção europeia pactuado entre a social-democracia e a direita.

A Europa perdeu centralidade geopolítica e geoeconómica e está a ser minada por dentro. Se a Crise de 2007 foi o catalizador da queda da Europa, a Comissão Europeia e o BCE em aliança com o FMI estão a fazer o resto. Nuns países a Troika, noutros os governos de austeridade “para não chamar o FMI”. Contra todos os povos da UE o avanço do autoritarismo federal. As potências e as suas instituições europeias estão numa guerra de facto contra as trabalhadoras, os trabalhadores e os povos da Europa. No meio desta situação a atribuição de um prémio Nobel da Paz à Comissão Europeia só vem tornar ainda mais óbvia a troca de favores entre instituições fortemente comprometidas não só com o status quo presente como a futura reestratificação do imperialismo.

Nos Estados Unidos assistimos ao florescer do movimento “Occupy” como reação à impunidade do sistema financeiro responsável pela perda de milhares de casas e de um aumento brutal do desemprego. Na Europa, a resistência às políticas de austeridade seguiu o mesmo modelo mas adotou novos nomes como os “Indignados” e outras diferentes plataformas de luta popular que em comum com o movimento norte-americano tem a denúncia das proporções escandalosas do 1% que vive à custa dos restantes 99% da sociedade.

Registamos a procura de soluções entre os povos da Europa do Sul, atualmente os mais afetados pelas políticas de austeridade, que se concretizaram já em concentrações e ações de protesto em simultâneo em diversas cidades europeias e que procuram concertar formas de lutas mais tradicionais como a possível convocação de uma greve geral ibérica para o próximo dia 14 de Novembro.

Contra o imperialismo, o federalismo e o Tratado de Lisboa, a defesa da refundação social e política da Europa, conforme proposto pela Moção A, é o caminho da afirmação Bloco de Esquerda como alternativa europeia, por uma política interna e internacional pelo desenvolvimento, solidária, ecologista, feminista, democrática, anti-guerra, anti-capitalista e observadora dos direitos humanos.

Novos desafios da luta contra a discriminação

BRUNO MAIA, CASSILDA PASCOAL, CATARINA PRÍNCIPE, ÉRICA POSTIÇO, FABÍOLA CARDOSO, INÊS RIBEIRO, IRINA CASTRO, JOSÉ SOEIRO, JÚLIA PEREIRA, PAULO JORGE VIEIRA, SÉRGIO VITORINO

Em qualquer lugar do mundo, viver fora da norma, de forma assumida ou encapotada, é uma vivência que implica riscos e consequências negativas, ou mesmo perigosas. O heterossexismo e o binarismo de género correspondem ao não reconhecimento das diferentes orientações sexuais e expressões de género que não cabem no estereótipo homem/mulher/heterossexual. Constituem-se por isso enquanto modo de regulação das identidades e dos comportamentos sexuais e enquanto sistema político, sustentando-se em ideias e valores mas também em práticas e leis.

A luta contra todas as formas de discriminação faz parte da identidade política fundadora do Bloco de Esquerda e tem sido, desde sempre, um compromisso da sua estratégia e linha política. No Bloco, rejeitamos a instrumentalização de umas agendas contra outras ou uma conceção conservadora segundo a qual os direitos civis e a luta pelo direito à diferença teriam de ficar sempre em fila de espera até que se resolvessem os problemas económicos. Pelo contrário, sabemos como em contexto de crise se reforçam e intensificam todas as discriminações e como o desemprego, a pobreza, a precariedade e a vulnerabilidade social afetam sempre de forma mais acentuada os grupos que na sociedade têm menos poder: as minorias sexuais, as crianças, os jovens, os idosos e outras pessoas dependentes, os imigrantes, na interseção que cada uma destas categorias tem entre si e com fatores como género ou a classe. Atentar na realidade concreta das vidas permite compreender que as discriminações e desigualdades sociais de todo o tipo determinam a desigualdade dos impactos desta crise económica e social; que mesmo direitos reconhecidos - se sobreviverem formalmente à ofensiva ultraliberal - podem tornar-se inacessíveis quando as condições materiais das vidas se alteram dramaticamente; que nenhuma temática ou movimento é uma ilha. O combate contra a austeridade e contra a política da troika tem de incorporar esse reconhecimento da diversidade dos seus efeitos sociais, logo, as diferentes frentes da sua contestação.

Em Portugal, ocorreram na última década importantes alterações legais no campo LGBT. Desde 2001 surgiram as uniões de facto, a alteração constitucional introduzindo a proibição de discriminação por orientação sexual, a revisão do Código Penal e a legislação que proibiu a discriminação pela orientação sexual no acesso ao trabalho e no emprego. Em 2010 tivemos a vitória relativa ao casamento (com a direção do PS a manchar essa vitória introduzindo uma nova discriminação relativamente à parentalidade), em 2011 aprovámos a lei que reconhece a identidade de género das pessoas trans, uma das mais avançadas do mundo. Cada uma destas batalhas resulta de um esforço e de um trabalho de profundidade do movimento e do associativismo LGBT que, com as suas forças e fraquezas, tem sido capaz de conseguir vitórias e avanços importantíssimos. Em cada uma destas vitórias, o Bloco foi uma força essencial do lado da

igualdade, seja no Parlamento, seja na criação de uma nova relação de forças na sociedade.

Olhamos para estas conquistas com orgulho, mas não com auto-satisfação. A discriminação continua e vivemos uma nova fase que traz novas exigências ao ativismo LGBT, seja ao nível do movimento social, seja ao nível da sua expressão partidária.

Temos a discriminação que se mantém no quotidiano e pode agravar-se com a crise: jovens em idade escolar expulsos de casa, agressões por populares, discriminação no emprego e no acesso ao trabalho (apesar da legislação em contrário), negação de doação de sangue a bissexuais e homossexuais masculinos (mesmo tendo sido aprovada pelo Bloco no Parlamento uma resolução que a proíbe), perseguição escolar a jovens homossexuais, agressividade social face à visibilidade quotidiana de afectos entre pessoas do mesmo sexo ou contra pessoas transgénero, discriminação no acesso à habitação, nas unidades de saúde, entre outras. Temos a necessidade de avançar ainda no quadro legal: fim da discriminação na parentalidade (adoção, co-parentalidade, apadrinhamento civil...), na procriação medicamente assistida, despatologização da identidade trans. Por outro lado, perante a brutalidade atual das políticas austeritárias, qualquer movimento social tem de reequacionar a sua agenda e as suas práticas, questionando as fronteiras dos "seus" temas estritos.

A "caridade" ou assistência social direta revela-se uma vez mais, nesta crise, o modelo dominante e mobilizador da maior parte da "participação cívica" no país. Os problemas de participação em movimentos sociais mais politizados exigem novas disponibilidades e novas formas de aliança e de ação. Em qualquer área temática, o associativismo é frequentemente ou conotado como prolongamento de organização partidária, ou dependente de financiamento estatal (e, dessa forma, condicionado nos seus modos de ação), ou demasiado legalista e incapaz, por vezes, de olhar para lá do quadro institucional. Precisamos de um ativismo LGBT mais forte, em estreita relação com os outros movimentos e mobilizações sociais que têm percorrido o país, capaz de combater o fechamento e fazer as pontes entre as lutas.

A moção A deve por isso assumir nesta Convenção o compromisso para o Bloco de uma agenda inclusiva e radical. Essa agenda para a igualdade integra a luta pelas conquistas formais, mas articula-as com a transformação social. Inclui o combate às discriminações que persistem na lei e não desiste de todas as lutas libertadoras face aos modelos dominantes do patriarcado e das relações heteronormativas. Essa luta confronta o Governo e a troika no coração da sua política e confronta o conjunto da sociedade com a desigualdade e a discriminação que são sempre violações da dignidade de todos.

Vencer a Troika, lutar pelo SNS, defender a democracia!

BRUNO MAIA, SOFIA CRISÓSTOMO, CRISTINA ANDRADE

Qualquer reflexão sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS) deve hoje começar por dizer aquilo que ele é. O SNS é serviço público, equidade, progresso e sobretudo democracia. Democracia porque tirou Portugal do atraso em que viviam as populações antes da revolução dos cravos. Democracia porque não surgiu espontaneamente com a mudança do regime mas fez-se e cresceu porque profissionais, activistas, lutadores, doentes e populações o sonharam e o tornaram realidade. Ele é uma conquista popular. Durante 4 décadas construímos uma rede de cuidados que foi classificada pela OMS como o 12º melhor serviço de saúde do mundo. O SNS é um pilar da democracia social porque presta cuidados universais e de qualidade mas, também, porque é um factor de coesão social.

Desde o dia da sua criação, o SNS foi alvo de sucessivos ataques, dos quais a introdução da falácia das taxas moderadoras é um dos exemplos mais flagrantes. No entanto o actual projecto do governo da Troika para o SNS é aterrador. Aumentaram as taxas moderadoras até a um nível insustentável para tantas famílias dilaceradas pela austeridade. Desde o início do ano diminuíram muito os episódios de urgências nos hospitais e aumentaram as ausências a consultas, factos que o governo tenta esconder com artimanhas estatísticas. Ao mesmo tempo, fecham-se serviços de proximidade e outros de excelência. O projecto de fecho da Maternidade Alfredo da Costa ilustra até onde este governo está disposto a ir: fechar os melhores serviços, de maior qualidade, atirando utentes para os serviços privados. Nos centros de saúde criam-se listas de doentes “adormecidos”, colocados fora do direito a um médico, ao mesmo tempo que aumenta em mais 30% o número de utentes para cada médico de família e as listas de espera voltam a crescer. O governo tenta ainda impor o racionamento dos medicamentos e tratamentos mais caros que assim ficarão apenas acessíveis aos mais ricos. Para a direita, o SNS universal, geral e gratuito foi sempre um logro engolido a custo na erupção de Abril. A ocupação do país pela Troika veio dar a ajuda final no seu projecto para o SNS: torná-lo um serviço mínimo, caritativo, sem qualidade, destinado aos mais pobres e entregando a parte de leão ao sector privado que floresce à custa do erário público

Em tempos de crise social, os serviços públicos assumem uma importância ainda maior na manutenção do bem-estar das populações. Por isso defendemos, entre outras medidas, o reforço do financiamento do SNS, mantendo a sua qualidade e ampliando as suas acessibilidades. A expansão dos cuidados de saúde primários deve ser central, o que possibilitará a aposta na prevenção da doença e na promoção da saúde, diminuindo muito os encargos com a doença nos hospitais. As PPP's na saúde, que já demonstraram gerir e fazer pior que o Estado, devem ser revogadas de imediato e entregues ao sector público, permitindo ao Estado poupar milhões em rendas. Deve ser feito um inventário de toda

a capacidade instalada no SNS de forma a permitir rentabilizá-la ao máximo. O principal pilar da sustentabilidade do SNS deve ser uma nova política de valorização dos recursos humanos.

Com o aumento da agressividade neoliberal sobre o SNS, vimos também aumentar respostas populares capazes de ganhar protagonismo no espaço mediático. O “Abraço à MAC” foi uma iniciativa espontânea, que contou com a participação de activistas do bloco e que juntou não só profissionais daquela instituição mas também muitas utentes que reconhecem na MAC um dos símbolos da qualidade do SNS. Este ano aconteceu a maior greve de médicos realizada no país que derrotou o projecto do ministro Paulo Macedo de acabar com as carreiras médicas e introduzir a precariedade plena entre os profissionais. O Bloco esteve desde cedo na construção desta greve através dos seus activistas sindicais. Os enfermeiros também encheram em mais do que uma ocasião as ruas e convocaram greves contra a exploração em que se encontram tantos profissionais a recibos verdes. Esta desestruturação orquestrada dos serviços de saúde aliada à crise social vai criar a muito curto prazo explosões de revolta para as quais estamos atentos e dispostos a dinamizar.

No parlamento, como na rua, o Bloco combateu a política de ataque ao SNS, apresentando e fazendo aprovar propostas alternativas, sempre com o objectivo de melhorar o acesso e a prestação dos cuidados, promover a liberdade e a autonomia do indivíduo. Conseguiu instituir o Testamento Vital, um mecanismo que permite salvaguardar a vontade dos cidadãos, quando estes estão impossibilitados de comunicar a sua vontade ao médico. Fez aprovar a carta de direitos dos utentes do SNS que definiu tempos de espera máximo de atendimento aos utentes. Batalhou pela promoção de uma maior utilização de medicamentos genéricos através da obrigatoriedade da prescrição por DCI (princípio activo). Fez aprovar a reposição da afixação do preço dos medicamentos nas embalagens, uma medida vital para assegurar maior transparência no mercado do medicamento. Pressionou o governo para que a vacinação contra a gripe fosse gratuita para os maiores de 65 anos. Questionou sucessivamente o governo, até que os transplantes hepáticos pediátricos voltassem a ser feitos em Portugal. Lutou pela procriação medicamente assistida para todas as mulheres e pela implementação da maternidade de substituição. Iniciou o processo de construção de uma rede nacional de cuidados paliativos e foi central no combate à discriminação de homo e bissexuais masculinos nas dádivas de sangue, através da denúncia e vigilância permanente.

Mas a urgência de continuar esta luta é já hoje, restituindo ao SNS a sua missão, objectivos e características originais, tal como consagrado na Constituição de 1974 e no Estatuto do SNS, aprovado em 1979. O SNS tem que continuar a ser universal e geral, sem taxas moderadoras injustas, que penalizam os mais desfavorecidos no momento em que estão doentes.

O que ainda nos falta

CARLOS ERMIDA SANTOS

O descontentamento popular perspectiva uma maior afluência às urnas e votação nos partidos anti-troika mas tenhamos atenção à descrença nos partidos políticos pois embora existam argumentos infundados contra nós, é nossa a responsabilidade de mostrar que não somos como os demais. E nós não somos utópicos: somos uma Alternativa Radical. E um Radical não é necessariamente violento: quer apenas uma mudança rápida no paradigma sócio-económico.

Necessitamos de alargar o nosso foco político para incluir mais o interior. Há muito que este se deteriora, primeiro com a destruição da produção agrícola, depois, já com um trabalho completamente dependente dos serviços, com o desemprego e finalmente o êxodo para o litoral e a emigração. A única política visível do BE nesta matéria foi o Banco de Terras Público, no entanto tal não é suficiente e depois desta campanha paramos a política para o interior. A nossa política deve ser a do revivalismo do Cooperativismo, via benefícios aos agricultores que se agreguem em Cooperativas e ao mesmo tempo criando normativas que impeçam grandes grupos económicos de se infiltrarem e fazerem uma gestão danosa das Cooperativas criadas. A de criação de benefícios para a fixação no interior de pessoas e empresas. A de redução do IMI e da Derrama por Lei para as micro-pequenas-médias empresas, não deixando as Assembleias Municipais ficar ao jugo de Executivos Camarários eleitoralistas, sendo esta medida obviamente não só destinada ao interior. Deve-se ainda reforçar o apoio aos autarcas, via a criação de uma plataforma de ficheiros online que permita disponibilizar aos nossos eleitos o material da Comissão Nacional Autárquica, de forma imediata e o mais abrangente possível dado que a maioria destes eleitos necessitam de andar a requerer a X e a Y. Finalmente, é necessário restituir o debate público em torno da temática da Regionalização, dado que seria um instrumento de limitação da corrupção local via uma maior supervisão do Estado e responsabilização das estruturas, bem como de redução de custos aquando de uma nova reforma administrativa local que vise eliminar Câmaras Municipais.

No plano internacional e em concreto o europeu, é necessário um combate cerrado à política de importação comercial derivada de regimes opressivos e que economicamente constituem uma ameaça à existência do comércio local, nomeadamente os produtos provenientes da China, e também dos produtos alimentares que poderiam ser produzidos cá e assim preservar o ambiente e

estimular a produção europeia. A importância de fazer este combate à China, de um Capitalismo Estatal, deriva da cada vez maior aquisição da dívida de países Ocidentais da parte desta, com uma especial atenção ao caso dos EUA, que apesar de serem eles próprios Capitalistas, começam a ser adquiridos economicamente pela China. E esses efeitos demonstram-se no emprego, não fosse o caso de muitas firmas e empresas adquiridas nos EUA pela China terem agora uma ainda maior discriminação no emprego a todos os níveis mas em especial o do género, com as pessoas do género feminino a serem rejeitadas mesmo que melhor qualificadas que as do género masculino contratadas. É também necessário um combate aos lobbys que gerem a UE e em concreto a Comissão Europeia, não só denunciado como limitando o seu acesso aos deputados europeus, e também através de uma maior fiscalização a nível europeu dos bens e serviços transaccionados por empresas de grande Capital. A eliminação dos Offshores deve também ser uma tarefa europeia e não só a nível nacional, dado que o dinheiro está todo a ser retirado dos povos da Europa, por um punhado de gente.

No plano de causas, é necessário termos em atenção a discriminação de género, LGBT e Imigração em especial no caso do emprego mas obviamente que também em termos de paradigma social. Sabemos bem que a discriminação é ainda hoje uma característica muito própria da sociedade conservadora que temos imposta pela Religião e em concreto a Igreja Católica. Esta instituição além de efectuar as discriminações que acima referi, promove a estratificação da sociedade em classes, num modelo medieval e salazarista. Estas instituições estão isentas de contribuir em termos de cortes e fiscais (veja-se a cóngrua), e este Governo tem vindo a orientar as pessoas para estas e as suas misericórdias. Os representantes máximos da ICAR em Portugal querem a manutenção desta direita e assim são nossos inimigos. Tenhamos também em conta os direitos dos animais: devemos de uma vez por todas abolir as touradas, substituindo os seus espaços por recreios verdadeiramente culturais e renunciando a qualquer apoio a esta actividade, concretamente o caso de Salvaterra de Magos. Assim, com estas políticas, creio ser possível dar resposta ao que nos faz falta na construção de um programa do povo que não assente em correntes ideológicas do BE ou na Comissão Política, mas haverá muitas mais, os quais espero discutir nesta Convenção, da base para o topo.

O Bloco na net e o combate ao troikismo

CARLOS SANTOS E LUÍS LEIRIA

1. A comunicação do Bloco na Internet é um veículo essencial para a informação rápida da sua política e para a polémica com outras posições políticas. Trata-se de um importante meio de informação e formação de opinião para quem simpatiza ou milita, assim como um fomentador de ação. Não existe meio mais rápido para que as pessoas tenham informação sobre as posições do Bloco, em qualquer momento.

O esquerda.net é a âncora de toda a comunicação do Bloco na Internet e um portal de informação alternativa, contínua e com uma grande atualização diária, em noticiário e opinião, e uma fonte, cada vez mais reconhecida, para todas as pessoas que procuram informar-se politicamente. Desta forma, o esquerda.net vai além da militância do Bloco e desempenha um papel importante na luta por uma informação alternativa, fora do controlo dos grandes meios mediáticos, e na luta contra o pensamento único.

Desde a sua criação, em 2006, o esquerda.net tem vindo a ser cada vez mais visitado. Das mil visitas por dia com que arrancou, atingiu as 7.500 visitas diárias, em média, no último ano. Sinal significativo do seu papel específico é que, apesar de o Bloco ter sofrido uma derrota nas eleições legislativas de 2011, as visitas ao esquerda.net não só não caíram como subiram cerca de 50% no último ano.

O facto de a presença do Bloco na net ser composta por uma galáxia de sites (a blocosfera), de que o esquerda.net é a âncora, mas que se desdobra pelo site do partido (bloco.org), pelos sites parlamentares e pelos sites distritais, constitui um sistema de informação poderoso, que se completa, interpenetra e permite ganhos de escala. A presença ativa do Bloco nas redes sociais, sobretudo no facebook mas também os vídeos no youtube e as fotos no Flickr, ganham dinamismo e atratividade pela constante informação proveniente do esquerda.net, e de certa forma da blocosfera. E as redes sociais permitem um aumento da participação das pessoas e um ativismo voluntário com potencial de multiplicação e de apoio ao desencadeamento de importantes ações de luta, marcantes mesmo na sociedade portuguesa e na luta política em Portugal.

E, no nosso tempo, a informação na Internet constitui um meio essencial na luta pela hegemonia das ideias e na disputa da opinião pública. A rede do Bloco na net é assim um meio vital e uma fomentadora da ação da cidadania na defesa dos seus direitos e na luta pela transformação social.

2. Vivemos hoje uma situação dolorosa e muito peculiar na sociedade portuguesa, com a imposição das políticas austeritárias da

troika, que roubam direitos e salários, que arruinam a vida da maioria da população e são uma tragédia para a economia portuguesa. Esta situação empurra as pessoas a procurarem informação e a formar opinião, a tomar atitude e a agir. E isto, apesar de as saídas serem complexas, difíceis de compreender, por serem novas e por vezes fora do senso comum. A própria construção de alternativa política exige um debate intenso, aberto e muito participado.

Neste quadro, qual o papel e que tarefas para o Bloco na Internet? Os dados mais recentes das visitas ao portal esquerda.net, que neste mês de outubro de 2012 foram em todos os dias superiores a 12.000, até agora, apontam para um aumento da responsabilidade não só do esquerda.net, mas de toda a rede do Bloco na net.

3. Cinco questões parecem-nos vitais para o Bloco na net neste tempo de combate ao austeritarismo:

- Maior rapidez na informação. A avides de notícias aumenta, as pessoas precisam de informação e procuram os meios para obtê-la, muitas procuram especificamente uma informação alternativa e uma ajuda à formação da sua opinião. Uma notícia que antes teria efeito semelhante publicada numa hora ou umas horas mais tarde, agora ganha imenso se for publicada e difundida rapidamente e perderá com os atrasos.

- Opinião e polémica. Também a opinião se torna mais volátil. Como as notícias políticas ganham maior leitura, igualmente o debate e a polémica de opiniões se tornam mais necessárias, exigindo uma resposta maior e igualmente mais rápida. Tal como se torna necessário melhorar a informação qualificada e a sua fundamentação.

- Fomento e divulgação de ação. A rede do Bloco na net tem de estar ao serviço da cidadania e, quando a ação das pessoas se multiplica, a nossa rede tem de apoiar mais e mais essa ação, com informação, grafismo, vídeos e tudo o que ajude à mobilização.

- Maior interatividade. As pessoas querem participar e opinar, o reforço da interatividade é um meio importante para ajudar ao aumento da participação.

- Reforço da rede. Se o esquerda.net tem o papel de âncora da rede do Bloco na net, o reforço dessa rede é essencial, através da atuação mais regular, nomeadamente nos sites distritais e concehios. E todas as pessoas podem participar nesse reforço através do seu ativismo nas redes sociais.

Bloco de Esquerda

Melhor reflexão /melhor cidadania / melhor ação

CRISTIANA SOUSA, HELENA CARMO, TEODÓSIO ALCOBIA

Quando estamos atentos ao que inquieta e mobiliza as pessoas, reforçando as comissões adhoc para resolver situações concretas, quando não ficamos satisfeitos com velhas formulações esquemáticas, tomando-as como adquiridas e vamos à procura de melhores incorporações sobre tudo o que mudou desde os anos 50 do século XX.

Quando conseguimos envolver mais e mais gente em processos focados locais e ou genéricos partindo do impulso alternativo, que se consegue quando as pessoas reconhecem como boas as soluções apresentadas.

Partilhamos com a maior parte das e dos bloquistas os consensos sobre lutas LGBT, feministas, imigrantes. Parece-nos que sendo património ideológico bloquista, deveremos ter a “arte de não adormecer à sombra dos louros” e manter o debate e a ação de modo a que se consiga integrar este património, nos conceitos que a maior parte das pessoas, toma como seus.

Insistimos que existem temáticas em que a direção bloquista se vem comportando, cada vez mais como a avestruz: organização reivindicativa nas empresas; sindicalismo defensivo versus CT's colaboracionistas; desenvolvimento versus ambiente e sustentabilidade; empresas versus cooperativas; Europa e euro versus retorno a moeda nacional; o eixo europeu onde seremos sempre fracos, em que medida é compatível com pontes preferenciais com os PALOP's onde poderemos (talvez) ter vantagens endógenas de coperação.

Trata-se em nossa opinião, de reincidir no impulso do “COMEÇAR DE NOVO”; somos exigentes, rigorosos, acrescentadores, e não mono-institucionalistas defensivos.

É preciso ir, em cada momento, consensualizando para viabilizar a ação, mas não podemos cristalizar em frases pouco mais que vazias de conteúdo!

Parece-nos que o BE se mostra cada vez (infelizmente) menos eficaz, devido ao aparelhismo e centralismo crescente no funcionamento interno e na proposta política.

Percebemos que muitas e muitos bloquistas que ao longo dos anos se sentiram hesitantes, entre outras razões, para não abalar os bons resultados eleitorais, tomem nos últimos tempos,

consciência da importância e urgência e implicação política direta, quanto às questões que moldam o que se decide e como se decide e quem se envolve na decisão - daí resultando a amplitude, a qualidade e o impacto das propostas alternativas que PRECISAMOS apresentar às e aos portuguesas.

Consideramos o BE como a ferramenta organizativa adequada para potenciar o ativismo de Esquerda que acredita num Mundo sem exploração.

Diz-se muitas vezes, que não adianta ter razão antes de tempo, parece-nos que na atividade política isso é mais verdade do que em outros aspetos da Vida da Humanidade.

Quando preparamos esta convenção, sabemos que o MOMENTO POLÍTICO obriga o BE a desafios colossais para os quais a DEMOCRACIA INTERNA PARTICIPADA tem de ser metodologia diferenciadora valorizada, de modo a estarmos nas melhores condições para os embates nacionais e internacionais, aos quais não temos o direito de fugir.

Poderíamos ficar acantonados numa proposta de moção de “DEMOCRACIA INTERNA” que temos partilhado com outras e outros camaradas em convenções anteriores, mantendo a postura “quimicamente pura” das nossas avaliações circunstanciais e ou ideológicas, só que consideramos que esta é uma encruzilhada decisiva para o Bloco de Esquerda, pelo que pensamos tomar a decisão correta, reforçando uma moção de todas e todos os que pretendem um BE mais ousado, mais virado para as lutas sociais e para a procura de soluções políticas que empurrem a direita para fora do poder político.

Para tal parece-nos indispensável que se tenha a coragem de “olhos nos olhos” dizer que, após o que a maioria do BE quis que fosse o seu coordenador, afirmarmos perante a Sociedade, que temos outra pessoa capaz de o substituir, não nos deixaremos enfraquecer em falsas partilhas paritárias, continuaremos a valorizar a responsabilização individual, a DECISÃO COLETIVA, o trabalho local, o densificar das propostas, o debater das diferenças, dentro e fora do BE, **construindo caminho que faça balançar o equilíbrio político para o lado da ESQUERDA.**

A austeridade como ferramenta para a recomposição social: menos salário, menos direitos

CRISTINA ANDRADE, FERNANDO ALVES, JOSÉ CASIMIRO, MARCO MARQUES, MARIANA AIVECA, RICARDO MOREIRA, RUI MAIA, TIAGO GILLOT

Está hoje em curso a maior operação de engenharia social que conhecemos e a austeridade é a ferramenta que a implementa. Sob o pretexto da necessidade da redução do défice e da dívida pública os partidos da maioria puseram em prática o seu programa de há décadas: reduzir os salários e os direitos da classe trabalhadora.

Fazem-no com a pressa de quem compreende a oportunidade histórica para destruir o paradigma que sustenta o Direito do Trabalho (como o princípio da protecção da parte mais fraca da relação laboral), sendo que a melhor síntese deste plano foi feita por António Borges dizendo: “Diminuir salários não é uma política, é uma urgência.”

Fazem-no usando a austeridade como o motor que acelera a perda de rendimentos e de direitos laborais: a destruição da economia conduz a níveis de desemprego históricos que forçam a descida dos salários (em média, 107 euros nos últimos dois anos) e substitui trabalhadores com direitos por precários.

Aliás, o Governo não esconde este seu plano e na Lei das Grandes Opções do Plano para 2013, Passos e Portas assumem que as mais importantes reformas a que se propuseram já foram realizadas; à cabeça: as alterações ao Código do Trabalho.

De facto, estas alterações foram no sentido de reduzir directamente a protecção social dos trabalhadores e das trabalhadoras e os seus salários líquidos, nomeadamente através da facilitação dos despedimentos - rasgando o conceito de “justa causa”, constitucionalmente protegido -, da eliminação de quatro feriados, da redução para metade do valor das horas extraordinárias, do corte nas indemnizações por despedimento, da implementação de bancos de horas individuais e grupais, das restrições à contratação coletiva ou da redução da duração e do valor dos subsídios de desemprego.

Para além de atacarem estruturalmente o valor do salário através da redução de direitos, atacaram directamente os rendimentos do trabalho quer através da estagnação salarial (tal como o Governo Sócrates, Passos não cumpriu o acordado sobre o aumento do salário mínimo), como através de subidas fiscais ou para-fiscais (como era a alteração da TSU); ou seja, realizando o que apelidam de “desvalorização fiscal”. Colocam, aliás, em causa o Estado social e as suas funções sociais, nomeadamente, na saúde, na segurança social e na educação.

Tudo isto usando como argumento a necessidade de aumentar a “competitividade” do trabalho em Portugal, muito embora se verifique que a diminuição dos custos do trabalho em 2011 implicou também uma diminuição da produtividade (custo do trabalho/hora em Portugal é de cerca de metade da média europeia), quando na zona euro, pelo contrário, o aumento dos custos do trabalho foi acompanhado pelo aumento da produtividade. Na

verdade, a estatística demonstra que os países com baixos salários são aqueles com menores taxas de produtividade e, logo, menos competitivos; pelo que, a aposta nos baixos salários - intimamente relacionados com baixas taxas de escolaridade e de qualificação - só pode diminuir, e não aumentar, a produtividade e a competitividade.

Assim, à precariedade que grassava no mundo do trabalho - tanto sob a forma de falsos recibos verdes, como nos contratos a termo ou temporários para funções permanentes, ou no outsourcing fraudulento - e aos crónicos baixos salários, Passos e Portas adicionam uma austeridade que empurra para baixo os rendimentos diretos e indiretos e os direitos.

Face às alterações ao Código do Trabalho assistiu-se ao aumento da contestação dentro e fora das empresas, nas redes sociais e em todos os espaços públicos, e as enormes manifestações de 15 e 29 de Setembro, bem como a marcha contra o desemprego da CGTP e a enorme manifestação cultural de 13 de Outubro, dão-nos conta que os cidadãos e as cidadãs não estão dispostos a aceitar o fim do contrato social.

A greve geral de 14 de Novembro de 2012 tem de ser uma luta de todos/as, transbordar o espaço sindical, alargando aos movimentos sociais sem qualquer exclusão, e tomar conta das ruas, com manifestações e ações populares. Visto que a greve geral em Portugal se pode tornar uma greve geral ibérica, a luta dos trabalhadores europeus pode vir a dar um enorme salto, até porque se perspectiva a possibilidade de articulação e convergência das lutas noutros países do Sul, como a Grécia, França e Itália.

Mas, para além destas mobilizações, é necessário criar alternativas que permitam a mobilização das pessoas em torno de ideias com impacto nas suas vidas.

Surge, deste modo, como urgência absoluta a reposição integral dos salários e das pensões no sector público e privado, assim como a alteração do caminho de recomposição do trabalho no sentido do aumento da precariedade laboral, para um caminho que proteja os empregos e o trabalho com direitos. Nessa perspectiva, só uma alternativa clara romper com o atual caminho sem futuro: além de revogar as alterações ao Código do Trabalho e defender o salário e o emprego, o aumento da capacidade de intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho, criminalizando a desobediência às ordens desta entidade é imperativa, assim como a aprovação de leis que impeçam o recurso abusivo ao roubo do trabalho temporário ou a garantia de que, tanto no sector privado como no público, a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato permanente. À chantagem da crise, só podemos responder com a mobilização em nome da valorização do trabalho e pelos direitos sociais.

A revisão (in)constitucional

DUARTE CANOTILHO

Num momento em que sob o pretexto do memorando da Troika, da intervenção externa por parte das entidades do grande capital financeiro, se fazem reformas estruturais a granel, há reformas que passam um pouco à margem. A grande reforma que este governo está aos poucos a conseguir fazer é também de todas a mais perigosa e de todas a mais perniciososa. É a revisão constitucional, sem precisar de rever a constituição.

Este ataque feroz à constituição é algo que já é inerente à ideologia mais neo-liberal, conservadora e populista que em Portugal tem tido hegemonia. Em todos os programas de governo os partidos da direita e centro se falou de irradiar o socialismo da constituição, de retirar artigos à constituição que era demasiado gorda, tal como o estado. No fundo o programa era atacar a constituição para poder retirar do estado as suas garantias mais básicas. Saúde Educação Habitação e cultura

A constituição que temos hoje não é a mesma que foi fruto da revolução de Abril. Essa já vai longe e foi já esquarterada várias vezes sendo não tão poucas vezes objecto de interpretações várias e que são verdadeiras entorses ao que é o espírito da constituição. A constituição representa o conjunto de valores, que todo um povo considera como justos, inalienáveis, e uma aspiração de guia político para o que deve ser a governação de um país. Ir contra a constituição é ir contra um povo, mas foi exactamente isso que foi feito nos últimos 30 anos, pois o que eram direitos adquiridos, como o direito à saúde, à segurança no emprego, à habitação, a um ensino gratuito e público e à cultura e desporto, passaram a ser meras guide lines que seriam cumpridas apenas na medida do possível, e assim por culpa dos governos da direita, e do centro, se esvaziou quase instantaneamente o grosso dos direitos adquiridos em 76. Mas mais foi feito, e sempre que houve entorses a constituição houve também boas justificações, desde o caso de o estado ter de entregar os seus sectores estratégicos porque “a europa mandou”, ou mais recentemente a maior de todas as barragens de artilharia contra a lei fundamental, com as novas “reformas” impostas pela Troika. Faz-se uma entorse aos direitos dos trabalhadores que é

permitir o despedimento sem justa causa porque a Troika assim manda, aumenta-se o preço da saúde, acabam-se com as bolsas do ensino superior contradizendo o principio do mínimo assegurado, fecham-se escolas, privatiza-se a justiça, acaba-se com os direitos do arguido, quer-se reduzir a representatividade e o número de deputados e acaba-se com o orçamento para a cultura. O governo a coberto da troika faz o que Pires de Lima do CDS constantemente diz, “é preciso é acabar com esta constituição que só faz entaves ao país.”

Conseguem no culminar de uma situação de crise impor às pessoas o que não seria possível impor de outra forma. A coberto da Troika temos dezenas de diplomas que sofrem de inconstitucionalidade, violando os pilares basilares da democracia, especialmente no direito do trabalho, algo que até mesmo o Tribunal Constitucional, que devia ser um órgão isento que defendesse e garantisse a constituição, também a permite, com justificação de estados de excepção.

Mas há que dizer basta! E se a constituição é um símbolo que a direita quer apagar e enxovalhar como letra morta, nós temos de cada vez mais a ver como um símbolo de uma geração, a de Abril, que quis a mudança. Temos de pegar na constituição moribunda e cura-la, fortalece-la e acima de tudo efectiva-la. Dizer que não aceitamos que a Saúde a Educação, a Cultura e a Habitação para todos existam só na medida das possibilidades, dizer que não aceitamos a precaridade e os despedimentos ilícitos, que não aceitamos a privatização dos sectores essenciais da economia, que não aceitamos a dejudicialização em Portugal e que acima de tudo não aceitamos a destruição dos pilares de Abril da solidariedade, da Liberdade e da igualdade.

Se o estado brutal, e burocrático exige a destruição da constituição para ter o seu programa político de estado mínimo legitimado, então nós temos de pegar nela e reafirmar os seus princípios e mostrar que nas ruas ela vale mais, e é pelos seus princípios fundadores que lutamos.

Estado democrático e poder regional

ERNESTO VALÉRIO SOARES DE FIGUEIREDO

Decorridas mais de três décadas sobre a inscrição na Constituição da República (Art.239º, 1976) das regiões administrativas, como base de sustentação para uma profunda reforma do aparelho do estado com vista à edificação de um sistema descentralizado e democraticamente consolidado (isto é, permitindo mudança social ideológica e não apenas alternância de poder plutocrático), prossegue alguma discussão (comprometida e envergonhada!) do tema regional. A direita e o PS travaram a regionalização, o que significa que tolheram o desenvolvimento do País, tornando-o moribundo.

É vital que o País se organize, à semelhança da maioria dos países, nomeadamente no seio da UE, em bases regionais autárquicas sólidas. A UE das regiões não pode constituir nenhuma miragem, quando se promovem (ou se afirma que assim será muito mais intensamente no futuro) as políticas inter-regionais de troca de relações, em contrapartida às políticas inter-nacionais hoje existentes. Para efeitos de construção de uma UE dos povos, das nações, das pátrias e também da almejada UE da paz, parece plausível admitir-se que o desenvolvimento centrado nos poderes regionais, [instalados entre os poderes centrais e locais, com protecção especial dentro da UE traduzida pelo Comité das Regiões (do qual, sublinhe-se, Portugal continua arredado!)], constituirá um modelo político-administrativo digno do primeiro mundo.

São as políticas regionais e não outras (federais, confederadas ou centralizadas) que, nos dias de hoje, conferem estatuto de primeiro mundo à UE no concerto das relações internacionais, pese muito embora o papel da função de distribuição europeia estar longe de alcançar o seu objectivo maior: processo de integração adequadamente ponderado e regulamentado ou perfil de acumulação gradual devidamente ajustado ao espaço europeu. Portugal como membro de pleno direito da UE terá, por conseguinte, tudo a ganhar, na justa medida em que alinhar pelo diapasão regional autárquico.

Se o desenvolvimento não pode ser senão regional, no entender de muitos, a verdade é que este último não pode ser planeado e alcançado em abstracto, isto é, em ausência de regiões "bem delimitadas".

Existem doutrinas contemporâneas suficientemente desenvolvidas, adoptadas e recomendadas por investigadores devotados às ciências regionais, que regulamentam em pormenor o que deve ser entendido por regiões bem delimitadas e que se prende com a própria noção de identidade regional, legitimando o estatuto de região a ser outorgado a algum território candidato. São considerações teórico-metodológicas bem formuladas, largamente consensuais, em que os princípios da subsidiariedade e do desenvolvimento endógeno sustentável andam a par com aspectos

linguísticos, socioculturais e ecológicos. Existem inclusive critérios justificativos do número de regiões a ser instituídas como unidades de desenvolvimento, a saber, identidade ou sentimento de pertença, estrutura que mantém a região unida, vida própria e base económica.

A questão regional, acrescente-se, até do ponto de vista etimológico (região proveniente de rex, regere), é tão antiga quanto a História da Administração Interna dos espaços territoriais que se pretendem minimamente ordenados. Esta formulação remete-nos para a questão da Nação ou do sentido de Pátria. O Estado Democrático, para se afirmar, necessita indiscutivelmente da componente regional, sob pena de, na sua ausência, ficar desequilibrado, do lado de um Poder Central excessivamente empolado, centralizado, incapaz de se desenvolver. A questão regional encerra o terceiro pilar do poder político-administrativo do Estado Democrático (de feição incontornavelmente autárquico). A ausência deste Poder Regional devidamente instituído significa, por conseguinte, uma amputação feita ao próprio aparelho do estado, tornando-o incompleto ou inacabado.

Defendemos a edificação no País de um sistema regional consensual (ver Mapa das Regiões Fundamentais, acima), em que as regiões tradicionais (carregadinhas de história), pré-liberais e pré-neoliberais, são redefinidas e designadas assim: 1) Douro-Minho ou região Minhoto-Duriense (em consonância com o seu estatuto de pertença à grande região Galaico-Duriense) agregando as duas margens do Douro; 2) Trás-os-Montes e Beira Interior, já que a região de Trás-os-Montes e a Beira Interior são estruturalmente muito semelhantes. Incluí-las em regiões dotadas de níveis de desenvolvimento muito superiores [o que tendo sido ensaiado, (mantendo-se ainda em vigor!), sem medidas de protecção adequadas] deu como resultado observado o seu esvaziamento; 3) Beira Litoral, constituindo claramente a sub-região beirã de mais elevado nível de desenvolvimento; 4) Estremadura, sem inovação face a representações recentes, mas de designação consagrada; 5) Alentejo, grosso modo, o clássico e o do futuro; 6) Algarve permanecendo o "reino" dos Algarves.

O Douro-Minho e o Alentejo constituem as duas regiões mais genuínas (de mais fácil identificação e mais homogéneas) do Continente português, ou seja, a delimitá-las situam-se territórios de transição, digamos, mais ou menos atlânticos, mais ou menos continentais, mais ou menos mediterrâneos. Estas designações e as suas reconfigurações constantes do mapa acima foram alcançadas em bases metodológicas bem definidas. Referendo popular sobre esta regionalização (ou sobre esta delimitação regional) pode ser discutido, abertamente, em qualquer fórum.

Mais rua é a nossa resposta ao ataque do capital

FREDERICO PINHEIRO, SARA ROCHA

“O facto de termos recuado na nossa decisão”, disse o Sr. Moedas, “não teve absolutamente nada a ver com o facto de as pessoas virem para as ruas e tudo a ver com o facto de termos percebido que aqueles que eram supostamente os beneficiários, na verdade não queriam a medida”

Esta é a explicação dada ao jornal norte-americano New York Times por Carlos Moedas, ex-funcionário da Goldman Sachs e actual secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, para explicar o recuo em algumas propostas governamentais, nomeadamente na suspensão da transferência de parte substancial do pagamento da Taxa Social Única (TSU) dos patrões para os trabalhadores.

A mensagem é clara: o Governo pretende mostrar aos “mercados” que não está aqui para ouvir a vontade popular. O Governo finge não saber que um milhão de cidadãos encheram as ruas do país a exigir a sua demissão. O Governo finge não perceber a mudança na capacidade de resistência do povo, que cresce de dia para dia. «Que se lixem as eleições», como disse Passos Coelho, continuando a obedecer cegamente às directivas neo-liberais dos capitalistas. O Governo finge que recuou na medida da TSU porque os patrões são uns ingratos. Até mesmo «ignorantes», nas palavras do consultor António Borges, também ele antigo colaborador do Goldman Sachs e do FMI.

Entre o trabalho e o capital, sabemos de que lado está o Governo e de que lado está a troika. Só assim se justifica que o Governo tente aumentar o IMI ao mesmo tempo que isenta centenas de

fundos imobiliários, com património no valor de 12 mil milhões de euros, do pagamento deste imposto, de acordo com dados do regulador do mercado (CMVM).

Só assim percebemos porque ataca este Governo as pensões e os salários ao mesmo tempo que se recusa a negociar o pagamento dos juros da dívida. Este ano serão 8,3 mil milhões de euros e em 2013 mais 8,6 mil milhões de euros para garantir a rentabilidade do capital, de acordo com os dados do Orçamento do Estado para 2013.

Só assim percebemos porque corta este Governo no apoio aos desempregados (que serão, pela primeira vez, obrigados a pagar impostos directos), enquanto o número de pelo menos meio milhão de pessoas sem qualquer apoio vai crescendo, ao mesmo tempo que se cedem milhares de milhões de euros nos bancos (3 mil milhões no BCP, 600 milhões no Banif, 1,5 mil milhões no BPI e pelo menos 3,5 mil milhões no BPN).

Ao contrário do que Moedas diz, esta política está a ser combatida na rua com resultados visíveis. Não há nenhum governante que consiga sair à rua sem ser vaiado. Falta legitimidade democrática a este Governo: o povo diz bem alto, todos os dias, «Demitam-se».

Se o Governo tapa os ouvidos, gritaremos mais alto. Mais rua, mais debate, mais movimento. Não baixamos os braços. Esta é a nossa resposta.

Apoio a lista B, liderada por Daniel Oliveira à próxima Convenção do BE

FERNANDO ROCHA

Em síntese prévia direi que as duas principais razões porque apoio a Lista B, à próxima Convenção do BE, prendem-se com a minha discordância com a liderança bicéfala, que pode pôr os dois líderes indigitados em contradição, de algum modo, em determinadas circunstâncias, um com o outro e isso seja aproveitado pelos nossos adversários. Apoio também a Lista B porque para mim a democracia e a liberdade são valores sagrados (mais adiante desenvolverei a questão).

A lista B é uma lufada de ar fresco no BE, trazendo-lhe mais frescura e vigor. O lema da moção "POR UMA RESPOSTA SOCIALISTA DE COMBATE À OFENSIVA DO CAPITALISMO NA ERA DOS CREDORES", é um bom indicador do que pretendemos.

Depois a globalização financeira, um dos pilares do capitalismo neoliberal, empobrece os povos e faz regredir o caminho da Humanidade para valores retrógrados e caducos.

Apoio a lista B, liderada por Daniel Oliveira e outros amigos e camaradas, em que tenho muita confiança e que acredito que desempenharão um bom mandato, na Mesa Nacional, muito atento e crítico de desvios à democracia interna de funcionamento do BE e a outros que o enfraquecem e tornam menos credível e mobilizador do nosso povo.

Defendo ainda a Lista B, porque "o BE deve defender uma Europa vocacionada para um desenvolvimento baseado na sustentabilidade dos recursos, com Portugal dentro do Euro", uma Europa mais solidária com todos os Estados seus integrantes e todo o resto do Mundo, que sofrem, com as políticas capitalistas e de austeridade suicidária de direitos consagrados e da reivindicação de outros, que impedem a manutenção de escravaturas, ainda que mascaradas, pelos mais diversos e pérfidos motivos e, sobretudo, que apontam para uma regressão civilizacional.

Apoio, também, a Lista B, porque "a preocupante perda de influência do BE na sociedade portuguesa... não pode deixar de ser confrontada com as orientações e procedimentos de natureza táctica que a Direcção do Bloco adoptou". Por exemplo, em vez de empurrar o nosso candidato às eleições Presidenciais, o grande

patriota Manuel Alegre, para uma candidatura, como a primeira independente dos partidos, procurou amarrá-lo a uma candidatura, por demais partidária, muito dependente do PS e do BE, ao contrário da primeira sua candidatura, que também apoiei e que constituiu um muito maior êxito que esta última.

Concordo, também, com a moção que apoio quando nela se diz que "daí para cá a Direcção do BE tem mostrado uma grande indisponibilidade política para uma reflexão interna sobre estas questões, ouvindo com grande impaciência qualquer crítica, optando por vezes por práticas ostracizantes aos militantes e aderentes mais críticos". E como se diz, mais adiante, "o mais grave no plano da intervenção pública o BE foi perdendo influência, frescura e disponibilidade para dialogar com largos sectores da sociedade, nomeadamente com os movimentos sociais. Foi-se acantonando numa lógica pouco democrática de defesa da fortaleza sitiada defendida pelo aparelho".

Também apoio esta moção porque tem um capítulo específico sobre a unidade da esquerda, que acho uma condição indispensável para o regresso desta ao Poder, em novos moldes, em que o sectarismo de toda a espécie tenha da nossa parte um combate sem tréguas. Defendo, igualmente, uma maior valorização do trabalho local e autárquico, nunca devendo temer a forte denúncia de toda a chusma de aldrabices que se passam em muitas autarquias, dominadas, na sua maioria, por autênticos caciques, sem escrúpulos e corruptos.

A parte da moção que trata de "DEFENDER E VALORIZAR A DEMOCRACIA INTERNA", está muito bem tratada, argumentando-se que ela é fundamental para o crescimento do BE. Sem uma genuína liberdade e democracia, sistematicamente aprofundada, as organizações e as sociedades humanas regridem em direitos e desenvolvimento humanista e, conseqüentemente, solidário.

Estou inteiramente de acordo, também, valorizo muito a militância no Bloco, por cada vez mais aderentes e outros simpatizantes, que devem, sempre, não ser esquecidos, ignorados, na nossa vida política, que devem ter uma cada vez maior participação na nossa vida colectiva.

A prioridade do Bloco de Esquerda deve ser mudar o governo

ILÍDIO DINIS

O bloco de esquerda para além da sua história e dos ideais que percorre tem de saber fazer a diferença, correr o risco de ser grande, para tal importa fazer a escolha entre ser ou não um dos que querem que a sua presença faça deste Universo um lugar melhor. Porque não, fazer desta convenção, esse momento, em que nos despimos de preconceitos ideológicos e nos tornamos capazes de governar o país, porque não dar as mãos à sociedade e não só aos militantes do bloco e fazer o melhor que sabemos para melhorar a vida do povo a quem devemos respeito.

Sei quão difícil é resolver o problema da dívida sem a sua renegociação e quem sabe o perdão da mesma, talvez não passe afinal de um (Social democrata) e não deva fazer parte deste partido os que assim pensam podem propor a minha demissão. No entanto neste momento não posso deixar de vos dizer que remar contra a maré parece-me uma não solução, pelo que, importa de momento mudar o governo que nos desgoverna e nos conduz ao desastre.

Sei que o partido socialista não quer assumir a responsabilidade de nos conduzir neste momento difícil, no entanto, este governo da vergonha que nos confisca, nos rouba e nos assalta tem de ser substituído quanto antes.

Sei que isso só será possível se o bloco se despir de preconceitos ideológicos e propuser uma aliança tática de governo com o Partido socialista, sei que esse é um caminho difícil sem abandonar as nossas convicções, mas também sei que por vezes na guerra importa fazer pactos com quem não concordamos para poder vencer o verdadeiro inimigo.

Sei que este é o momento em que o bloco tem de assumir a sua responsabilidade, a responsabilidade que tem pelo povo e não pela militância ideológica, pois essa, não é ainda a vontade dos homens e das mulheres portuguesas, os jovens esperam de nós a capacidade para influenciar as políticas de crescimento econó-

mico e social, os desempregados esperam de nós mais que moções de censura, ou momentos pré-revolucionários sem sucesso, esperam, isso sim, que sejamos capazes de assumir o risco de desaparecer como partido, mas tendo a coragem de assumir a responsabilidade histórica de mudar este governo.

Tenho para mim que é possível uma aliança eleitoral com o partido socialista que derrube este governo e altere as políticas mais gravosas, ainda que isso implique, não a imposição das nossas ideias, mas um programa mínimo e viável no quadro político e partidário da actualidade, que procure simultaneamente reajustar o consumo, renegociar as medidas mais gravosas do memorando e mostrar às instâncias internacionais a injustiça do seu papel, ou seja procurar um caminho alternativo menos doloroso para os homens e mulheres a quem calhou nascer neste país.

Porque não? Esquecer as nossas diferenças ideológicas e tentar em convergência fazer deste mundo um mundo melhor para viver. Com as nossas diferenças, com todos os nossos defeitos, poderemos tornar este momento, num momento que nos projecta, no amanhã de nós mesmos.

Sim, sei que isso implica abandonar muitos dos nossos ideais, mas também sei, que as mudanças profundas nas visões do mundo, não se impõem, conquistam-se e para isso, temos de perceber o sentir dos povos de fazer parte desse sentir e ser capazes de perceber os momentos as histórias de vida e estar à altura das responsabilidades que cada momento nos exige.

Sem perceber isto e esperarmos pelo quanto pior melhor, talvez a revolução dita socialista esteja ao virar da esquina ou, as próximas eleições, nos tragam muitos mais votos, mais jamais os conservaremos e, jamais, seremos dignos de coordenar os destinos destes homens e mulheres que desesperam por uma solução viável para mudar o rumo da economia do país.

Imperialismo e energia - disputa pelos recursos naturais

ISABEL PIRES, SÉRGIO CERQUEIRA, FABIAN FIGUEIREDO, INÊS RIBEIRO, RICARDO RIBEIRO, TIAGO RAMALHO

A busca pelo controlo dos recursos energéticos e sua acumulação sempre foi uma das prioridades do sistema capitalista, por entenderem a sua importância no controlo da economia global. Desses recursos, o petróleo foi, e continua a ser, um dos recursos mais importantes para os grandes interesses capitalistas. O fator de dominação à escala mundial que representa a acumulação de petróleo devido à sua escassez e à importância que este ganhou no quotidiano dos países mais desenvolvidos abriu caminho ao aumento do poderio económico mundial das empresas petrolíferas e um ponto importantíssimo na relação de forças entre os países imperialistas reféns desse tipo de recursos e interessados no enriquecimento através dele.

A corrida ao petróleo tem permitido a acumulação de capital como nunca antes se tinha visto por grandes corporações e motivado guerras e ocupações de países. Esta utilização política a favor do grande capital assumiu variadas formas e foi sendo focada em diferentes zonas do globo, em alturas diferentes. Se num momento inicial a exploração petrolífera no território norte-americano deu origem às grandes companhias petrolíferas (que ainda hoje subsistem), as ambições da exploração de uma fonte de energia que deu lucros como nunca antes nenhuma fonte o tinha feito não pararam de crescer.

Para os EUA, um só continente era curto para cobrir a suas necessidades de consumo e acumulação tendo em vista o crescimento económico. Como tal era necessário procurar terras mais ricas. Nessa busca países menos desenvolvidos, como no continente africano e médio oriente, com problemas políticos e sociais profundos serviram na perfeição os interesses imperialistas norte-americanos.

Quais as consequências desta relação entre obtenção de recursos e guerra? Para já, anos e anos de exploração de uma das fontes de energia mais poluentes que causaram impactos ambientais desastrosos e irreversíveis; países que ainda hoje sofrem de graves crises políticas, económicas, sociais e humanitárias; preços monopolistas que apenas beneficiam quem detém o capital. Casos como a Líbia, Iraque, Afeganistão, Sudão e Nigéria ilustram bem o poder que as fontes de energia podem ter no puzzle geopolítico.

Nesta estratégia imperialista dos EUA a NATO tem sido o principal instrumento desde a sua formação. Criada inicialmente para defender os países do transatlântico da ameaça soviética, a NATO ao

longo dos anos foi-se reinventando através da atualização do seu conceito estratégico, aumentou o seu raio de ação, atualmente à escala global, diversificou os motivos para a sua existência e para as suas intervenções militares e aumentou perigosamente a subjetividade dos motivos que justificam essas intervenções, como é possível ler no conceito estratégico aprovado pelos membros da NATO na cimeira de Lisboa em 2010.

A questão ambiental, um ponto atualizado no conceito estratégico, é hoje, tema aceso de discussão, e ganhou importância com as recentes notícias vindas do Ártico. Verifica-se o assalto por parte da indústria do petróleo e da guerra ao Ártico aproveitando-se de uma das consequências do aquecimento global, o degelo. Fenómeno que, nos últimos anos tem vindo a agravar-se, abre caminho a rotas de navegabilidade para a extração e transporte de petróleo descoberto nessa zona do planeta, um dos maiores jazigos existentes. Isto significa novas movimentações militares para o Ártico por parte de algumas forças imperialistas dos EUA e aliadas da NATO, com necessidade de estarem atentos à Rússia e à China, que também têm interesse na exploração de uma zona de exploração ainda virgem. Com o novo conceito, EUA e NATO serão capazes de disfarçar as suas ações nessa zona do globo alegando estarem na "defesa ecológica" do planeta. Todos os pretextos servem, mas o objetivo real é apenas um: o controlo dos jazigos de petróleo e das suas unidades de extração pelo globo.

Com isto apenas se reitera porque é que as Convenções ambientais a nível mundial não são cumpridas, nem, na verdade, querem ser cumpridas. Porque cumprir normas que possam combater as alterações climáticas significa menos lucro para a indústria do petróleo e para a indústria da guerra. Duas indústrias que atuam de forma promiscua de mãos dadas onde a acumulação de capital e dominação económica é o seu único interesse.

O imperialismo pode ter variadas faces e a guerra pela energia é uma delas. Sem querer saber da sustentabilidade do planeta em termos ambientais e sem pudor em fazer a guerra sob falsos pretextos, para o imperialismo vale tudo em nome do lucro e do poder das potências. Uma das formas de combater o imperialismo passará pela denúncia constante do conceito estratégico da NATO e a perigosa liberdade de ação que dá aos seus membros mais poderosos e pela denúncia de todas as atrocidades, crimes de guerra e ocupações ilegítimas levadas a cabo pelas potências imperialistas.

NATO: o poder de facto

JOANA MORTÁGUA, CARLOS SANTOS, FERNANDO ROSAS, JOÃO TEIXEIRA LOPES, RICARDO ROBLES, SANDRA CUNHA

Fora do contexto da Guerra Fria e da partilha armada do mundo entre dois blocos, a obstinada sobrevivência da NATO é uma excrescência do “fim da História”, uma evidente e violenta projeção do poder da potência ganhadora (EUA) e dos seus interesses sobre o resto do mundo.

No pós-guerra (1949) a NATO foi a “outra face da moeda” do Plano Marshall, um instrumento essencial para a execução plano americano de “manter os russos fora, os europeus dentro e os alemães por baixo”.

A NATO faz da guerra a política por outros meios: dominar recursos naturais, intervir em locais estratégicos, garantir a assinatura dos contratos mais rentáveis aos donos do mundo. É especializada no negócio sangrento da substituição de regimes, pôr e depor governos em nome da democracia de mercado (ou do mercado da democracia).

O seu conceito de democracia desde diz-nos muito sobre a organização que hoje se considera “músculo e espinha dorsal da democracia”. Desde a sua fundação, a NATO foi fonte inesgotável de legitimidade para o regime ditatorial e colonial português. Os Açores interessavam mais aos EUA do que os floridos princípios fundadores da organização.

Durante a Guerra Fria, a NATO foi responsável por vários atentados terroristas de “falsa bandeira”; interveio secretamente na política interna de vários países e organizou golpes de Estado. Com a queda do Muro e o desaparecimento da sua fonte original de legitimidade, a NATO tornou-se num perigo para o mundo pós-guerra fria, uma arma apontada aos interesses dos povos e dos trabalhadores em qualquer ponto do globo.

As intervenções armadas na Bósnia e no Kosovo em 1995, 1999 e 2001, apelidadas de “crises étnicas e humanitárias”, iniciaram uma substituição da figura do “inimigo” e da “defesa territorial” pela “ameaça” e a “segurança global”. Até à “guerra ao terrorismo” (preventiva, entenda-se bem) seria um pequeno passo.

Com George W. Bush (2000) chegou ao poder a teoria neoconservadora do “superpoder solitário” e com ela a miragem do médio oriente das democracias de mercado impostas pelas bombas e capazes de jorrar todo o petróleo necessário ao centro do capitalismo global.

O 11 de Setembro é o momento da consolidação da NATO no pós-guerra fria. As guerras do Afeganistão e do Iraque afirmaram a NATO enquanto polícia global, mas revelaram os custos políticos da incompreensão popular perante uma guerra criminosa.

Na Europa, as mobilizações populares anti-Guerra/NATO foram

impressionantes. A vitória de Obama, a derrota dos governos de direita em Portugal e na Espanha, a desgraça de Blair, a queda do Governo holandês e o destino da Rifondazione Comunista mostraram que ninguém conseguiu sair de fininho da Cimeira da Lages.

A crise económica e a “bomba” de contestação popular fizeram a Aliança repensar o seu conceito estratégico. Com Obama a natureza da NATO não mudou, mas o novo Conceito Estratégico deixa adivinhar as linhas de uma nova forma de atuação, que se pretende mais simpática aos olhos dos contribuintes dos governos que financiam a guerra: busca de parcerias em geometria varável para maior eficácia e flexibilidade e menores custos financeiros e políticos. Apesar disso, é uma bomba sobre a carta da ONU.

Da segurança energética à produção de alimentos, passando pelas possíveis consequências “das assimetrias da globalização”, as “novas ameaças” pressupõem que todos os problemas do mundo exigem soluções militares.

Um conceito de segurança tão alargado permite qualquer coisa em qualquer parte do mundo. No topo da lista: a disputa de recursos energéticos, as intervenções “humanitárias” em parcerias com organizações regionais para derrubar governos ou conter revoltas populares (Líbia deu o exemplo) e, em último caso, defender o dólar na ponta da espingarda.

Em qualquer contexto, a NATO é o império armado. A arma do imperialismo é a exploração. Reafirmar o estado Social, defender os serviços públicos, atacar a impunidade da alta finança e garantir o respeito pela democracia e pela liberdade são combates da luta anti-imperialista.

Ser anti-imperialista é estar ao lado dos povos contra dominação por potências imperialistas, seja pela via da agressão militar ou económica. A autodeterminação dos povos significa que os povos devem exercer soberania sobre os seus recursos naturais e económicos de forma que possam garantir o bem-estar do seu povo, sem prejuízo da solidariedade internacional.

À esquerda, não concebemos democracia sem autodeterminação, nem soberania que não seja popular; não aceitamos a “paz” através da guerra; rejeitamos com todas as nossas forças esta polícia global que tem Guantánamo como prisão, as torturas como método e as execuções sumárias como tribunal; recusamos um Governo militar global que têm o dólar como referencial estratégico.

Por isso estivemos e estaremos contra qualquer intervenção armada da NATO onde quer que seja. Por isso defendemos e defenderemos a saída de Portugal da Nato e o fim da aliança militar. Pela aliança dos povos, esse é o mais difícil mas o único caminho.

O PS e o PSD são diferentes em quê?

JOÃO CAMARGO, ADRIANO CAMPOS

A “unidade da esquerda” tornou-se uma lenda urbana. Há um enorme sentimento que pede unidade para ter um governo alternativo ao do PSD e CDS, e o Bloco só pode falar com esse sentimento e com essas pessoas. Mas não as pode enganar. A política é mesmo constituída por escolhas.

E o que dizemos a quem nos pede unidade da esquerda é simples: virem-se para o PS e exijam que rompa com a troika. É uma questão de bom senso: se for eleito um governo PS e se estiver condicionado ao Memorando da troika, então a sua política será igual à do governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Ou será pior, porque cada dia a troika exige mais e pior. Nesse governo não entramos e seremos oposição frontal, como combatemos o atual, sem tirar nem pôr.

Ora, António José Seguro, na véspera da moção de censura do Bloco, apresentou claramente a sua condição para alianças à esquerda: só entra quem defender o Memorando.

Para o Bloco, é o contrário: só entra quem rejeita o Memorando. No dia em que o governo de esquerda tomar posse, a sua primeira medida é declarar que o Memorando terminou.

Aqui está então a questão essencial em que o PS e o PSD e CDS se aproximam: defendem o memorando, ou seja, o ajustamento

da sociedade portuguesa por via da compressão dos salários e das pensões, num novo regime social alicerçado na banalização do desemprego e da precariedade.

É evidente que há uma outra questão essencial em que se diferenciam: as suas bases eleitorais e políticas são diferentes, porque muito do povo de esquerda se reconhece no PS. É por isso que confrontamos o PS com as nossas propostas, que procuramos juntar forças com sectores do PS. Queremos arrastar a política para a esquerda.

Mas a pergunta fundamental para fazer política é esta: se a base do PS tem gente de esquerda, como é que a sua direção representa uma parte do capital financeiro para garantir a alternância da governação da burguesia? Já conhecemos a resposta, e ela está no livro “Donos de Portugal”, onde se mostram as ligações entre os ex-governantes do PS e do PSD nas áreas estratégicas, com as principais empresas.

O PS e o PSD têm diferenças: o PSD é um partido muito mais orgânico da burguesia. Mas o PS está lá intensamente. O que dirige o PS são as ligações entre a política e os negócios. Só haverá esquerda contra a corrupção, só haverá esquerda pelo emprego e só haverá esquerda socialista quando vencermos esta loja dos interesses e da política dos interesses.

Eleições autárquicas: o registo de uma aproximação da Moção B

JOÃO CURVÊLO E RICARDO ROBLES

Os debates preparatórios das Convenções Nacionais são, por definição, momentos de afirmação de divergências políticas. Contudo, por vezes, há também convergências que se afirmam. Devemos tê-las em atenção e fazer destas convergências processos de clarificação da nossa posição política em cada batalha que enfrentamos.

Em vários momentos de discussão interna do Bloco de Esquerda - como noutros espaços de debate mediático -, vários dos atuais promotores da Moção B defenderam uma aproximação do Bloco de Esquerda ao Partido Socialista. Esta aproximação, nos moldes em que foi sugerida, tinha como objetivo a sua materialização em coligações já nas próximas eleições autárquicas.

Em rigor, talvez seja excessivo dizer que se trataria de coligações: na verdade, seria apenas um apoio do Bloco de Esquerda às respectivas listas do Partido Socialista. Tomemos como exemplo os dois pólos mais importantes da disputa autárquica: Lisboa e Porto. Em ambos os casos, os candidatos já estão escolhidos pelo PS, têm um programa autárquico já desenhado e, no caso de Lisboa, a isto soma-se o peso de dois mandatos de governação de António Costa.

Uma escolha destas, com todas as consequências que traz para o futuro da esquerda portuguesa, exige uma discussão clara em torno de propostas concretas. A proposta de coligações com o Partido Socialista desapareceu do debate e, ainda que esta tenha sido uma bandeira de alguns dos seus promotores nos últimos meses, a Moção B parece ter abandonado definitivamente esta ideia. Na Moção B, só se admitem agora dois caminhos: listas independentes em que se justifique o apoio do Bloco ou listas próprias do Bloco. Esperemos que a Moção B, que primeiro sugeriu e depois recusou as coligações com o PS, não volte agora atrás e não se relance no caminho do apoio às listas do PS nas maiores cidades.

Fazê-lo significaria a insistência num erro estratégico e, mais do que isso, seria um duro golpe na democracia interna.

A Moção B escreve ainda que deve haver uma “atitude unitária e

dialogante, envolvendo as bases locais dos partidos de esquerda e ativistas sociais”.

Este trabalho de diálogo e criação de pontes é imprescindível. Mas criar condições para disputar a maioria significa encontrar a máxima unidade entre aqueles que recusam a política liberal que destrói o país. É o Memorando da Troika que divide a política: de um lado, está a esquerda que quer combater a ditadura da dívida; do outro lado, estão os partidos que, cada vez com maior dificuldade, vão procurando sustentar o discurso da inevitabilidade da austeridade. A relação entre estes dois campos não é de consenso, é de combate.

Reivindicamos a experiência da coligação com Sampaio, em 1989, que se constituiu com base num programa trabalhado por milhares de pessoas que se juntaram para dar um novo impulso à cidade. António Costa e Manuel Pizarro - os atuais candidatos do PS em Lisboa e no Porto - representam o contrário desse programa e dessa vontade de convergir em torno de alternativas. É exatamente por isso que lhes faremos frente nestas eleições.

Há treze anos, o Bloco de Esquerda foi fundado com base na ideia de que a sustentabilidade do poder dominante é garantida pelo rotativismo ao centro.

Escreviam as fundadoras e os fundadores do Bloco, no Manifesto *Começar de Novo*: “O núcleo duro do sistema político português é o do rotativismo entre duas forças políticas centrais que não têm, sobre o futuro de Portugal, ideias substancialmente diferentes.”

A história da última década deu-nos razão. Hoje, treze anos passados da formação do Bloco, olhamos para a sociedade e sabemos que o campo que ocupamos é mais necessário do que nunca. Sem sectarismo e procurando em cada momento todas as convergências. Recusar a capitulação perante o centro só pode significar o reforço da esquerda.

E só com esta clareza seremos capazes de cumprir o objetivo central de qualquer projeto que queira transformar a sociedade: construir uma alternativa para disputar o poder.

O que é e para que serve um governo de esquerda?

JOÃO MINEIRO

A ideia de Governo de Esquerda como proposta estratégica assente num compromisso programático de rutura com a Troika e com a renegociação da dívida percorre hoje o debate à esquerda. Este é um debate que ganha expressão motivado pela situação grega, em que intensas mobilizações populares potenciaram o aumento da expressão eleitoral de uma organização política que rejeita a austeridade, a política da Troika e a chantagem da dívida, disputando seriamente a possibilidade de ganhar eleições.

Mas se Portugal e a Grécia partilham a mesma chantagem e grande parte das mesmas políticas, parece-me que os contornos deste debate devem ser alvo de uma reflexão maior àquela que dispomos nas moções gerais de orientação. Um Governo de Esquerda precisa de uma identidade política, de uma orientação ideológica e de um objetivo estratégico.

Um Governo de Esquerda é movimentação popular. O que prova a Grécia é que só depois de intensas e fortes mobilizações populares, e sobretudo de uma contaminação do movimento popular no sistema político, é possível construir uma possibilidade de governação de esquerda. A proposta de Governo de Esquerda deve ser, sobretudo, uma proposta de construção de movimento popular, do qual ele emerge como possibilidade. Só existe Governo de Esquerda com movimentação popular que o acompanhe, que o sustente e que lhe dê força política para disputar a relação de forças.

Um Governo de Esquerda disputa a abstenção. Há quase metade de pessoas que em Portugal não votam. Sem elas não há transformação possível. Uma estratégia de Governo de Esquerda é uma estratégia que só faz sentido se tiver a capacidade de fazer com que a maioria das pessoas acredite que é possível transformar a política, a economia e a vida.

Um Governo de Esquerda não é uma soma partidária. Não se pensa num Governo de Esquerda, pensando que partidos, hoje, se podem coligar para o formar, mas sim em torno de que ideias, programa e com que base social se pode construir um campo político e social alternativo à Troika. É a força do movimento popular que tem a capacidade de forçar as organizações políticas, os seus militantes e as suas direções a escolherem de que lado se colocam na luta de política.

Um Governo de Esquerda não é um slogan. Não pode servir para tentar passar uma ideia demasiado vaga e indefinida, que proteja sempre a nossa estratégia, porque pode ser várias coisas ao mesmo tempo. Há hoje uma enorme capacidade de mobilização so-

cial, a que pode corresponder uma contra hegemonia crescente, que pode significar a construção de uma maioria de pessoas no país que rejeita a troika, a austeridade e a política da chantagem. A responsabilidade da Esquerda deve ser a mesma de sempre: ser um instrumento de transformação do descontentamento em alternativa política concreta que mude a vida.

Um Governo de Esquerda é uma potencialidade estratégica. Vivemos hoje o maior retrocesso civilizacional da nossa história recente. Não nos chega nem a criação de espaços autónomos do poder instituído, nem o fechamento que permita apenas a auto-subsistência da nossa organização. A nossa responsabilidade é com todos e com todas que sofrem com as políticas de austeridade. A nossa responsabilidade é não deixar ninguém para trás. E isso significa colocar em cima da mesa, com muita clareza, que nós queremos disputar o poder a quem destrói a vida dos/das explorados/as deste país.

Um Governo de Esquerda é um instrumento revolucionário. O Governo de Esquerda não é um fim em si mesmo. É um instrumento que pode, no momento histórico em que nos encontramos, em primeiro lugar transformar a perceção social da injustiça em contestação; que pode, em segundo lugar, transformar a contestação em movimento de massas; e que pode, em terceiro lugar, transformar o movimento de massas em alternativa política concreta para a transformação da realidade. Mas ele é apenas isso: um instrumento estratégico do nosso compromisso revolucionário e socialista. Não é possível transformar seriamente a realidade sem um projeto político a longo prazo de transformação da estrutura social. Isso só se faz com um projeto socialista, que continue a procurar a revolução como potencialidade transformadora individual e coletiva das sociedades, como possibilidade e como hipótese em cima da mesa e sobretudo como referencial que devemos cultivar, alimentar e para o qual direcionamos a nossa estratégia.

Falar de Governo de Esquerda só pode fazer sentido se ele tiver um significado político, ideológico e social. E não enganemos: não existe Governo de Esquerda à escala nacional. Ele só tem força se acompanhado de mobilizações sociais à escala europeia capazes de transformar instituições europeias e de gerar solidariedades entre países e povos. Em Portugal, só faz sentido, para mim, falar em Governo de Esquerda, se ele servir para fazer crescer a movimentação popular, se ele servir para disputar a abstenção, se não for entendido nem como um slogan, nem como uma soma partidária, e se ele for uma potencialidade estratégica como instrumento revolucionário

Mais Bloco para além do litoral

JOÃO MINEIRO, MARCO MENDONÇA

Portugal é um país de várias desigualdades que o governo e a troika deliberadamente acentuam, com um programa rígido, autoritário e liberal que pretende fazer dos países do Sul da Europa um tubo de ensaio para um projecto de intensificação do neoliberalismo e de construção de uma Europa a duas velocidades.

As desigualdades territoriais e regionais são desigualdades estruturais que cavam uma fossa profunda entre o litoral onde se concentra a maioria do investimento, dos serviços, do emprego e da cultura, e um interior quase sempre esquecido nas políticas públicas, isolado dos verdadeiros centros de decisão política e quase sempre ausente do debate público e mediático.

O Governo e a Troika só agravaram o problema. Generalizaram as portagens nas auto-estradas do interior, acabaram com muitas das vantagens ao investimento no interior, avançam para a extinção das freguesias, organismos fundamentais de apoio às vilas e aldeias do interior, abandonou o discurso e a preocupação com a agricultura, desistiu de uma política sustentada de desenvolvimento do mundo rural, desistiu da aposta de cidades médias essenciais ao equilíbrio social e territorial do país.

Bloco de Esquerda não é um reduto da sociedade e, como tal, reflecte algumas das desigualdades estruturais do nosso país. Temos uma organização política muito litoralizada e núcleos no interior com poucas pessoas e com dificuldades de implantação. A responsabilidade de uma organização política de esquerda moderna deve, neste contexto, materializar-se não apenas na mediatização da organização e na actividade parlamentar, mas também na revitalização, investimento e alargamento dos núcleos do partido no interior do país. Essa deve ser uma responsabilidade colectiva do nosso partido.

O Bloco de Esquerda deve, nos próximos dois anos, entender o interior do país como prioridade. Deve promover o alargamento da base de militância dos núcleos que já existem, deve estimular a criação de novos núcleos locais, deve esforçar-se por incluir os/as camaradas do interior nas decisões gerais do partido. Deve, no fundo, ser uma força contra-hegemónica capaz de contrariar as tendências de isolamento a que o Governo e a Troika submetem o interior do país. Essa é uma exigência do movimento social que se intensifica e da necessidade de construção de alternativas capazes de derrotar a política da Troika.

Esclarecimento sobre a futura direção do Bloco de Esquerda

JOÃO SEMEDO

Nas últimas semanas, fui contactado por vários companheiros que subscreveram a moção B, dizendo-me que o fizeram porque, entre outras razões e motivos, defendem a continuação do modelo de um coordenador para a futura direção do Bloco e a indicação do meu nome pela VIII Convenção para desempenhar essa função.

Para evitar qualquer equívoco, divulgo agora o que tenho dito a esses companheiros. Sou proponente e subscritor da moção A. Significa isto que estou, convictamente, de acordo com a plataforma política e o modelo de direção, coordenação e representação política e institucional do Bloco de Esquerda propostos pela moção A. Não há, pois, lugar para qualquer dúvida: apenas aceitei ser candidato à direção do Bloco pela moção A.

A tragédia da União Europeia

JOSÉ CASTRO

Para alguns, o que está a acontecer aos povos da União Europeia é o resultado da política do “eixo franco-alemão”. Para outros é mais a vontade da Sra. Merkel. É a política dum Diretório, insistem outros. É a consequência fatal e inexorável do projeto de construção da União Europeia, mais concretamente dos Tratados de Maastricht e de Lisboa, afirmam uns. O que estamos a viver na Europa resulta antes do desenho defeituoso do euro, consideram outros. Uns acham que é o capitalismo contemporâneo, outros defendem que a União Europeia não podia dar noutra coisa.

Certamente que nestas apreciações sobre o estado a que chegou a União Europeia há qualquer ligação à realidade. Mas ao não fazer qualquer referência a esse acontecimento tão fundamental que é a crise do sistema financeiro de 2008 e o seu impacto nas dívidas soberanas, aquelas opiniões não ajudam a entender em toda a sua profundidade o que está a acontecer na Europa: países asfixiados por dívidas impagáveis, povos a serem saqueados para pagar as ditas ...

Até Paul Krugman, que nem é de esquerda, já diz que a agenda da austeridade não é para resolver o défice e a dívida de cada um dos países da União Europeia. O défice e a dívida são sim o pretexto para dismantelar os sistemas de proteção social que eram marca da Europa. O défice e a dívida pública são meros pretextos, acrescentamos nós, para baixar salários e esmagar os custos do trabalho.

E é aqui que surgem as declarações, tão pouco comentadas pelos analistas políticos, do grande empresário chinês (necessariamente alto quadro do partido comunista chinês) que em visita à União Europeia referiu que “o modelo social europeu fez

dos trabalhadores europeus uns preguiçosos”. Assim mesmo.

Que esse grande empresário chinês tenha dito tais palavras, entende-se. Reflete os seus interesses, a sua determinação de grande empresário em busca duma brutal acumulação de capital: nada de férias pagas, trabalho deve ser sem horário, sindicatos só os enquadrados pelo governo, contratação coletiva não é precisa para nada.

Mas que tais pontos de vista do grande empresário chinês estejam a ser adotados pela troika- Comissão, Conselho e Banco Central Europeu - que dirige a União Europeia, que tais concessões passassem a ser a escolha, a prioridade das políticas das instituições da União Europeia, essa é que é a tragédia que está a assolar os povos europeus.

O PPE, no qual estão integrados praticamente todos os chefes de governo dos países europeus, está a destruir a Europa na sua dimensão social e até a pôr em causa a democracia. Também os partidos políticos filiados no PPE estão a destruir os países e a rasgar as obrigações sociais com os trabalhadores e pensionistas da Europa do Sul.

Perante partidos socialistas há muito rendidos aos especuladores financeiros, perante partidos comunistas sempre de pé atrás na construção da solidariedade entre os trabalhadores europeus, só o europeísmo de esquerda pode libertar os povos da Europa do colete de forças do autoritarismo e da austeridade. Nas eleições europeias de 2014 as forças políticas que constituem o Partido Popular Europeu têm que pagar a fatura do ataque em marcha aos povos europeus. Nesse combate, o BE terá um papel decisivo.

Já temos programa eleitoral: propor ao povo “enormes sacrifícios”

LUÍS BRANCO E BELANDINA VAZ

Daniel Oliveira, um dos porta-vozes da Moção B, apresentou em público o seu programa (Expresso, 22 Setembro):

“O PS, confrontando-se com a inexequibilidade de garantir o crescimento com este memorando, terá de ser mais claro na forma como pretende ver-se livre dele. O PCP e o BE terão de apostar numa nova aliança política que possa nascer desta clarificação e de assumir que o caminho que propõem não está isento de enormes sacrifícios.”

Este programa tem dois pontos.

O primeiro é que o PS deve ser “mais claro” sobre como “pretende ver-se livre” do memorando. É pouco credível: o PS não quer “ser mais claro” porque não se quer “ver livre” do memorando. Seguro foi categórico: aliança com quem defender o memorando, rejeição de quem rejeitar o memorando. Seguro é coerente. Incoerente seria uma política baseada no pedido ao PS para “ser mais claro” - é uma política de subordinação ao PS. É uma política derrotada e para propor uma derrota.

Do segundo ponto quase não valeria a pena falar, porque depende de o PS ser “mais claro” contra o memorando que este aceita e defende. Mas vale a pena registar a segunda proposta desta estratégia: uma coligação com o PS (“mais claro”), em que o PCP e o Bloco se afirmem disponíveis para impor ao povo “enormes sacrifícios”.

Vai ser muito interessante saber quais são os “enormes sacrifícios” que o Bloco exigiria, para poder ir para o governo com o PS, se a Moção B ganhasse a Convenção. É o subsídio de desemprego? É o financiamento do Serviço Nacional de Saúde? São os impostos? É a privatização de alguma empresa? Para já, só sabemos que são “enormes” e que são “sacrifícios”.

Desconhece-se se é a isto que a Moção B chama, no seu texto, o “comprometimento de toda a esquerda em torno de uma plataforma mínima”. Mas esses “enormes sacrifícios” vão ser apresentados aos militantes do Bloco antes da Convenção, para uma decisão democrática.

Não vão?

Movimento social de esquerda é o que o Bloco tem de trabalhar!!

LUÍS COSTA

Penso que o que o Bloco precisa de fazer é trabalhar numa unidade social de esquerda, é a tarefa mais difícil mas é a mais eficaz, sem traições, nem quedas se for bem-sucedida.

Precisamos de uma plataforma social de esquerda anticapitalista e socialista, esta plataforma esta nos movimentos sociais, nos descontentes, nos abstencionistas, e em toda a gente de esquerda em Portugal.

O Bloco para ser uma alternativa tem que se juntar a este movimento, e juntamente com ele trabalhar para ser alternativa aos partidos do sistema (PS, PSD, CDS).

O Bloco na minha opinião não tem clarificado muito esta situa-

ção, e faz mal, tem que dizer claramente que nunca e digo nunca vai fazer coligações com o PS, porque simplesmente o PS nunca vai ser um partido anticapitalista, mesmo que o diga, a historia comprova isso e não há volta a dar, como tal a clarificação seria muito importante e nunca o fez.

Eu defendo a unidade da esquerda mas essa unidade tem que ser feita pela maioria social e não por acordos partidários, como tal o Bloco tem que estar menos concentrado no parlamento, no tacticismo mas sim interessado em estar nos movimentos sociais, na rua, voltar-se sobretudo para os abstencionistas e descontentes da politica pois são estes a maioria social.

Alô, alô: isto aqui é um partido revolucionário, não é o baile da paróquia...

(declaração de interesse: Sou apoiante convicto da Moção A)

LUÍS MARIANO

Organização e democracia

Os modelos organizativos da esquerda portuguesa têm ainda uma ligação à clandestinidade e à sua, compreensível, falta de democracia devido às condições de repressão do estado novo.

Com o 25/4 muitos desses partidos mantiveram essa estrutura anquilosada, já não pelas condições impostas pela repressão, mas porque lhes facilitava o controlo dos movimentos de massas e da oposição interna.

Isto criou anticorpos em largos sectores de ativistas, criando correntes de contestação ao aparelhismo por um lado e de pura recusa de participação em organizações que, por mais democráticas que fossem, eram sempre olhadas com desconfiança, por outro.

Com a experiência de ativismo de maiores franjas sociais e com o aumentar de zonas “comuns” entre a nossa atividade “partidária” e o ativismo social “independente”, é urgente que o Bloco tenha um debate sobre estas questões.

Pensar pela “sua própria cabeça” sem influências externas, para além de ser uma impossibilidade científica, é a negação do “ser” político interativo que todas/os somos.

Funcionamento democrático e coletivo

A diferença entre a nossa estrutura orgânica e a de outros partidos é mínima. A grande diferença é que nós, no respeito pela individualidade e opção política de cada um/a, admitimos a existência de correntes diversas de pensamento à esquerda, decidindo democraticamente as linhas políticas do movimento e responsabilizando-nos coletiva e solidariamente pela sua aplicação.

Quem reivindica (e bem) a total democracia na discussão tem de compreender que também existem as mesmas regras para a ação...

Não há maneira mais democrática de debater. Não há sistema orgânico mais simples, transparente e funcional do que aquele que preveem os Estatutos.

Funcionar num sistema onde não existem estruturas de debate e controlo democrático da aplicação da nossa linha política a nível local, permite o caciquismo. Só convêm a quem quer controlar e gerir protagonismos como no “tempo da outra senhora”.

Debater a linha política, analisar a sua aplicabilidade, agir coletivamente na sua implementação, fazer os necessários balanços e ajustes e prestar contas aos aderentes da sua área geográfica são passos indispensáveis que qualquer estrutura tem de percorrer para que haja democracia interna.

Na ausência destes procedimentos tentam encontrar refúgio aqueles/as que não se querem dar ao incómodo de serem escrutinados pelos seus pares.

As cúpulas têm de ser controladas pelas bases...

Évora: “case study” no Bloco

Há camaradas que subscrevem moções sobre linha política (desde a reforma do euro, passando pela agenda feminista até à democracia e renovação no seio do Bloco) e depois confeccionam uma faixa com 15 metros de comprimento para desfilar no centro de Évora em que propõem à população a seguinte linha política: “Basta de miséria, o povo não pactua com filhos da puta!”

Ora, para além do sexismo e machismo da frase (e do mau gosto), este tipo de desvio “terceiro-periodista malcriado” não pode ter lugar dentro do Bloco, ainda muito menos quando estamos a falar de pessoas com responsabilidades na sua coordenação distrital e representação autárquica.

Quando nessa manhã (dia do Conselho de Estado) Cavaco foi recebido em Évora por centenas de populares e sindicalistas numa ação de massas contra a troika, a direção regional do BE opta por se integrar numa ação com 18 pessoas e com a consigna acima descrita.

Com aderentes “de primeira hora” e assento na primeira Mesa Nacional o distrito não conseguiu abrir uma sede (exceto num pequeno período do primeiro ano), não elegeu uma concelhia ou distrital, não criou um núcleo durante dez anos (1999 - 2009).

Como dizia o Paulo de Carvalho: é muito tempo...

Há atualmente camaradas da Coordenadora ligados à área cultural que denunciam as condições que o Município criou aos agentes culturais (taxas de utilização do Teatro GR) na presença da nossa deputada Catarina Martins, quando foi exatamente o BE na AM Évora a dar o seu voto (ao lado do PSD e PS) para a aprovação desse regime de taxas.

A Coordenadora Distrital eleita há um ano, nunca enviou aos/às aderentes uma carta, um sms ou um mail. Nunca nos convocou para uma Greve Geral, uma manifestação ou concentração. Nunca fez uma reunião ou plenário de aderentes. Nunca colou cartazes ou distribuiu jornais (exceção a duas deslocações do Louçã a Évora... pois...). Nunca fez uma nota ou conferência de imprensa. Nunca questionou o governo através do nosso grupo parlamentar. Nunca reuniu um núcleo. Nunca divulgou uma ata ou resumo de uma reunião. Nunca informou sequer por quantos votos foi eleita... Nunca, nunca e mais nunca...

Quero assim saudar as preocupações da Moção B em relação à falta de democracia e organização manifestadas no Capítulo III das suas teses...

Apelo ainda a todas e todos os bloquistas alentejanos que apoiem e colaborem com o Margem Esquerda, projeto informativo bloquista no nosso Alentejo (no MEO: 467467 e FaceBook).

Direitos dos animais, uma causa da esquerda

LUÍSA BASTOS, RICARDO COELHO

Nos últimos anos, o movimento pelos direitos dos animais conheceu uma evolução notável em Portugal. Uma campanha pela esterilização dos animais de rua recolheu apoios por todo o país; o movimento contra o biotério da Azambuja colocou o futuro da experimentação animal na agenda política; iniciativas de promoção do vegetarianismo tornaram-se mais comuns e o movimento anti-touradas cresceu exponencialmente.

A partir de convocatórias descentralizadas, à semelhança do que acontece com os “indignados”, têm surgido manifestações anti-touradas em locais onde estas se realizam. Em muitos casos, estas manifestações foram bem sucedidas ao ponto de evitar a realização da tourada. Contra esta ofensiva, os empresários taurinos formaram o seu lobby, ironicamente intitulado “Prótoiro”, encabeçado por José do Carmo Reis, um dos fundadores do fascista Movimento de Ação Nacional.

A “Prótoiro” tem tentado expandir a tourada para o Norte, tendo inclusive realizado uma em Viana do Castelo, cidade anti-touradas. Esta tourada foi recebida com centenas de manifestantes, algo inédito fora de Lisboa, apesar da oposição da facção mais conservadora da causa (que inclui o PAN) à manifestação.

A defesa dos direitos dos animais não humanos não é uma questão de compaixão, é uma questão de justiça. Trata-se de defender, acima de tudo, o direito que qualquer animal tem de seguir os seus interesses e não ser reduzido a uma mercadoria. Tal como os humanos, também os animais não humanos merecem ser tratados com respeito e dignidade. Nesse sentido, têm o direito à liberdade e a não serem escravizados.

O BE já tem defendido uma série de propostas nesta área, como o fim dos animais selvagens nos circos, o fim dos apoios públicos às touradas, a esterilização de animais errantes, a redução do IVA nos produtos veganos ou a alteração do estatuto jurídico dos animais. Mas tem-no feito de forma algo errática. Se no programa eleitoral de 2009 a defesa dos direitos dos animais mereceu um ponto próprio, no programa de 2011 está ausente. O BE defendeu a proibição das touradas de morte em 1999 mas demorou uma década a assumir uma posição crítica em relação às touradas.

Esta realidade tem de mudar. Porque a manutenção de uma situação em que os animais estão desprovidos de direitos é insustentável, porque a mobilização de milhares de pessoas em todo o país mostra que esta é uma causa que move cada vez mais ativistas, o BE tem de ter uma política ambiciosa e coerente para os direitos dos animais.

Isto passa, desde logo, por assumir uma posição claramente anti-touradas, que, aliás, foi já assumida por muit@s.eleit@s do BE. Isto não implica, contudo, que a única opção que nos reste seja defender a proibição das touradas. Até que seja possível eliminar as touradas, como fez a Catalunha, outros passos terão ainda de ser dados, o mais importante dos quais será acabar com os apoios públicos.

Passa também por defender uma política para a ciência que aposte na introdução e desenvolvimento de metodologias livres de animais, que não envolvem crueldade e são realmente eficazes, ao contrário da experimentação animal. Na educação, é fundamental acabar com o uso de animais, dado que existem modelos alternativos.

Nos espetáculos com animais, devemos assegurar que os animais não são maltratados de qualquer forma. Na maioria dos casos, isto implica acabar com o uso de animais. Este é o caso dos espetáculos circenses ou aquáticos, que obrigam os animais a desempenhar acrobacias e a viver aprisionados. É o caso também dos rodeios e dos espetáculos em zoológicos e zoomarines.

Na pecuária, devemos promover e apoiar medidas que melhorem o bem estar dos animais, como alargar o espaço mínimo em que são mantidos, acabar com o corte de bicos a galinhas ou promover a criação em regime de ar livre. Estas medidas não devem ser vistas como uma medida de agravamento do custo de vida das famílias mas antes como um pequeno passo no sentido de eliminar as práticas mais cruéis de uma indústria que sacrifica milhões de animais por ano. No mesmo sentido, a estrutura de subsídios à agro-pecuária deverá obedecer a critérios de promoção de uma alimentação saudável e respeitadora dos animais e não, como é o caso hoje, às exigências da indústria.

O veganismo, como opção ética e ideológica anti-exploração, deve ser respeitado e a discriminação d@s.vegan@s combatida. Nesse sentido, todas as cantinas públicas deverão disponibilizar opções veganas, incluindo as de prisões e escolas.

Finalmente, no que toca aos animais de companhia, é essencial substituir os canis por espaços de bem estar animal e o abate pela esterilização e a adoção em vez da compra ou da criação ilegal. Todos os animais de companhia devem ter microchips que os identifiquem.

Adotando uma política de defesa dos direitos dos animais apoiada nestes eixos, o BE poderá assumir-se como um partido que abraça todas as causas por igual. Nem outra coisa seria de esperar de uma esquerda progressista, radical e democrática.

Veja o filme de terror: “Como viver em Portugal!” Estou preocupada, é claro que estou muito preocupada!

LURDES GOMES

São pedidas contribuições, pois muito bem, eu pretendo contribuir com algumas opiniões que poderão considerar, no caso de serem consideradas pertinentes.

As minhas opiniões, são simples e, tem por base três pontos-chave, nomeadamente:

- I. Estatutos do Bloco;
- II. Política e políticas nacionais;
- III. Política Europeia.

I. - Considero que é importante ficar definido, no caso da eleição do Bloco, como é assumido(a) o(a) primeiro-ministro;

Assumir claramente, que o Bloco tem todas as capacidades para governar, não pretende apenas ficar na oposição. Suponho que é necessário, referir, claramente, que o Bloco vai até onde o povo desejar. Caso o povo se manifeste pela sua mão, através do voto para que o Bloco venha a governar. Apesar de poder não ser essa a pretensão, é claro que há pessoas capazes, de confiança, com vontade, com responsabilidade de lutar por todos os direitos dos portugueses, este deve ser um dos pontos claros do Bloco.

A clareza e, objetividade dos discursos, deve estar sempre presente, para que a mensagem, possa chegar a todos, mas, a todos, mesmo.

O pleno emprego, pode ser uma utopia, mas todos têm direito a emprego, outra mensagem que deve ser clara, muito clara.

II. - A política e os políticos nacionais também estão em crise, as eleições, são o espelho da descrença da população. Mentalidades devem ser espiçadas, para não desistirem do seu direito adquirido, o voto.

Após, uma alteração de mentalidades, é necessário clarificar para a população o que o Bloco pretende, quais os seus princípios base, nomeadamente:

- Escola pública para todos, com igualdade e, onde deve estar presente a partilha entre professor e aluno, não devendo nenhuma turma ter um número de alunos superior a 22 (vinte e dois alunos), ...
- Saúde para todos, seja ela qual for a sua classe social, mas sempre com discriminação positiva, favorecendo as pessoas com baixos recursos, ...
- Trabalho digno para todos, ...
- Apoio a pessoas com dificuldades, reabilitando as pessoas que se encontram à margem da sociedade, ...
- ...

Deve também ter sido em conta a nova lei laboral (1 de Agosto de 2012), que promove o medo entre os trabalhadores, dando mais poder aos patrões que pretendem exercer “terrorismo” sobre os seus funcionários.

Defender que não haja aumentos exponenciais no IMI, porque se as pessoas estão em dificuldades atualmente, quando previsto (2015) existirem aumentos, muitas pessoas irão perder as suas casas. O aumento do IMI, implica automaticamente o aumento das rendas.

O envolvimento do Bloco em associações, por forma a aumentar a sua responsabilidade social.

Importante, muito importante, criar mecanismo para estimular a economia. É fundamental, que possa haver por parte do governo, algumas iniciativas, que permitam, algum estímulo na economia, para que depois os privados possam seguir o mesmo exemplo. É deveras importante que, os montantes do dinheiro, devolvido à UE, devem ser postos a descoberto.

Estamos num país, maioritariamente idosa, foi criada uma medida para pessoas com mais de 45 anos, mas estão a esquecer de fomentar a natalidade.

Acontecimentos no SNS:

- 1) Uma pessoa já havia morrido há 2 anos e recebe uma carta para fazer uma nova vacina;
- 2) Uma pessoa que muda de Centro de Saúde e recebe carta do anterior para fazer vacina e ainda por cima, sem qualquer solicitação do utente, puxam o processo para o Centro Saúde origem. Estes dois exemplos indicam, a falta de atualização na base de dados do SNS.

Investigação, agricultura, emigração, imigração, são tantos os fenómenos que estão a tornar Portugal num filme de terror, ...

III - A “armadilha” Europeia. Todos se devem lembrar de um senhor que abandonou o país dizendo que o país estava de “tanga”, pois a verdade é que esse senhor tem memória de “peixe”, não sabe lutar pelo país que abandonou, pois é lá que devem ser discutidos os princípios que hoje se estão a tornar insuportáveis.

Deve haver uma convergência entre os países que estão com o famoso resgate para de alguma forma poderem alterar os pressupostos da UE e do euro, ou seja, aumentar os critérios que os países estão reféns, nomeadamente o défice.

Muito mais poderia dizer, mas acho que já chega. Não vou fazer qualquer leitura de correção, por isso desculpem os erros da escrita, mas o mais importante é o conteúdo e, penso que tem alguma coisa que pode ser aproveitada.

Literacia, condição essencial do futuro da democracia participativa. Uma bandeira indispensável ao Bloco de Esquerda

MARIA JOSÉ VITORINO

Venho propor-vos que não tenhamos medo, vejamos para além dos calendários eleitorais, e enfrentemos uma das origens da crise dos regimes democráticos, e da reprodução da exploração de muitos por uns poucos, detentores da riqueza e dos meios de conhecimento e de poder.

Apesar dos progressos realizados nas últimas décadas, a iliteracia persiste e reproduz-se em todo o mundo, e também nos países europeus, e em Portugal, e entre as camadas mais jovens da população. Ao contrário do que o senso comum muitas vezes afirma, jovens de todos os países e estratos sociais revelam fracas competências de literacia, ainda hoje, desde as competências leitoras mais restritas à literacia que lhes permitam pensar criticamente sobre a realidade, e sobre o que os vários media lhes apresentam, seleccionar e criar informação com os meios digitais mais sofisticados. O alargamento da internet e das redes sociais e outros meios da web reforçam diariamente a importância deste campo de acção de políticas públicas, em sociedades que se pretendem democráticas e com futuro democrático sustentável, com qualidade de vida para todos e todas.

A liberdade individual e a justiça social vivem da capacidade e da vontade de participar das futuras gerações, por isso este é um tema cultural e eminentemente político, que deve mobilizar a esquerda, e o Bloco, em coerência com o seu compromisso democrático e de universalidade do acesso ao conhecimento e às condições de intervenção política a todos e todas.

Por isso, proponho que se introduza a defesa de políticas sistemáticas e efectivas de promoção da literacia, na educação, considerando não apenas a escola mas também as aprendizagens ao longo da vida, na cultura e em todos os domínios relacionados, como estratégia que garanta a República e a Democracia, assegurando a exigência e a participação de cidadãos e cidadãs.

Algumas fontes internacionais recentes que sustentam o carácter essencial e urgente das políticas de promoção da literacia, não apenas entre crianças e jovens, mas também entre a população adulta:

DATAANGEL (2009) A dimensão económica da literacia em Portugal : uma análise

<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=364&fileName=literacia.pdf>

DECLARAÇÃO DE HAVANA: 15 AÇÕES DE LITERACIA DA INFORMAÇÃO... por um trabalho colaborativo e de geração de redes para o crescimento da literacia da informação no contexto dos países ibero-americanos (2012) [http://www.alfared.org/sites/www.alfared.org/files/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Havana%20\(2012\).%20v.Portugal_0.pdf](http://www.alfared.org/sites/www.alfared.org/files/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Havana%20(2012).%20v.Portugal_0.pdf)

EU HIGH LEVEL GROUP OF EXPERTS ON LITERACY FINAL REPORT (September 2012)

http://ec.europa.eu/education/literacy/what-eu/high-level-group/documents/literacy-final-report_en.pdf

UNESCO(2011) Fez Declaration on Media and Information Literacy <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/Fez%20Declaration.pdf>

UNESCO (2012) The Moscow Declaration on Media and Information Literacy http://www.unesco.org/pv_obj_cache/pv_obj_id_00DFE4282BFBEBF1787F3DCA0D71C5477E730300/filename/Moscow_Declaration_on_MIL_eng.pdf

Da política como força

MÁRIO TOMÉ

I - A actual situação política no país revela uma consolidação e radicalização – não uniforme – do protesto, uma capacidade de movimentação espontânea nunca vista depois das campanhas de Otelio em 1976 e de Pintasilgo em 1985 - era o pressentimento de que algo podia mudar - e o seu alargamento às camadas sociais normalmente mais inseridas no status quo mas que estão a ser penalizadas pela política do governo de uma forma inaudita e brutal. Estamos portanto numa situação que impõe ao Bloco uma grande capacidade para interpretar o sentimento geral da mobilização popular e os seus limites que, onde colide o desmascaramento das medidas do poder com a ambiguidade da ainda poderosa visão morigeradora das medidas da troika, podem tornar-se mais estreitos do que parece. E exige-se arte para usar cada medida, cada palavra, cada gesto do inimigo como uma arma para o desmascarar perante o movimento social, tendo em conta que só este o pode derrotar ; na rua e nas eleições. E também a franqueza de propagandear em cada momento a confirmação pela vida das posições que o Bloco tem assumido desde o início da crise, mostrando as suas causas e denunciando as suas consequências, o que os próprios executores e cúmplices estão agora a ser obrigados a reconhecer.

É necessário no ataque ao governo e à troika tapar todos os buracos por onde penetra a bicha de pirilau de calejados profetas, auto-desresponsabilizando-se dos contributos inestimáveis que deram para sustentar e manter esta mafia no poder; porque muitos dos actuais zangados com o poder estão esperançados na reabilitação deste, afinal o seu poder. Eles aí estão, Soares, Eanes, Sampaio, os arrependidos do PSD, os virtuosos socialistas sempre prontos para salvar a pátria desde o PREC, e as propostas, todas, desde a remodelação que troque os desacreditados por sobresselentes guardados nos grandes armazéns do capital, até ao governo salvador da mesma política ou, mesmo, a espera até a septicémia ter apodrecido o país.

II - O sec. XXI nasceu sob a égide do crime de guerra, do crime político, do crime económico. O mundo que o antecedeu está esgotado e ao desastre global tem que corresponder uma estratégia global internacional das esquerdas e a clareza de como se deve organizar a resistência e o contra-ataque. Urge impor a política por sobre a ideologia e a finança. Urge que a esquerda deixe de ser um chavão ideológico e passe a ser uma matriz política, um ariete para a uso do movimento social.

Desde que a Lagarde confessou que tudo, afinal desde o início, não passou de imposição dogmática ideológica (o mesmo motor da colectivização forçada na Ucrânia em 1932-33 que provocou uma fome de características genocidas), para assegurar o esbulho organizado no favorecimento de interesses ilegítimos e ilegais através da violência assumida pelos Estados que de Direito já pouco ou nada têm, não há argumentos políticos contra a dissolução da AR. Aliás, a Grécia teve eleições numa situação muito pior, para que caminhamos a passos largos (felizmente como diz o José Luís Peixoto) e daí saiu uma clarificação política importante que atrapa-

lhou os sipaios e os mandantes do crime.

Agora, o rugido do povo exige ao FMI e à restante troika que parem de roubar e reponham aquilo de que ilegitimamente se apoderaram.

Onde está o PS no meio disto tudo? Com ele é preciso muito cuidado porque se calejou na resposta cínica mas óbvia e insinuante aos que querem mas temem. Não pode haver ambiguidades: uma coisa é contarmos com o povo socialista que integra em grande parte o grande movimento de revolta e de luta, para o suporte alargado a um governo de esquerda; outra coisa, oposta, é olhar o PS como parte da solução e até lá “confrontá-lo com as suas responsabilidades” (Moção B). Quais são elas?

O PS está responsabilizado não só com a troika mas com toda a superestrutura financeira, da banca e empresarial do grande capital, não só na política, mas pelo amigança com os “Donos de Portugal”. Os próximos de António Costa diziam há dias que se houvesse eleições o PS ganharia mas (!) a “ ‘extrema-esquerda’ sairia reforçada o que criaria uma situação de instabilidade”. Ou seja o PS não vê o crescimento da esquerda como uma oportunidade para uma política de esquerda, para o necessário governo de esquerda, mas como uma ameaça à sua manutenção nas hostes da troika e na sua contemporização e cumplicidade com a direita, uma ameaça à alternância com que o bloco central nos arrastou até aqui.

III - A intervenção do Bloco no movimento social, armada das nossas propostas políticas mais gerais desmultiplicadas em função de respostas particulares que mobilizam a cidadania, deve ser exercida pelos militantes enquanto membros comuns dos movimentos ou das associações rejeitando a diferenciação alheia ao movimento ainda que, contudo, a condição de bloquista não deva escamoteada. O partido não actua como deus ex machina; é a política que informa e integra o pensamento e a acção dos seus membros que emerge naturalmente nos debates, discussões, nas propostas para a acção. O que os diferencia é a capacidade de viver intensamente os problemas, os objectivos, as razões que determinam a necessidade e vontade do trabalho colectivo e organizado e a força que deriva da adequação das suas propostas aos interesses colectivos em presença e a habilidade para forjar a unidade e para propor as formas de organização mais eficazes para mobilizar o colectivo. E, fundamentalmente, o estímulo da consciência da integração dos movimentos particulares e dos objectivos parciais do movimento geral no todo que é a política socialista e anti-capitalista. Ressalta, portanto, que a organização não se substitui ao movimento e não pode criar o que não há; a organização serve o partido na medida em que serve o movimento social e dos trabalhadores existente, sendo o objectivo central da organização proporcionar as condições materiais e políticas para a intervenção eficaz dos militantes no seio do movimento.

Assim se chegará ao reconhecimento do BE como partido com que se pode e deve contar para o governo de esquerda, para a esquerda grande

Texto contributo - VIII Convenção do BE

MARGARIDA SANTOS, SARA GOULART, PAULA CABEÇADAS, HELENA FIGUEIREDO, ADELINO FORTUNATO, HENRIQUE GUERREIRO, TEODÓSIO ALCOBIA, FRANCISCO COLAÇO

O Regulamento da VIII Convenção do Bloco de Esquerda prevê que os aderentes possam fazer textos de contributo ao debate entre as moções apresentadas à Convenção.

No mesmo espírito com que nos juntámos a tantos outros camaradas na construção de uma moção de orientação estratégica para o BE, e no seguimento do que têm sido as manifestações públicas dos subscritores da Moção B, é nosso objectivo contribuir para o debate de forma crítica, propositiva e construtiva. É assim que entendemos o papel de cada militante.

A direcção do Bloco de Esquerda, promotora da Moção A, tem ignorado o percurso do partido. Ignora os seus erros e por vezes até ignora as suas vitórias. É facto que o Bloco tem estado em todas as lutas, com um projecto político alternativo, ainda que por vezes pouco consistente, mas do lado dos que mais precisam e isso não é pouco.

É no entanto também facto que o Bloco não tem sabido digerir os seus erros, fazer as leituras dos resultados do mesmos e responder aos seus militantes e ao seu eleitorado convenientemente. A progressiva perda de influência do Bloco é evidente, e por muitas dificuldades que a esquerda possa ter atravessado, e possa estar ainda a atravessar - com uma incapacidade generalizada de capitalizar descontentamentos populares face às políticas de direita - parte significativa da perda do Bloco tem que ver, necessariamente, com a política do próprio Bloco. É deste ponto de vista, do reconhecimento das naturais debilidades do partido, que não se vislumbra uma verdadeira reflexão e consequente alteração de estratégia.

As eleições legislativas de 2011 correram-nos mal. Fomos naturalmente punidos por várias decisões puramente tacticistas, entre as quais a apresentação da moção de censura ao anterior

governo. Posteriormente, a direcção do Bloco tomou uma decisão acertada sob o ponto de vista interno: perante o espanto e revolta de alguns militantes face aos resultados destas eleições abriu um debate interno público no portal Esquerda.net. Apesar dos mais de 100 contributos enviados e subscritos por centenas de camaradas, ainda hoje estamos por saber qual o impacto - se é que houve impacto - dos mesmos sobre a direcção do BE. Aquilo que parecia constituir uma oportunidade de balanço, de reflexão e alteração de algumas políticas, revelou, uma vez mais, a incapacidade de a direcção do BE ouvir os militantes de forma consequente. O Debate Aberto resumiu-se a um banner no portal, sem qualquer consequência prática sobre a vida do partido.

Este é apenas um exemplo de como aderentes subscritores da Moção B entendem que o partido não pode funcionar. A estratégia do Bloco deve assentar numa permanente consulta às bases, num debate em permanência com os aderentes, na discussão descentralizada da estratégia política do partido. As estruturas de direcção do Bloco não podem continuar a funcionar como pequenas agências de eventos com pouca ou nenhuma influência sobre o rumo das campanhas e das iniciativas.

Não significa isto que a distribuição de folhetos, as colagens de mupis, a colocação de cartazes e outdoors, não constituam acções determinantes para a implementação do Bloco. Consideramos apenas que o papel dos activistas do partido não pode ficar resumido a estas tarefas.

O envolvimento dos activistas do Bloco deve constituir condição sine qua non da intervenção pública do partido, sem esse envolvimento o Bloco está a falar para poucos, arriscando-se a falar para cada vez menos.

“Jogar o jogo” num governo com o PSD e o PS

NUNO SERRANO

Desde que Rui Tavares começou o movimento para a formação de um novo partido, o assunto voltou às páginas dos jornais: é ou não preciso um novo partido? Sabendo, além disso, que alguns dos dirigentes da lista B são subscritores do manifesto de Tavares, e que o apelo ao Bloco para se transformar num partido de apoio a um governo PS tem sido repetido vezes sem conta ao longo dos últimos anos, a proposta desse partido novo deve ser estudada e discutida nesta Convenção.

Um dos mais ilustres promotores da ideia do novo partido explica-se assim numa entrevista recente (jornal i, 4 de Outubro):

“André Freire - Quando eu digo que há espaço (...) é dizendo que pode surgir um partido que vá a votos com o seu ideário radical e com o desejo de compromissos e de soluções de governo. O exemplo grego prova isso. O Partido da Esquerda Democrática, que é uma cisão do Syriza, entrou no governo.

Jornal i - Tem graça a mim parece-me um mau exemplo. Esse partido tem pouco mais de 6% e o Syriza alcança 27% e quase ganhou as eleições.

Freire - Sim, mas não vai para o governo. O problema do Syriza é que não queria fazer nada com os socialistas do Pasok. Tiveram um grande resultado, mas de facto quem lá fica é a direita.

Jornal i - De facto quem lá fica é a direita, com o programa da troika mas com o apoio do Pasok e da Esquerda Democrática.

Freire - Um partido que tem 6 ou 8%, que vai para o governo, tem um input pequeno, mas pode garantir aspetos fundamentais mesmo o veto a algumas políticas mais gravosas.

Jornal i - Mas qual é o ponto de veto desse partido com o programa da troika como fundo?

Freire - Repare, aquilo que nós temos em Portugal é que é revelador. Temos o Bloco a propor um programa maximalista anti-troika e a gente está a levar com um programa maximalista da troika. Francisco Louçã diz: “Esses tipos venderam a alma, nós não vendemos a alma”, mas a verdade é que não têm nada para vender, a verdade é que os portugueses sofrem é o programa mais radical além da troika.

Jornal i - Achando que tem aqui um excelente soundbyte, quero dizer-lhe que não consta que os gregos sofram de um programa da troika mais brando que o nosso.

Freire - Estão a tentar dilatar o prazo e conseguir novas medidas mas, atenção, aquilo é liderado pela direita pela Nova Democracia (o principal partido da direita na Grécia). (...) Os eleitores gregos

também não deram a vitória ao Syriza porque tiveram medo e não havia perspectivas de entendimento à esquerda. Não estou a dizer que há soluções fáceis que estejam isentas de espinhos. O que eu acho é que a situação está bloqueada. O pouquíssimo espaço mediático da esquerda radical em relação à sua influência social resulta de não riscarem nada. Eles deviam entrar no jogo e tentar influenciá-lo.”

Rui Tavares, a força por detrás da ideia da necessidade de um novo partido, em 4 de abril de 2012, escrevia no Público *“Na Grécia, que terá eleições no próximo dia 6 de maio, há uma aventura semelhante - a da Esquerda Democrática. A Esquerda Democrática é uma coligação entre duas cisões, uma vinda dos socialistas e outra da esquerda radical: é como se em Portugal a ala esquerda do PS se aliasse aos bloquistas mais abertos. Em apenas um ano, estão nas sondagens acima dos dez por cento, e já apareceram em primeiro à frente de todos os outros partidos de esquerda.”*

Em 1 de maio de 2012 Rui Tavares escrevia no Público *“Agora chegou a vez de Alexis Tsipras, o chefe do principal partido anti-troika, a Coligação de Esquerda Radical (SyRiza). Alexis Tsipras é um político jovem, muito inteligente, pragmático - e está a levar a sério a tarefa de formar governo. Já conseguiu o apoio da Esquerda Democrática (anti-troika mas pró-europeia). E até garantiu pontos de entendimento com os Gregos Independentes (anti-troika de centro-direita). Claro, Tsipras teria de ter também o apoio do PASOK (pró-troika, de centro-esquerda).”*

PASOK e Esquerda Democrática não só recusaram rasgar o memorando da Troika e fazer parte do projeto de resgatar a Grécia das políticas da Troika, como aceitaram participar ativamente em aprofundar a austeridade e crise na Grécia.

A Esquerda Democrática, o tal novo partido, na Grécia foi a jogo com a Nova Democracia e o PASOK, o PSD e PS lá do sítio, como parceiros. Resultado, e o jogo ainda agora começou: mais austeridade e desemprego para o povo grego; mais miséria e fome; nazis como forças paramilitares; tortura policial como nos tempos da ditadura; a riqueza apropriada pelo capital representado pela Troika.

Aqui está a ideia: um novo partido para entrar num governo dirigido por um partido como o PSD e tendo ainda o PS, com o programa de cumprir a troika. André Freire chama-lhe “jogar o jogo” ou “ter alguma coisa para vender”. Rui Tavares chamava-lhe governo de “salvação nacional” com prazo de um ano. Até hoje, o Bloco de Esquerda sempre recusou e condenou esta política. Na opinião da Moção A, deve continuar a fazê-lo, se queremos que o Bloco seja um partido de Esquerda.

A austeridade conduz a dois caminhos e outros pontos breves

PAULO SEARA

A troika, empobrece-nos e conduz-nos para dois caminhos. O primeiro copia as fórmulas de Salazar para sair da crise, é autoritário na economia, negligente no social, não tem cultura, é culturalmente light, matriz cultural neoliberal.

O segundo caminho, resultante da pobreza, na escala temporal transforma netos e bisnetos de hoje, nos avós e bisavós de ontem, explorados pelas classes superiores, no afã de reduzir a assistencialismo o estado social, e o trabalho, uma mera competição. Não é portando a forma de estado que está em crise, mas o estado social; a esquerda tem que responder a este ataque, pois o estado social é a conquista de civilização.

A indiferença destrói a luta. Ao quarto ano de crise observamos nitidamente a luta constitucional parlamentar e o principiar da luta de rua. O BE deve sem reservas politizar as consciências de maneira a que a indiferença não ganhe espaço, e que faça crescer o povo da esquerda. Assim a participação do BE no Congresso das Alternativas Democráticas, é uma ponte que devemos conservar. Para aqueles que nos acusam de ser a velha escola sem respostas, os que “sabem mais uma coisa que o outro não sabe” convém ir à raiz. O Capital é um vínculo moral. Apesar da mais grave crise capitalista desde 1929, os vínculos morais burgueses são fortes. Esse é o terreno predilecto do capitalismo: a formatação social.

A dívida é a nova forma de escravidão. Outrora modelos escravagistas ruíram. No Império Romano, os senhores libertaram os escravos por não ser rentável. A Revolução Industrial trouxe os assalariados, pois a escravatura da idade moderna deixara de ser rentável com os novos métodos de produção. O desenvolvimento do crédito, para promover o emprego e a economia nutre a grande finança. Não trouxe óasis, mas o prenúncio do fim de sociedades baseadas no trabalho. O trabalho está em crise. O capitalismo não dá respostas, oferece dívidas.

O BE apresentou uma estratégia para o interior baseado na presença do estado na vida económica e social. Os serviços públicos são fundamentais assim como o eco-socialismo; o banco de terras; a habitação e mobilidade; a sustentabilidade turística; a regionalização, ainda realizaremos uma convenção sobre este tema!? O interior é auto-suficiente do ponto de vista energético, já não é populacionalmente. O interior é delapidado de recursos. O interior e Trás-os-Montes em particular, quer investimento no ensino superior, que crie tecnologia e emprego. Nesse aspecto

veria com interesse o desenvolvimento de uma proposta global para a canábis. Que fosse além dos clubes privados de fumadores, possibilitando a criação de cooperativas de produtores, tuteladas pelo estado, devendo englobar o cânhamo. Ganharia também o ensino superior competências na investigação e na farmacêutica. No BE existem problemas com o organigrama? É o nosso grande problema. Entre aqueles que querem uma democracia de bases, e aqueles que querem uma democracia plural e de correntes. Revejo-me numa estrutura humana, como todas as organizações mutável, mas não ao ponto de obliterar as estruturas internas que poderá originar um zigzaguear fatal, e minar o BE com os perigos do caciquismo e de programas vacilantes. As bases no BE não são acólitos. As bases estão presentes no todo social português; o que é hercúleo é o que devemos a todos os bloquistas até à base. Um partido presente na formação. Um partido que aceite a autonomia. Um partido presente nos movimentos sociais. Um partido onde se abdique para os mais novos. Um partido que goste dele próprio culturalmente.

O trabalho desenvolvido pelos autarcas do BE tem crescido em qualidade. O balanço é positivo, não é fácil arrancar do ponto em que estamos a nível autárquico, mas construíram-se progressos. Não será fácil arrancar mais mandatos em 2013. Os nossos ativistas não podem esquecer que uma democracia de proximidade é uma democracia intensa. O campo autárquico dá-nos um amplo raio de acção para as políticas de esquerda do século XXI.

A esquerda, na qual o PS se incluiu um dia; assegurou uma Constituição digna, mas imperfeita, que foi desmantelada numa década, tem uma tarefa histórica de regenerar o sistema base, pois as restantes forças parlamentares traíram-no.

É notório que na AR só ficou o BE e o PCP para o fazer. Os cidadãos têm que ter audácia, aquela audácia portuguesa que teve muitas cores do vintismo até ao Estado Novo, que voltou com Abril. Atenção, somos hoje Buiças da Expectativa.

A base, somos nós mesmos: a constituição apelidada de esquerda; a república; o estado social; a justiça social; o respeito pelo planeta. Quanto à governação, compete aos vencedores das eleições, mas a base constitucional é uma referência transversal. Neste momento de verdadeira guerra social, só podemos responder com democracia. Num momento de governação o BE, ou um governo de esquerda responderá com socialismo.

Sobre a política agrícola

PEDRO SOARES, RICARDO VICENTE E RICARDO MOREIRA

A ideia difundida aquando da adesão à CEE de que não era preciso ter grande preocupação com a agricultura porque o que não produzíssemos viria da Europa, fez corrente mas revelou-se um terrível embuste. O resultado foi o abandono da terra, fecho de milhares de explorações agrícolas, baixa taxa de cobertura das importações pelas exportações, desertificação do rural e acrescidos problemas ambientais. Porém, todos estamos interessados na agricultura, mais que não seja pela via da alimentação e do consumo quotidiano de produtos com origem no complexo agroflorestal. Contudo, o Recenseamento Agrícola/2009 revela uma agricultura em perda, mas com significativo peso social e económico.

A população agrícola familiar era constituída por 793 mil pessoas, cerca de 7% da população residente. Mais de metade do território é superfície agrícola útil e o défice da balança agroalimentar anda próximo dos 4 mil milhões de euros por ano, pesando demasiada e desnecessariamente na dívida externa.

Uma alternativa de esquerda para a sociedade tem de definir caminhos para a política agrícola e o desenvolvimento rural. O impacto social, económico e ambiental do que se passa na agricultura ultrapassa em muito o próprio setor, e a garantia de abastecimento das populações, sobretudo das áreas urbanas, com produtos alimentares de qualidade e a preços razoáveis é absolutamente estratégico, um verdadeiro problema de soberania.

A PAC beneficiou e quer continuar a beneficiar o latifúndio

A Política Agrícola Comum (PAC) favorece os grandes proprietários de terra e não está adaptada à realidade da agricultura do sul europeu. Basta ter terra em extensão para obter elevadas ajudas diretas com base no “histórico”, mesmo não produzindo. Se declarar essa terra como pastagem biológica, os ganhos via fundos comunitários podem duplicar. Os governos alinham e não têm utilizado mecanismos da política nacional para uma estratégia própria de promoção da agricultura e defesa da maioria dos produtores.

A reforma da PAC para o período pós 2013 muda o nome às coisas, mas está a ser feita para continuar a beneficiar os mesmos. Esse é o caminho errado para a agricultura, a preservação ambiental e a procura da soberania alimentar.

97% das explorações agrícolas são de produtores singulares, com uma média de 8,4 ha, que utilizam principalmente mão-de-obra familiar. Este tecido de pequenos e muito pequenos agricultores é responsável por quase metade da produção nacional, mas é o que menos tem beneficiado da PAC, o que suporta preços baixos à produção, dificuldades extremas no acesso ao mercado e ao crédito e o que mais tem sido empurrado para o abandono da atividade.

Grande distribuição esmaga a produção

As condições que a grande distribuição impõe são outro dos flagelos da agricultura. A situação não é nova, mas tem vindo a agravar-se com o crescimento hegemónico das duas principais cadeias de supermercados, Pingo Doce e Continente, e a destruição progres-

siva dos mercados locais que hoje representam pouco mais de 30% do mercado de produtos agrícolas.

Os produtores vivem sob a chantagem da grande distribuição que tem a faca e o queijo na mão e corta por onde quer. A total liberalização do mercado nacional e internacional impossibilita qualquer capacidade de negociação por parte dos produtores. Estes vêem os seus contratos de abastecimento rasgados, as suas margens esmagadas e, muitas vezes, vendendo abaixo do preço de custo. Quando encontramos uma promoção de pera rocha ou de couve portuguesa, temos uma certeza: são os produtores que estão a pagar. A grande distribuição não corre riscos. Se abre uma nova loja, os produtores terão de oferecer o primeiro stock; se o produto não foi vendido, entra como *rappel* e é descontado no pagamento que só chega noventa dias depois.

Apesar da propaganda da atual ministra da Agricultura, as medidas apresentadas pelo governo, nomeadamente a Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar, já demonstraram ser um enorme logro e já existem autarquias que, devido à chantagem a que os agricultores estão sujeitos, dão a cara pela produção agrícola e agropecuária.

Na verdade, o Estado não tem tido qualquer política dirigida para a organização destes produtores e escoamento dos produtos, deixando-os à mercê da grande distribuição. É de sublinhar a responsabilidade dos governos e de muitas câmaras que facilitaram a abertura de novos hipermercados e o alargamento de horários de funcionamento que contribuiram para a degradação dos mercados locais. O Bloco tem de se dirigir a estes milhares de produtores com um programa de defesa da regulação do mercado que permita preços justos à produção, contratos transparentes entre produção/distribuição, acesso ao crédito bonificado e com prazo dilatado e custos da energia adequados à atividade agropecuária.

Combater o abandono rural

Tendo a agricultura perdido peso na sociedade e na economia devido às políticas de sucessivos governos, também o espaço rural ficou abandonado, o que criou enormes problemas não só de ordenamento do território, mas também ambientais.

Para combater o abandono rural, mitigar os incêndios florestais e promover o aproveitamento agroflorestal do território, o Bloco apresentou um projeto pioneiro para a formação de um Banco de Terras para arrendamento rural. O governo subverteu esta ideia e apresentou uma Bolsa de Terras cuja finalidade será alienar os poucos terrenos detidos pelo Estado (cerca de 3%), dando, aliás, prioridade na aquisição das terras aos antigos latifundiários que haviam sido expropriados na Reforma Agrária. Esta Bolsa, associada à anunciada liberalização da plantação do eucalipto, também abre caminho para a privatização dos baldios. Assim, é necessário lutar pela aprovação duma solução que promova a ocupação agrícola, fomenta o ordenamento do território e a criação de emprego, contribuindo para o combate ao abandono rural.

“Preocupante perda de influência”?

Fechar os olhos não é política

RITA CALVÁRIO, CECÍLIA HONÓRIO

Nas primeiras linhas da Moção B, escreve-se que existe uma “preocupante perda de influência do BE na sociedade portuguesa”.

Adiante escreve-se que há uma “crise de militância tão grave como a da sua imagem perante o eleitorado e a opinião pública”. O texto vai ainda mais longe e diz quem é o culpado: “A preocupante perda de influência do BE na sociedade portuguesa tem de ser vista à luz das evoluções mais recentes e tem de ser confrontada com as orientações e procedimentos que a direção do BE adotou.” Está certo: uma “preocupante perda de influência” é a prova dos erros políticos da direção (e da necessidade de a substituir pela lista B).

Só que é preciso provar essa “preocupante perda de influência”. Caso contrário essa afirmação cai no vazio e apenas terá a leitura de se tratar de um caso de puro sectarismo interno. Na falta de argumentos, fazem-se insinuações como se de certezas se tratasse.

Acontece que, no dia em que as Moções foram apresentadas, o instituto de referência para as sondagens em Portugal, o da Universidade Católica, publicou uma sondagem que dava ao Bloco 11%, praticamente o dobro do CDS, com o PSD em queda livre e o PS em queda ligeira. Nunca tínhamos tido tal expectativa eleitoral numa sondagem desta Universidade. Para “preocupante perda de influência” eleitoral não está mal.

Mas não só de sondagens se mostra esta influência. A viragem social nas ruas quanto à troika e austeridade mostra a influência que as propostas do Bloco foram construindo, ao longo de meses, e essas foram as respostas certas no momento certo. Mostra ainda como a participação do Bloco e do/as seu/uas ativistas contribuíram para a concretização e perfil político de resistência e de proposta, na construção de uma alternativa de poder.

Por isso mesmo, este argumento da Moção B coloca-lhe um problema. É que está a falar de uma ficção, a que lhe convém, desprezando o Bloco que existe. E os e as militantes do Bloco não gostam de ser insultado/as, porque eles e elas sabem do ativismo que fazem todos os dias. Todo/as nós sabemos das dificuldades de enraizamento, do imenso trabalho que está por fazer e que nunca fica completo. E fazemo-lo.

Mas também sabemos que a nossa coerência é respeitada por muita gente, que há agora mais apoio ao Bloco, que crescemos na oposição ao governo e à troika, que a nossa luta tem tido avanços porque tem propostas, atitude e coragem. Não desprezem o que é este Bloco na luta social e na alternativa política.

Claro que, se a Moção B quisesse ler estas indicações das sondagens, mesmo que sejam somente indicações (aliás confirmadas pela lenta subida em todas as outras sondagens), então teria de concluir que “as orientações e procedimentos que a direção do BE adotou” e, sobretudo, a luta de todo o Bloco, conseguiram avanços na afirmação de uma alternativa socialista, o que não tem nada que ver com a tal “perda de influência”. O mesmo aconteceria se a Moção B olhasse com mais atenção para a evolução do contexto da luta popular e social que tem irrompido no país e das respostas políticas que exigem.

O Bloco conhece-se bem a si próprio. Sabe das suas dificuldades. Sabe da resposta social tão insuficiente contra uma burguesia tão agressiva. Mas o Bloco não se toma a si próprio como o seu inimigo. Se a Moção B quiser respeitar este Bloco que é de todos e todas, olharia para o que se está a passar na sociedade: ao contrário da “preocupante perda de influência”, o Bloco está a afirmar alternativa. Porque é coerente e não vive corrompido pelo situacionismo e pela troika. A nossa força é combater a troika e quem a apoia.

Texto contributo - VIII Convenção do BE

RODRIGO TRANCOSO

A VIII Convenção do BE ocorre num contexto político e social bastante adverso. O mesmo estende-se além-fronteiras, assumindo contornos mais relevantes em países como a Espanha e Grécia onde a contestação e a revolta populares têm assumido proporções mais significativas. Sendo o BE, um partido que na sua génese e matriz identitária, defende uma ação articulada e complementar aos movimentos sociais, não pode deixar de refletir e agir proactivamente sobre este fenómeno de participação e emancipação cívica crescentemente evidenciado pela sociedade. Neste sentido enalteço o relevo que as duas moções presentes nesta Convenção conferem ao papel que as recentes manifestações populares tiveram na criação de uma consciência coletiva contra as consequências das políticas de Direita sustentadas pelos ditames da Troika. Assim, não posso deixar de mostrar a minha preocupação com o facto de nessas manifestações ser notória a expressão de um sentimento antipartidário, não diferenciando as responsabilidades de quem teve funções governativas e de quem sempre esteve na oposição. Este sentir coletivo levado ao extremo retira toda e qualquer credibilidade a quem, como o BE, encara a ação política como instrumento para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A título de exemplo, chocou-me verificar a forma hostil como alguns cidadãos trataram Francisco Louçã no Porto ou Roberto Almada no Funchal, como se estes dois políticos fossem culpados da presente situação. Assim, é crucial, como defendem as duas moções, o estreitar da ligação do BE aos movimentos sociais como forma de contribuir para um amadurecimento destes, evitando assim o surgimento de populismos que em última instância poderão colocar em causa os alicerces da própria democracia.

Na moção B é referido que houve incapacidade em assegurar alguma distância entre o candidato presidencial Manuel Alegre e o BE. No parágrafo seguinte, refere-se que a eleição de Cavaco Silva enfraqueceu o movimento social e político apoiado na esquerda. Ora bem, foi exatamente para evitar esse enfraquecimento que o BE apoiou Manuel Alegre. Foi uma forma de o BE, concretizar um dos intentos que são muito bem salientados na referida moção B: "Temos de vencer a divisão da esquerda e ir para além da mera resistência". Sobre este apoio a Alegre, enquanto aderente madeirense, tenho a acrescentar o seguinte: ao proceder desta forma, o BE não incorreu no erro de há 6 anos quando a Esquerda surgiu nesta eleição presidencial totalmente dividida, contribuindo assim para a vitória inédita do candidato da Direita unida à primeira volta. Esperei que Manuel Alegre congregasse em seu redor o grosso da Esquerda, e que no exercício do cargo de PR tivesse uma postura totalmente antagónica do atual inquilino de Belém, nomeadamente no que diz respeito à qualidade da democracia existente na Madeira. Alegre mostrou-se sempre um acérrimo opositor do regime jardinista. Nesse pressuposto, tive a expectativa que dentro das suas competências exercesse uma

pressão institucional incómoda que obrigasse o regime vigente aqui na Madeira a mudar de praxis. Foi este propósito que motivou o meu declarado apoio ao candidato Manuel Alegre. Não podemos nem devemos deixar que pruridos partidários nos levem de novo a apoiar um candidato emergente do nosso partido, sob pena de com essa postura estarmos a contribuir para a eleição do candidato da Direita. Neste domínio, entendo que o BE, em todas as circunstâncias, deve ser sempre um fomentador da emergência de uma candidatura presidencial de Esquerda o mais abrangente e consensual.

Ainda sobre a união da Esquerda: uma das razões que são apontadas para explicar a descida eleitoral do BE em 2011 é a que resulta do facto do BE ter chumbado o PEC IV, sabendo à priori que a consequência desse chumbo seria a demissão do Governo, o pedido de resgate à Troika e a realização de eleições antecipadas que inevitavelmente conduziram ao poder a Direita. A justificação aduzida pelo BE, afirmando que o teor do PEC IV era inaceitável seria perfeita sem o seguinte pormenor: não me recordo de ter ouvido da parte dos dirigentes do BE a disponibilidade para, nesse cenário de chumbo do PEC IV, no quadro da então existente AR, contribuir para fazer emergir um novo Governo que reunisse o consenso de PS, PCP e BE para dessa forma se evitar a ocorrência de eleições, que resultaram na atual situação. Foi esta abertura e intenção que deveriam ter existido, colocando dessa forma o PS numa posição onde a rejeição a este possível entendimento soaria negativamente aos olhos da opinião pública, que faltou ao BE e que também o levou a ser eleitoralmente penalizado juntamente com o PS.

Na moção A, é feita referência à revisão das LFR. É crucial que o BE seja coerente com ela. Desta forma evitará a ambiguidade da posição assumida sobre esta matéria, nomeadamente quando em 2007 votou favoravelmente na AR uma proposta de revisão da LFR, num cenário onde o PS tinha maioria absoluta e em 2009 absteve-se numa proposta idêntica, porque precisamente o PS já só tinha maioria relativa. Esta dualidade de posições, contribuiu em 2007 na Madeira para o fortalecimento da maioria do PSD com todas as consequências que presentemente os residentes na Madeira sentem penosamente na pele.

Na moção B é dada ênfase à defesa e valorização da democracia interna. Aqui saliento a postura coerente dos subscritores da referida moção, que em conformidade com as suas posições têm sempre apresentado listas alternativas às apoiantes da Direção. Sou de opinião que este comportamento é salutar e revelador de uma elevada maturidade democrática, onde subjacente à crítica está o objetivo de assumir as responsabilidades de quem discorda de um determinado rumo e preconiza outro.

Termino, fazendo votos para que desta Convenção saia um BE cuja ação e imagem na sociedade sejam um catalisador para uma mais ativa e madura participação cívica!

A desunião não faz a força

RUI CURADO SILVA

Num período de profunda crise em que a união das esquerdas é essencial, sobretudo a nível internacional, a esquerda apresenta-se cronicamente desunida, frequentemente por pequenos pretextos, cultivando a atomização da sua intervenção política, deixando por defeito todo o espaço de decisão à direita, à banca e ao sistema financeiro, em suma, a todos os responsáveis pela crise mundial. Neste contexto, embora longe do sectarismo do PCP, o Bloco tem contribuído a espaços para o fosso entre esquerdas, impedindo a nível interno a aproximação e a adesão definitiva de mulheres e homens de esquerda moderados que não se reveem nem na terceira via do PS nem na ortodoxia do PCP. A nível internacional, esse posicionamento tem contribuído para impedir a criação de um grande grupo europeu verde-vermelho com um verdadeiro potencial de influência na política internacional.

A síndrome Krazy Kat

Paradoxalmente o BE tem sido muito tolerante com a ortodoxia do PCP e dos velhos partidos comunistas europeus, o que tem mantido o BE encurralado num grupo politicamente insignificante, com uma direção política minada e fortemente perturbada pela esquizofrenia dos partidos comunistas que o integram. Na banda desenhada de George Herriman, o gato Krazy Kat está apaixonado pelo rato Ignatz que passa a vida a arremessar tijolos à cabeça do gato. Por muita tijolada que leve, o Krazy Kat continua a amar cegamente Ignatz. A relação entre o Bloco de Esquerda e os partidos comunistas do GUE (Grupo da Esquerda Unitária Europeia) poderia preencher álbuns inteiros do Krazy Kat. Especialmente na última legislatura, os ataques chegaram a atingir a vida privada dos nossos eurodeputados, foram inúmeras as tentativas de minar e desvalorizar o seu trabalho, bem como as delirantes acusações de traições várias publicadas sub-repticiamente na imprensa internacional. Isto apesar do trabalho notável que tanto a Marisa e o Miguel realizaram, como a diretiva sobre os medicamentos falsificados, com impacto imenso entre os mais desfavorecidos da Europa, como o programa Horizonte 2020 que definirá o futuro do financiamento da ciência na Europa ou como a taxação dos movimentos para paraísos fiscais.

Pequenos pretextos para grandes divisões

Apesar da minha grande estima pelos autores, os textos “Os Verdes” de JTL (João Teixeira Lopes) de 29 de Junho de 2011 e “O Mapa e o Território, de Michel Houellebecq” de Francisco Louçã de 5 de Fevereiro de 2012 publicados no Esquerda.net, ilustram bem o arremesso do pequeno pretexto que contribui para manter as esquerdas afastadas.

JTL tece críticas às posições do grupo dos Verdes Europeus sobre a energia nuclear, a política internacional e sobre alianças internas na Alemanha, como se o GUE pudesse escapar ao mesmo tipo de crítica. Sobre o nuclear, JTL acusa os Verdes de votar o adiamento

do encerramento das centrais. Ora, por pressão dos Verdes na coligação de 1998 com o SPD a saída do nuclear foi decidida e programada para o ano de 2021. Posteriormente, quando Merkel foi eleita o encerramento das centrais nucleares foi adiado para 2033. Mas JTL critica os Verdes por votarem na proposta pós-Fukushima de Merkel, que constitui um recuo e antecipação de encerramento (e não adiamento) para 2022. O GUE engloba o PCBM (Partido Comunista da Boémia e da Morávia) e o PSUA (Partido Socialista Unificado da Alemanha) parceiro da coligação Die Linke, ambos responsáveis pelo programa nuclear dos respetivos países que continuam a defender com o apoio do PCF. Tanto, o PCBM como o PSUA têm pesadas responsabilidades históricas nos crimes que se cometeram na ex-RDA e na Checoslováquia comunista. O seu apoio a intervenções militares puramente imperialistas da URSS constitui um registo abundante, sem ter existido até ao presente qualquer indício de retratação. Não menos preocupantes são as alianças estratégicas anti-europeístas entre o PCBM e o maior ultraliberal da Europa: o presidente Václav Klaus. A aliança entre a Esquerda Unida e a direita no sul de Espanha é outro exemplo de política imaculada do GUE. Na última Festa do Avante foram convidados de honra MPLA e PCC (Partido Comunista Chinês), partidos que têm vindo não apenas a prosseguir políticas ultraliberais bem como têm elogiado as políticas do governo de Passos Coelho e de Portas. Aliás o PCC chegou a congratular-se com a vitória da direita nas últimas eleições gregas desprezando por completo o Partido Comunista Grego, também presente na Festa do Avante.

Francisco Louçã, por sua vez, tece uma crítica à mais recente obra de Michel Houellebecq cujo conteúdo literário me abstenho. Interesse político tem a passagem em que acusa Houellebecq de escrever “um ensaio com Bernard-Henri Lévy, ex-maoísta, “novo filósofo”, convertido à direita”. Trata-se um ensaio que li, intitulado “Inimigos Públicos”, onde os autores debatem vivamente as suas diferenças sobre vários temas. Bernard-Henri Lévy apoiou Ségolène Royal e posteriormente François Hollande na segunda volta das presidenciais. Lévy foi um dos promotores da Iniciativa Israelo-Palestiniana para o fim da Guerra materializado no Acordo de Genebra. E é um dos principais responsáveis pelo canal ARTE, um dos raros canais de esquerda europeus, que produziu recentemente o excelente documentário “Goldman Sachs, la banque qui dirige le monde”, na linha dos numerosos documentários que tem vindo a produzir contra o sistema financeiro e o capitalismo global. Mais interessante é constatar que Lévy em “Les damnés de la guerre” (Grasset, 2001) denuncia o acordo de cavalheiros entre MPLA e UNITA para recolher diamantes lado a lado no Lunda Norte, cujos lucros serviam para comprar armas, que por sua vez serviam destruir o resto do país. Denuncia também a corrupção que grassa no MPLA e a perseguição implacável que este partido move aos jornalistas angolanos. Mas, quando honra o MPLA na Festa do Avante, obviamente, o PCP não se converteu à direita...

Intervenções que nos definem

RUI MAIA

Todos os dias somos forçados a disputas enquanto activistas políticos e sociais. Queremos derrotar a troika e os troikistas, sejam eles e elas do CDS, do PSD, mas também do PS. O regime de austeridade é criminoso, mas a dos PECs também era.

Na acção política recusamos modelos de organização defensivos, sejam eles transpostos para uma moção partidária, para um movimento social ou um sindicato. Aprendemos com a história e com quem a protagonizou, mas queremos fazer parte dela. Hoje, para a esquerda, isso significa democracia e frontalidade. Só a clareza contra a troika e a recusa de atalhos pode abrir caminhos contra a austeridade. Não nos dirigimos por miragens de facilidade política onde pontuam soluções fáceis, administrativas, de tricot político ou de bastidores que possam ser valorizadas. Recusamos por isso compromissos vagos sobre espaços de construção à esquerda e não nos queixamos de falta espaço para a intervenção política de base.

Sabemos que só organizações políticas sólidas, enraizadas no tecido social, com rotinas de trabalho diário, podem fazer alterações de fundo no panorama social e político. Com o Bloco de Esquerda respondemos que é assim que queremos fazer, nas autarquias, no movimento social, no local de trabalho ou na escola. Hoje vivemos na urgência permanente, sabendo que não temos espaço para hobbies políticos ou para activismos de blog ou jornal, quando o que desejamos é disputar a hegemonia no país. Este, transborda de desnorte e espera soluções menos más do que aquelas que lhe são apresentadas todos os dias. Há muito por fazer, certamente. Muito a corrigir, também. Mas não nos perdemos em batalhas de regulamentos e regimentos se o que queremos é forçar a política a ir para a rua. Gastamos as palavras e as forças no ataque à austeridade, no desmantelamento do edifício de betão da ideologia do medo e da chantagem. Não escrevemos uma linha sobre quem está ao nosso lado e não gastamos um ataque com quem sabemos estar onde sempre esteve: conosco. O 15 de Setembro ou o Concerto Que se Lixe a Troika mostraram parte importante daquilo pelo que lutamos: o risco da disputa po-

lítica de massas, a possibilidade de ganhar o país para a esquerda, a possibilidade da rua se confundir com o país. Participámos, dinamizámos, apoiámos, arriscámos. As forças contra a austeridade aumentaram e descobrimos mais campo para a disputa política. É isso que queremos fazer, porque sabemos que não há vazios na política. Agitamos, intervimos, juntamos tensões e energia, descobrimos ou criamos espaço livre para que o possamos disputar para a política da esquerda. O bloco é a cultura da intervenção aberta, de risco, mas que avança para abrir espaços de colectivo e heterogéneos.

Muitos dos activistas do bloco colocam todos os dias a sua força militante ao serviço da esquerda, e por isso do BE. Participam em organizações que multiplicam forças e intervenientes, que lutam pela abertura e por refundar a cultura de exigência democrática nos debates e decisões fundamentais. A democracia que pode ter força para varrer e abanar o país é aquela que defendemos e pela qual nos batemos. Queremos fortalecer o movimento social e político de base e por isso queremos assumir o risco de responder à necessidade de reconstrução do que tem sido destruído, queremos responder à urgência de nos juntarmos acolhendo as nossas diferenças, a urgência de sermos claros no programa que propomos ao país.

Podemos ter como certo que teremos muito mais força para a esquerda se, perante as perguntas difíceis que nos podem fazer sobre salários, produção, serviços públicos ou dívida, pudermos contribuir para soluções de esquerda amplas e claras. Podemos também ter como certo que ganhamos essas respostas todos os dias fazendo parte da luta política que conta. Construímos alternativas e sabemos que só o podemos fazer em conjunto, com experiências práticas, que partem das ruas e sobem à luta política estruturada. Podemos ter como certo que a rua não substitui o parlamento, nem o parlamento a rua. Mas sobre a rua e o parlamento temos também como certo que estamos a disputar ambos para a esquerda, porque sabemos que é na esquerda aberta que nos podemos encontrar. Já começámos.

Texto contributo - VIII Convenção do BE

SAMUEL CARDOSO

Antes de mais, queria saudar o facto de haver duas moções diferentes que se apresentam à próxima Convenção, o que é um indicador do diálogo interno que se observa no movimento (ao invés de um partido de sentido único, com uma linha de pensamento restringindo as diferentes sensibilidades). Apesar de apoiar a Moção A, apoio com toda a sinceridade a atitude da Moção B no sentido de fazer expressar a opinião dos seus apoiantes, de forma a melhorar o Bloco de Esquerda. Que é um dos pontos fundamentais que nos deve unir, e estou certo que é objetivo das duas moções.

Passamos tempos tenebrosos; porém, os tempos tenebrosos são uma possível fonte de mudança. Não será fácil, mas poderemos sair desta crise mais fortes do que anteriormente.

O Bloco de Esquerda, como partido socialista (democrático, uma especificação que entre camaradas nem deveria ser necessária fazer, mas para evitar mal entendidos nunca é demais) que é, deve opor-se a esta política de direita de exploração da classe trabalhadora em favor do pagamento de uma dívida que, em parte, não devia ser paga por ele, porque dela não beneficiou na totalidade e da contração da mesma não foi informado com sinceridade pelos governantes. E, obviamente, opor-se a todas as outras coisas que vão contra os nossos princípios basilares de funcionamento de sociedade.

Mais do que nunca, o Bloco deverá estar preparado para governar, pois o estado do país começa a pôr em causa os partidos do "Arco do Poder" dos últimos trinta e muitos anos. Depois da queda, inegável, nas últimas eleições, o Bloco deverá mostrar que é uma opção válida para mudar o país, tentando explicar claramente junto das pessoas as nossas propostas. E, se o povo decidir que devemos assumir o poder, temos a obrigação de dar o nosso máximo para não o desiludir e manter a coerência entre as nossas ideias, as nossas propostas e os nossos atos.

Como forma de mostrar ao povo o que queremos para o país, julgo ser necessário: i) dizermos claramente o que achamos que está a ser mal feito atualmente, ii) dizermos o que achamos que deveria ser feito, iii) dizermos como achamos que poderíamos alcançar o que ambicionamos. O terceiro ponto é, para mim, o que

tem falhado na comunicação entre o Bloco e as pessoas, e esta falha é aproveitada pelos partidos de direita para nos catalogar de demagogos. Devemos, claramente, dizer, por exemplo em relação à questão da dívida: i) como fazer uma auditoria, ii) o que pagar (se for provado que o governante X contraiu dívida ao banco X como forma de o beneficiar, é justo não pagar sequer o seu valor facial; se há juros de 6% e estes forem considerados imorais, faz sentido reduzir as taxas de juro desses empréstimos; etc.), iii) em que condições pagar (um não-pagamento parcial da dívida obviamente vai dificultar o acesso futuro a empréstimos, pelo que urge dizer como vamos fazer para a pagar. Depois de definido qual o valor dos empréstimos a pagar e os juros dos mesmos, devemos definir se, em caso de incapacidade para pagar esse valor, o que fazemos, se adiamos mais o pagamento ou diminuimos o valor). Este terceiro ponto é fulcral porque as pessoas temem ficar ainda mais pobres depois de uma auditoria e respetiva reestruturação da dívida - medo inculcado com mestria pela direita, que não diz por exemplo que o saldo primário da dívida este ano foi positivo -, e só apresentando o nosso plano na plenitude - oferecendo até outras alternativas de financiamento, como taxar a 80% os lucros "das" EDP's ou nacionalizá-las -, podemos ser levados a sério.

Parece-me adequado que o Bloco estabeleça, a nível local, contactos com outros elementos da esquerda, analisando a viabilidade de uma coligação (caso a caso). A nível nacional não deve ser afastada a hipótese de uma coligação de esquerda, mas garantindo: i) que o PS se retrata da governação não-socialista dos últimos anos (ou seja, que está disposto a virar à esquerda), que toma medidas para efetivamente erradicar a corrupção das suas estruturas, ii) que o PCP muda a sua posição sobre as ditaduras que se denominam de comunistas, estabelecendo-se como uma opção democrática em todos os sentidos.

Finalmente, o Bloco deverá sempre estudar novas formas de representatividade e governação dentro do partido. Paralelamente, julgo ser essencial criar estruturas o mais imparciais possíveis que investiguem e combatam a corrupção no seio do movimento (a política deve ser para servir o povo e não para se fazer servir, e há um risco bastante real associado a um aumento da importância do Bloco, ou mesma a uma subida ao poder: os interesseiros que se fazem passar por defensores dos valores do "vencedor").

Partido, movimento, o simplismo teórico e as contradições da prática

SÉRGIO VITORINO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, EMÍLIA GOMES, ROBERTO ROBLES, CARLOS CARUJO, ISABEL LOUÇÃ, ANTÓNIO RODRIGUES, PAULO COIMBRA, ANTÓNIO GUERRA, HENRIQUE GIL, MAMADOU BA

A relação entre partidos e movimentos sociais, quando esgotada no institucional, é distorcida pelas necessidades da disputa parlamentar/eleitoral, sendo comum a contradição entre a valorização pontual – eleitoral, parlamentar – de uma temática e a sua desvalorização quotidiana na organização. A fronteira entre intervenção no movimento social (desde o quadro comum a militantes de um partido) e presença manipuladora nem sempre é clara: a prática pode contrariar a teoria, que nem sempre serve para prevenir o risco na prática. Previne-o, sim, a “modéstia” – por oposição à arrogância acrítica – como forma de estar na política: nenhuma corrente está isenta de cair em tácticas instrumentalizadoras ou sectárias normalmente reservadas à caracterização feita de outras correntes.

Anos de défice no estímulo ao trabalho sectorial autónomo, a sucessão de eleições no tempo de vida do BE, as necessidades de afirmação imediata de um partido novo no espectro partidário e a debilidade de uma cultura militante de participação nos movimentos ditam que o BE está mal defendido destes riscos, sobretudo para quem só viveu a sua cultura militante.

Sem cultura de participação nos movimentos, prescindimos de fazer política com e a partir de todas as pessoas com esse acesso parcelar ao fazer política, bem como de uma parte essencial da construção de bases populares menos dadas a flutuação eleitoral: implantação real. Prescindimos ainda da escola política da contradição quotidiana no terreno com as pessoas e suas ideias. O militante de esquerda constrói a radicalização coletiva e individual, daí a importância quer das nossas “fronteiras” como a oposição à troika, como de sabermos que faremos política à esquerda com muit@s que, pelo menos ainda, não nos acompanham nelas.

Um partido cujo esforço não se esgota na auto-construção imediata e tem por central a participação nos movimentos está melhor defendido contra a tendência trituradora do parlamentarismo, exposto ao contraponto da política não-institucional (condição para o pensamento crítico) e melhor defendido quer da estagnação das ideias, como da concentração da iniciativa e meios de ação apenas nos dirigentes ou profissionais pagos.

Os interesses dos movimentos sociais não se coadunam com a imediatez da disputa partidária ou da política mediática/eleitoral, que exige fruto imediato, longe do trabalho de anos de consolidação do/no movimento social, quantas vezes invisível. A militância partidária no movimento só é uma mais-valia se for inteiramente

generosa, não-sectária, descomplexada (quanto a assumir no movimento a presença de militantes partidários) e... em função dos objectivos próprios do movimento. Por isso, quem participa no movimento social está frequentemente perante a contradição de ser minoritário no movimento (quando a sua perspectiva é mais politizada) OU de estar em desacordo com o partido, para lá das suas posições ou em contradição com seus interesses tácticos.

Na teoria, ao contrário do partido, o movimento possui uma agenda parcial, é efémero e não tem matriz ideológica comum. Simplismo minorizador. A diversidade e efemeridade do movimento são a sua maior riqueza e a sua parcialidade temática não só significa um outro aprofundamento temático, como é relativa e depende do grau de politização – ligação entre lutas – das suas componentes. O movimento social luta não pelo poder nem propõe alternativa global de sociedade, mas como poderia também o todo construir-se sem as partes? Nenhum argumento serve – nem a ‘debilidade’ ou especificidades dos movimentos em Portugal – para desvalorizar a participação neles, sobrevalorizando um partido auto-suficiente.

Face aos novos movimentos, devemos evitar simplismos, olhar criticamente as nossas práticas, resistir a tentações frentistas, de apropriação ou de nos substituímos à representação pública de movimentos plurais que não se fazem representar por porta-vozes permanentes ou líderes. Não colaborem com o fechar de métodos abertos, democráticos e unitários, mesmo quando é pouco pragmático. A convergência no terreno e na ação é a base de qualquer “unidade das esquerdas”, como um “governo de esquerda” só existe com a mobilização popular que o sustenta.

É errado combater o todo sem relacionar as partes (hierarquizar lutas ou as pessoas – que não se resumem a uma característica – e as suas diversas vias de consciencialização social e política). O BE deve opor-se ao encaixotar das discriminações num campo estante e minorizado das lutas, sobretudo em tempo de afunilamento do discurso político na Economia. As discriminações e desigualdades conjugam-se para determinarem a desigualdade dos impactos da crise sobre os grupos sociais mais vulneráveis. Face à brutalidade actual, cada movimento tem que se reequacionar e às fronteiras dos “seus” temas estritos (não há temas “estritos”). Mas também não se combate a austeridade que atinge toda a sociedade sem ver os efeitos sociais particulares, logo, as diferentes frentes da sua contestação.

Calendário dos debates da VIII convenção

DIA/ HORA	LOCAL	MOÇÃO A	MOÇÃO B
19/10, às 21h	Lisboa	Luís Fazenda	Helena Figueiredo
19/10, às 21h	Setúbal	Mariana Aiveca	Adelino Fortunato
19/10, às 21h30	Coimbra	João Semedo	Nuno Serra
20/10, às 15h	Porto	João Semedo	Adelino Fortunato
20/10, às 14h30	Vila Real	Alda Sousa	Daniel Oliveira
21/10, às 15h	Madeira - Funchal	Pedro Soares	Daniel Oliveira
21/10, às 15h	Beja	José Gusmão	João Madeira
21/10, às 16h	Évora	Joana Mortágua	Francisco Colaço
22/10, às 21h	Guarda	Jorge Costa	Helena Carmo;
23/10, às 20h	Castelo Branco	Jorge Costa	Francisco Colaço
25/10, às 21h	Leiria	Catarina Martins	Teodósio Alcobia
26/10, às 21h	Aveiro	Jorge Costa	Henrique Guerreiro
26/10, às 21h30	Viseu	José Manuel Pureza	Helena Carmo
26/10, às 21h	Viana do Castelo	João Teixeira Lopes	Armando Herculano
27/10, às 15h	Bragança	João Teixeira Lopes	Francisco Colaço
27/10, às 15h	Braga	Pedro Soares	Margarida Santos
27/10, às 15h	Santarém	José Gusmão	Francisco Colaço
27/10, às 15h	Portalegre	Joana Mortágua	Sara Goulart
28/10, às 15h	Faro	Cecília Honório	Daniel Oliveira
02/11 a designar	Açores	José Guilherme	Albérico Alho

LOCAIS DOS DEBATES

Lisboa | Hotel Mundial (Martim Moniz), em Lisboa

Setúbal | Sede do Bloco na Moita - R Miguel Bombarda, 63 - 1º

Coimbra | 1º andar da Galeria Santa Clara, em Coimbra

Porto | Sede do Bloco no Porto - Rua da Torrinha 151

Vila Real | Sede de Vila Real - Tv da Portela nº 12 1º andar

Madeira | Sede regional - R Brigadeiro Oudinot 10 2º, no Funchal

Beja | Casa da Cultura, em Beja

Évora | Sede do Bloco em Évora - Rua de Portel, 5 r/c Senhora da Saúde

Guarda | Sede do Bloco na Guarda - Avenida Cidade Safed, n.º 7 - 1.º Ft

Castelo Branco | Sede do Bloco na Covilhã, Av. Anil, lj 10

Leiria | Salão do Arquivo Municipal, em Leiria

Aveiro | Auditório da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira - R Conde Fijó 16

Viseu | Sede do Bloco em Viseu - Rua das Ameias, nº 6, 1º

Viana do Castelo | Sede do Bloco em Viana do Castelo - R Eça de Queiróz, Torre do Liceu, 3º

Bragança | Sede de Bragança - Rua Alexandre Herculano, 106, 1º, sala C, Bairro de Sta. Isabel

Braga | Junta de freguesia de S. Vitor, em Braga

Santarém | Sede do Bloco de Santarém - R Arco de Manços nº 3

Portalegre | Sede do Bloco em Portalegre - R Cândido dos Reis 22

Faro | Sala 1 da delegação regional do Instituto Português do Desporto e Juventude (Rua da PSP)

Açores | a designar

Informações úteis

ALOJAMENTO

Os/as camaradas que vêm de fora da área metropolitana de Lisboa e necessitam de alojamento têm a opção do alojamento solidário (em casa de outros/as camaradas) ou podem optar por assumir a sua despesa de alojamento. Para este último caso, fizemos uma listagem de alojamento na proximidade da Convenção, com indicação de contactos e preços. Consulta a tabela que se encontra na próxima página.

PEDIDO DE ALOJAMENTO SOLIDÁRIO:

Se optares pelo alojamento em casa de outro/a camarada, pedimos que nos contactes por email, até ao dia 8 de Novembro, para alojamento@bloco.org ou telf 213 510 510, dando as seguintes informações:

- :: Nome :: Idade :: Telemóvel / tlf
- :: Se vens de carro ou de transportes colectivos
- :: Se tens alguma alergia (cães, gatos, etc.)
- :: Se tens problemas de mobilidade (subir escadas, etc.)

OFERTA DE ALOJAMENTO SOLIDÁRIO:

Se puderes albergar camaradas de fora do distrito na tua casa, agradecemos que nos contactes até ao dia 8 de Novembro, para alojamento@bloco.org ou 213 510 510, com as seguintes informações:

- :: Nome :: Telemóvel / tlf
- :: Posso oferecer dormida para ___homens e ___mulheres
- :: Moro em (rua e localidade)
- :: Posso assegurar transporte próprio
- :: A minha casa é acessível com os seguintes transportes públicos
- :: Tenho animais domésticos (cão, gato, etc.) esta informação é importante para as pessoas com alergias
- :: Hora limite para chegar a minha casa

ALIMENTAÇÃO

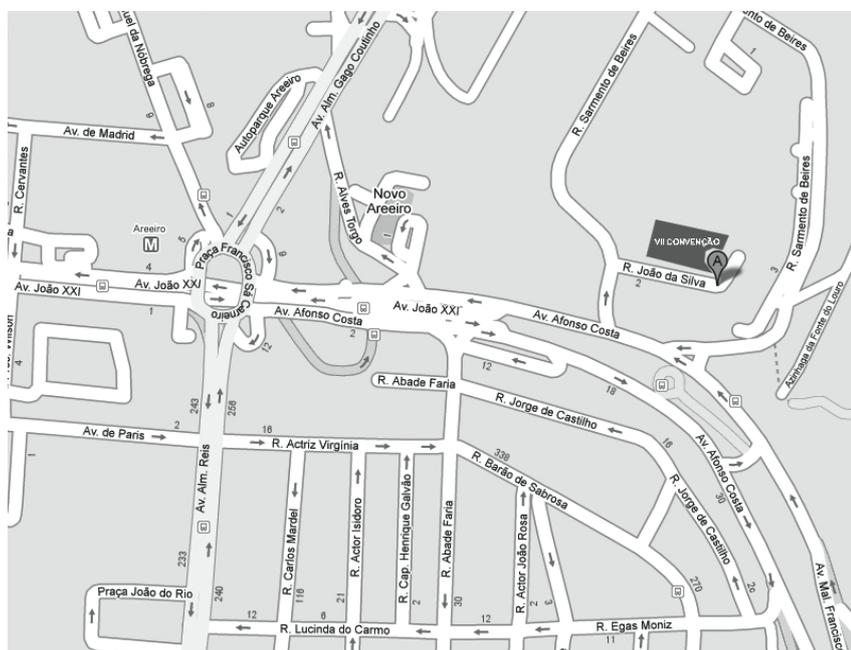
No espaço da Convenção vai estar em funcionamento permanente um bar com serviço de pastelaria. Estará disponível um kit refeição (sandes, fruta, sopa, bebida). Para quem preferir outro tipo de serviço, e não conhecer a zona, poderá consultar uma lista de restaurantes e snack-bars na proximidade da Convenção que será incluída na pasta de delegado/a.

CRECHE

As inscrições para a creche onde os/as delegados/as poderão deixar os/as filhos/as durante o período em que decorrem os trabalhos da Convenção devem ser feitas para (creche@bloco.org) até ao dia 6 de Novembro. Agradecemos que indiquem nome e idade da criança, além do contacto telemóvel do encarregado de educação. Só poderão ser aceites crianças entre os 3 e os 10 anos.

VOLUNTARIADO

A organização da VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda exige a concretização de inúmeras tarefas. Para esse efeito, serão constituídas diversas equipas às quais serão atribuídas funções específicas, como por exemplo a montagem, desmontagem, bancas, segurança, mesa de apoio à mesa, entre outras. Caso tenhas disponibilidade para integrar algumas destas equipas contacta-nos através do endereço eletrónico voluntariado@bloco.org.



ACESSOS PARA O COMPLEXO MUNICIPAL DO CASAL VISTOSO

Alojamento

PREÇOS INDICATIVOS

Nome	Telefone	Morada / Site	Single	Duplo	triplo /4pax/5pax	Peq.Alm
PENSÃO FONTE LUMINOSA	218404896	Al. D. Afonso Henriques 70,6ºE 1000-124 LISBOA www.fonteluminosa.pa-net.pt	34.00 €	44.00 €	54.00 €	sim
PENSÃO RESIDÊNCIAL O PARADOURO	218153256	Av.ª Almirante Reis, Nº106 - 7ºAndar residencial.paradouro@gmail.com	35.00 €	40.00 €	60/80 €	sim
RESIDÊNCIA CAPITAL	217995490	Av. Elias Garcia, 87, 1050-097 Lisboa reservas@residenciacapital.com	35.00 €	39.00 €	51.00 €	sim
ALBERGARIA CHILE	213530630	Rua António Pedro 40 1000-039 LISBOA albergaria.chille@mail.telepac.pt	45.00 €	58.00 €	75.00 €	sim
HOTEL A.S. LISBOA	218429360	Av. Almirante Reis, 188 1000 - 055 Lisboa www.hotel-aslisboa.com	55.00 €	65.00 €	xx	sim
RESIDENCIAL LAR DO AREIRO	218493150	Praça Francisco S Carneiro 4 1000-159 LISBOA www.residencialardoareiro.com	58.00 €	65.00 €	75.00 €	sim
HOTEL ALBERGARIA PAX	213561861	Rua José Estêvão 20-r/c 1150-202 LISBOA Av. Frei Miguel Contreiras, 52 1749-086 Lisboa	30.00 €	35.00 €		sim
HOTEL LUTÉCIA	218411300	lutecia@mail.telepac.pt www.hotel-lutecia.pt	57.00 €	62.00 €	93.00 €	sim
HOTEL ALTIS PARK	218434200	Avenida Engº Arantes e Oliveira, 9 1900-221 Lisboa reservations@altisparkhotel.com	70.00 €	80.00 €	115.00€	sim
HOTEL D. AFONSO HENRIQUES	218117010	R. Cristovão Falcão nº8 - 1900-172 Lisboa reservas@hoteldah.com	55.00 €	65.00 €	80.00 €	sim
TURIM ALAMEDA HOTEL	21 8411550	Avenida Rovisco Pais nº 34 reservas.lisboa@turimhoteis.com	59.00 €	64.00 €		sim
HOTEL AFRIN LISBOA	21 8485656	R. João XXI nº 6 1000-301 Lisboa reservas.estoril@netcabo.pt	35.00 €	40.00 €		sim
POUSADA JUVENTUDE LISBOA	21 3532696	R. Andrade Corvo, 46 1050-009 Lisboa lisboa@movijovem.pt		44.00 €	16.00 €*	sim
POUSADA JUVENTUDE PQ. NAÇÕES	21 8920890	Rua de Moscavide, Lt 47 - 101 1998-011 Lisboa lisboaparque@movijovem.pt		32.00 €	13.00 €*	sim
GOHOSTEL LISBON	21 8229816	Rua Maria da Fonte nº 55 1170-220 Lisboa gohostellisbon@gmail.com	35/40€	40/45€	9.00€*	sim

*preço camarata

Ordem de trabalhos

SÁBADO

11H00 | Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional

11H15 | Apresentação e votação do Regimento da Convenção

11H30 | Locução de abertura da Convenção

11H50 | Estatutos - Discussão e votação de propostas de alteração

15H00 | Moções de Orientação Política - Apresentações e debate

16H00 | ABERTURA DAS URNAS - Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

DOMINGO

11H00 | ENCERRAMENTO DAS URNAS - Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

12H00 | Votação final Moções de Orientação Política

12H30 | Sessão de Encerramento

deBatEs #2

índice

3. REGIMENTO DA VIII CONVENÇÃO

6. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

33. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

43. CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA VIII CONVENÇÃO

87. CALENDÁRIO DE DEBATES

88. INFORMAÇÕES ÚTEIS

89. ALOJAMENTO

90. ORDEM DE TRABALHOS



esquerda.net